A N A L Ó G O S

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

o a Publicações Científicas

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico · CAPES · Ministério da Educação · Ministério da Ciência e Tecnologia · PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Publicação realizada com recursos CAPES do Programa de Pós-graduação em Filosofia da PUC-RIO.

A N A L Ó G O S

REVISTA DE FILOSOFIA

Fundada em 2001

Organizada pelo corpo discente do PPG de Filosofia
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

VOLUME XXII

N. 01 Especial / 2023
ISSN 2526-7698

Editoras:
Izabella Tavares Simões Estelita
Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes

ANALÓGOS RIO DE JANEIRO V. XXII, N. 01 Especial, 2023

Rio de Janeiro Rio de Janeiro Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 10

PROGRAMAÇÃO 11

RESUMOS 20

MESA 01: **ESTÉTICA**

Instauração: a potência do re-estesiamento no trabalho de Tunga 21

Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto

Fotografia e fotomontagem surrealista: origens e ramificações 23

Cecília Samel Côrtes Fernandes

A história social e política da fotografia: conexões entre Walter Benjamin e Gisèle Freund 25

Gabriela Reboredo Evora

A fisionomia de um artista: o retrato benjaminiano de Baudelaire em *A Paris do Segundo Império* 27

Matheus Fernandes Pinto

MESA 02: **ESTÉTICA, LITERATURA E GÊNERO**

A pele do trauma: retratos de violência nas obras de Jota Mombaça e Adriana Varejão 29

Tomás Primo

***O Corpo Lésbico* de Monique Wittig – Como (re)pensar sexualidade, gênero e desejo?** 31

Clara Biondo de Araújo

Linguagens do Feminismo 33

Lucia Dias Costa Barros

***Manifesto contrassexual* e possibilidades de contraprodução ao sistema sexo-gênero: por outros modos de viver, saber, desejar e gozar** 35

Richard Roseno Pires

MESA 03: **FILOSOFIA E LITERATURA**

A antítese como síntese: Euclides da Cunha e *Os Sertões* 37

Jorge Luiz Costa Sales Sá

Veredas do sertão: o espaço no *Grande sertão: veredas* 39

Nina Teixeira Rodrigues Lima

O olhar do escritor: a atenção e a espera 41

Thiago Soler Montalvo

Violência do oprimido e violência do opressor: dos modos de violência no *Prefácio* de Jean-Paul Sartre a *Os Condenados da Terra* de Frantz Fanon 43
Lucas Gonçalves Palmier de Almeida

MESA 04: **NIETZSCHE**

Metaforicidade e crítica epistemológica no jovem Nietzsche 45
Felipe Amancio Braga

O enigma "Torna-te aquilo que és" como pensamento-chave da obra de Friedrich Nietzsche 47
Matheus Sampaio Benites Correia

Considerações sobre a Canção Popular no Jovem Nietzsche: a música dionisíaca e a palavra 49
Larissa da Silva Medeiros

Uma possível fonte mito-organológica da duplicidade apolínea-dionisíaca em Nietzsche 51
Tito Stepanenko Gaglianone

MESA 05: **DIÁLOGOS COM NIETZSCHE**

O agregado e o favor: estudo sobre o ressentimento no Brasil no século XIX a partir de Nietzsche e Machado de Assis 53
Ronaldo Pelli Junior

Desacordos de Nietzsche com Rée sobre o valor do desinteresse 55
Igor Alves de Melo

Experimentação da escrita: a arte do estilo em Nietzsche e Clarice Lispector 57
Quésia Oliveira Olanda

A teoria do trágico deleuziana 59
Isabela Pimentel Peixoto

MESA 06: **FILOSOFIA ANTIGA 1**

Considerações sobre os caminhos do poema de Parmênides 61
Josias Israel Ferreira Alves

O Parmênides alegórico de Sexto Empírico 63
Bruno Fernandes Santos

As figuras gorgianas: o uso do paralelismo em *Epitáfio* 65
Thatiane Santos Meneses

MESA 07: **PLATÃO 1**

Beleza e *physiologia* em Platão 67
Beatriz Saar

A constituição do discurso filosófico no *Primeiro Alcibíades* de Platão 69
João Ulisses de Sousa Viturino
O Além na Antiguidade Grega: um estudo sobre o imaginário ultramundano de Platão 71
Maria Eduarda dos Santos Magalhães
MESA 08: **PLATÃO 2**
Discurso como fluxo erótico no *Fedro* de Platão 73
Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes
Mimética platônica: a "arquitextura" dos diálogos 75
Priscila Alba da Silva
Por que Platão escreveu as *Leis*? Um estudo sobre a produção e a recepção da obra 77
Izabella Tavares Simões Estelita
MESA 09: **FILOSOFIA ANTIGA 2**
Apontamentos sobre a teoria estoica da *oikeiosis* (familiarização) 79
Carlos Enéas Moraes Lins da Silva
O Jardim de Epicuro: ensino, autossuficiência e celebração 81
Rebeca Figueira Martins
A "dupla face" da concepção estoica de providência divina e a sua relação com a vida humana no *De natura deorum* de Marco Túlio Cícero 83
João Gabriel Rodrigues da Silva
MESA 10: **TEORIA DO CONHECIMENTO**
Boghossian e Williamson em disputa sobre o desafio à relevância da distinção entre os modos de conhecer pela introdução *bottom-up* 85
Renata Martins Prado Matos Augusto
O embate entre razões epistêmicas e fatos sociais em torno das teorias científicas 87
Benedito da Conceição Monteiro Neto
Lévi-Strauss leitor de Kant 89
Luiz Fernando de Oliveira Proença
Ceticismo metafilosófico, o dilema da sinceridade filosófica e concepções adoxásticas da filosofia 91
Conrado Vasconcelos Gonçalves

MESA 11: **FILOSOFIA DA MENTE**

Hábitos de pensamentos: uma investigação sobre o *self* 93
Camila de Oliveira Rauber

Ensaio sobre os *drives* da atenção 95
Anna Carolina Velozo Nader Temporão

Funcionalismo e as objeções do qualia ausente e invertido 97
João Felipe Santana Rasi

As funções da imaginação na elaboração cognitiva do saber em Kant 99
Rodrigo de Oliveira Faria

MESA 12: **FILOSOFIA DA CIÊNCIA**

O status cognitivo da psicanálise nas *Conjecturas e refutações* de Karl Popper: o exemplo da criança afogada 101
Marcus César Ferreira Oliveira

Uma saída antirrealista e continuísta ao problema da continuidade teórica na ciência 103
Gabriel Chiarotti Sardi

Dentro do laboratório fisiológico: as disputas em torno da controvérsia sobre experimentos com animais para fins científicos na Grã-Bretanha no século XIX 105
Giovanna Perez Altieri

A variação entre critérios valorativos em Thomas Kuhn 107
Ericson Divaldo Antunes Filho

MESA 13: **FILOSOFIA MODERNA 1**

A tolerância em Pierre Bayle 109
Irã Figueiredo Salomão

O argumento ontológico de Descartes 111
Juliana Abuzaglo Elias Martins

Sobre o critério cartesiano de analisabilidade 113
Lucas Grivet Mesquita

O materialismo paradoxal de Margaret Cavendish 115
Milena Monteiro Rodrigues

MESA 14: **FILOSOFIA MODERNA 2**

Hobbes e a Modernidade: visões de Leo Strauss e Michael Oakeshott 117
Theo Magalhães Villaça

A hipótese dos corpos em Thomas Hobbes 119
Mariana Dias Pinheiro Santos
"La main qui me fait jouir de tout cela": o lugar de Deus na botânica de Rousseau 121
Victor Alexandre Garcia
A influência estoica na moral de Descartes e as críticas de Elisabeth da Boêmia aos preceitos do filósofo 123
Rafael Teruel Coelho
MESA 15: **FENOMENOLOGIA**
A fenomenologia imaginada 125
Israel Rossi Milhomem
A fenomenologia da afetividade em Michel Henry e sua leitura não intelectualista de Edmund Husserl 127
Kátia Marian Corrêa de Medeiros
MESA 16: **HEIDEGGER**
A decisão histórica do acontecimento apropriador em *Contribuições à filosofia* de Martin Heidegger 129
João Gabriel Gomes Paixão
Linguagem: uma experiência a partir de Heidegger 131
Gilson Dionisio da Silva Junior
A questão-do-ser em *Ser e Tempo*: aspectos metodológicos e conquistas da analítica existencial do *Dasein* 133
João Victor Pereira Leão
MESA 17: **ÉTICA E POLÍTICA**
O império da *volia*: entre o integralismo e o bolsonarismo 135
Maikel da Silveira
A "virada ética" em Judith Butler: reconhecendo a precariedade em defesa da não-violência 137
Michele Teixeira Bonote
Imaginação como criação e imaginação como produção: um diálogo sobre o imaginário social a partir de Castoriadis 139
Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado
A ausência de caráter *freestanding* do PL nº 434/2019 do Estado de São Paulo 141
Lucas Porto Foppa

A constituição da paridade de participação como princípio normativo em *Unruly Practices* e *Redistribution or Recognition*?, de Nancy Fraser 143
Cristiele de Amorim Trindade

MESA 18: **DELEUZE E PSICANÁLISE**

A negatividade do positivo como crítica da besteira a partir de Deleuze 145
Gabriel Prado Rodrigues

Burocracia e aceleração minoritária em Deleuze, Guattari e Simondon 147
Caíque Silva Coelho

O materialismo da linguagem: o caso Signorelli e a falta constitutiva do significante 149
Davi Dias Ribeiro Arantes

Crítica do princípio de desempenho: uma análise do caráter dialético da investigação filosófica da psicanálise de Marcuse em *Eros e Civilização* 151
Kadú Leandro Firmino

MESA 19: **LÓGICA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**

Sobre o conceito de consequência lógica: validade e preservação da verdade 153
Joaquim Torres Waddington

Os textos neofregeanos de John McDowell e a sua relação com a tese do conceitual sem delimitações em *Mente e Mundo* 155
Iuri Slavov

MESA 20: **FILOSOFIA DA TECNOLOGIA**

A 'weaponização' da Inteligência Artificial: uma crítica à moral humana contemporânea 157
Luiz Guilherme Bakker de Pinho e Souza

Tecnofilia e discurso: a aceleração e o entretenimento constantes na era tecnológica 159
Marcelo Capello Martins

MESA 21: **FILOSOFIA DECOLONIAL**

***Gênesis* 4:8-11: Raça e violência na colônia e na pós-colônia** 161
Gustavo Silva dos Santos

Do olho afogado à luta pela terra: notas sobre o pensamento fanoniano 163
Guilbert Kallyan da Silva Araújo

Inscrição e circulação de saberes: da biblioteca colonial às performances da oralitura 165
Bruna de Jesus Silva

MESA 22: **FILOSOFIA E A QUESTÃO AMBIENTAL**

Contribuições para uma ética ecológica desde as filosofias ameríndias 167
Juliana Paola Diaz Quintero

Cosmopercepção e natureza: diálogos entre Oyèrónkẹ Oyěwùmí e as comunidades de Terreiros de Candomblé 169
Thaíssa Alves Gonçalves Silva

Ontologias práticas: da subcrítica à hipercrítica das ciências 171
Tobias Marconde de Carvalho Gomes

Autonomia como heteronomia: entre cadeias de dependência e interdependência 173
Lia Fonseca Lattman-Weltman

APRESENTAÇÃO

É com prazer que a comissão organizadora da XXIV Semana dos Alunos da Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio divulga a programação e o caderno de resumos do evento de 2023, realizado entre os dias 21 e 25 de agosto. Tendo em vista reforçar a importância da SAF para a comunidade discente de nosso programa, este ano decidimos publicar os resumos aprovados com o apoio do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e do Sistema Maxwell, administrado pela Biblioteca da Universidade.

Nesta edição, a SAF contou com o número recorde de oitenta comunicações de pós-graduandos, distribuídas em vinte e duas mesas segundo o critério de afinidade temática. Também foram realizadas as palestras dos professores Luiz Camillo Osorio (PUC-Rio), Tito Marques Palmeiro (UERJ) e Camila Leporace (doutora em Educação pela PUC-Rio e pela Universidade de Coimbra) em torno do tema ***Os Tempos e as Formas de Tecnologias***. Nosso objetivo foi promover a reflexão acadêmica acerca de um assunto amplo, capaz de ser pensado a partir de diversas linhas de pesquisa filosófica.

A comissão organizadora.

Anna Carolina Velozo Nader Temporão (Doutoranda)
Carlos Enéas Moraes Lins da Silva (Doutorando)
Felipe Ramos Gall (Doutor)
Izabella Tavares Simões Estelita (Doutoranda)
Jorge Luiz Costa Sales Sá (Mestrando)
Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes (Doutoranda)
Luiz Guilherme Bakker de Pinho e Souza (Doutorando)
Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto (Mestranda)
Thaíssa Alves Gonçalves Silva (Mestranda)

10.17771/PUCRio.ANA.65647

PROGRAMAÇÃO

Locais de realização das atividades:

- **Palestras**
  Sala Cleonice Berardinelli
  Departamento de Letras. 4º andar do prédio Padre Leonel Franca.
- **Comunicações das mesas de 01 a 03**
  Miniauditório do RDC
  Subsolo do Rio DataCentro.
- **Comunicações das mesas de 04 a 22**
  Sala Leandro Konder (L1156)
  Departamento de Filosofia. 11º andar do prédio Cardeal Leme.

SEGUNDA-FEIRA (21 de agosto de 2023)

10h00 às 12h00: Palestra

A virada antropológica da arte brasileira: da apropriação temática à infiltração poética.

Luiz Camillo Osorio (PUC-Rio)

13h00 às 15h00: Comunicações | Mesa 01

Instauração: a potência do re-estesiamento no trabalho de Tunga.

Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto (PUC-Rio)

Fotografia e fotomontagem surrealista: origens e ramificações.

Cecília Samel Côrtes Fernandes (PUC-Rio)

A história social e política da fotografia: conexões entre Walter Benjamin e Gisèle Freund.

Gabriela Reboredo Evora (UFRRJ)

A fisionomia de um artista: o retrato benjaminiano de Baudelaire em A Paris do Segundo Império.

Matheus Fernandes Pinto (UFF)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

15h00 às 17h00: Comunicações | Mesa 02

A pele do trauma: retratos de violência nas obras de Jota Mombaça e Adriana Varejão.

Tomás Primo (PUC-Rio)

O Corpo Lésbico *de Monique Wittig – Como (re)pensar sexualidade, gênero e desejo?*

Clara Biondo de Araújo (PUC-Rio)

Linguagens do Feminismo.

Lucia Dias Costa Barros (PUC-Rio)

Manifesto Contrassexual e possibilidades de contra produção ao sistema sexo-gênero: Por outros modos de viver, saber, desejar e gozar.

Richard Roseno Pires (UERJ)

17h00 às 17h30: Intervalo

17h30 às 19h30: Comunicações | Mesa 03

A antítese como síntese: Euclides da Cunha e Os Sertões.

Jorge Luiz Costa Sales Sá (PUC-Rio)

Veredas do sertão: o espaço no Grande sertão: veredas.

Nina Teixeira Rodrigues Lima (PUC-Rio)

O olhar do escritor: a atenção e a espera.

Thiago Soler Montalvo (UERJ)

Violência do oprimido e violência do opressor: dos modos de violência no Prefácio *de Jean-Paul Sartre a* Os Condenados da Terra *de Frantz Fanon.*

Lucas Gonçalves Palmier de Almeida (UFF)

TERÇA-FEIRA (22 de agosto de 2023)

08h00 às 10h00: Comunicações | Mesa 04

Metaforicidade e crítica epistemológica no jovem Nietzsche.

Felipe Amancio Braga (PUC-Rio)

O enigma "Torna-te aquilo que és" como pensamento-chave da obra de Friedrich Nietzsche.

Matheus Sampaio Benites Correia (PUC-Rio)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

Considerações sobre a canção popular no jovem Nietzsche: a música dionisíaca e a palavra.

Larissa da Silva Medeiros (UFRJ / PPGF)

Uma possível fonte mito-organológica da duplicidade apolínea-dionisíaca em Nietzsche.

Tito Stepanenko Gaglianone (UFRJ / PPGF)

10h00 às 12h00: Comunicações | Mesa 05

O agregado e o favor: estudo sobre o ressentimento no Brasil no século XIX a partir de Nietzsche e Machado de Assis.

Ronaldo Pelli Junior (PUC-Rio)

Desacordos de Nietzsche com Rée sobre o valor do desinteresse.

Igor Alves de Melo (UFRJ / PPGF)

Experimentação da escrita: a arte do estilo em Nietzsche e Clarice Lispector.

Quésia Oliveira Olanda (UERJ)

A teoria do trágico deleuziana.

Isabela Pimentel Peixoto (UERJ)

13h00 às 14h30: Comunicações | Mesa 06

Considerações sobre os caminhos do poema de Parmênides.

Josias Israel Ferreira Alves (PUC-Rio)

O Parmênides alegórico de Sexto Empírico.

Bruno Fernandes Santos (UFF)

As figuras gorgianas: o uso do paralelismo em Epitáfio. (Virtual)

Thatiane Santos Meneses (UFS)

14h30 às 16h00: Comunicações | Mesa 07

Beleza e physiologia *em Platão.*

Beatriz Saar Leite (UFRJ / PPGLM)

A constituição do discurso filosófico no Primeiro Alcibíades *de Platão.*

João Ulisses de Sousa Viturino (UFRJ / PPGLM)

O Além na Antiguidade Grega: um estudo sobre o imaginário ultramundano de Platão.

Maria Eduarda dos Santos Magalhães (UFRJ / PPGF)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

16h00 às 16h30: Intervalo

16h30 às 18h00: Comunicações | Mesa 08

Discurso como fluxo erótico no Fedro *de Platão.*

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes (PUC-Rio)

Mimética platônica: a "arquitextura" dos diálogos.

Priscila Alba da Silva (PUC-Rio)

Por que Platão escreveu as Leis*? Um estudo sobre a produção e a recepção da obra.* (Virtual)

Izabella Tavares Simões Estelita (PUC-Rio)

18h00 às 19h30: Comunicações | Mesa 09

Apontamentos sobre a teoria estoica da oikeiosis *(familiarização).*

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva (PUC-Rio)

O Jardim de Epicuro: ensino, autossuficiência e celebração.

Rebeca Figueira Martins (UFOP)

A "dupla face" da concepção estoica de providência divina e a sua relação com a vida humana no De natura deorum *de Marco Túlio Cícero.*

João Gabriel Rodrigues da Silva (UFF)

QUARTA-FEIRA (23 de agosto de 2023)

08h00 às 10h00: Comunicações | Mesa 10

Boghossian e Williamson em disputa sobre o desafio à relevância da distinção entre os modos de conhecer pela introdução "bottom-up".

Renata Martins Prado Matos Augusto (UFRJ / PPGLM)

O embate entre razões epistêmicas e sociais em torno das teorias científicas.

Benedito da Conceição Monteiro Neto (UFRJ / PPGLM)

Lévi-Strauss leitor de Kant.

Luiz Fernando de Oliveira Proença (USP)

O dilema da sinceridade filosófica e concepções adoxásticas da filosofia.

Conrado Vasconcelos Gonçalves (UFES)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

10h00 às 12h00: Comunicações | Mesa 11

Hábitos de pensamentos: uma investigação sobre o self. (Virtual)

Camila de Oliveira Rauber (UFRJ / PPGLM)

Ensaio sobre os drives *da atenção.*

Anna Carolina Velozo Nader Temporão (PUC-Rio)

Funcionalismo e as objeções do qualia ausente e invertido. (Virtual)

João Felipe Santana Rasi (USP)

As funções da imaginação na elaboração cognitiva do saber em Kant. (Virtual)

Rodrigo de Oliveira Faria (UFU)

13h00 às 15h00: Comunicações | Mesa 12

O status cognitivo da psicanálise nas Conjecturas e Refutações *de Karl Popper: o exemplo da criança afogada.*

Marcus César Ferreira Oliveira (UFRRJ)

Uma saída antirrealista e continuísta ao problema da continuidade teórica na ciência. (Virtual)

Gabriel Chiarotti Sardi (USP)

Dentro do laboratório fisiológico: as disputas em torno da controvérsia sobre experimentos com animais para fins científicos na Grã-Bretanha no século XIX. (Virtual)

Giovanna Perez Altieri (USP)

A variação entre critérios valorativos em Thomas Kuhn. (Virtual)

Ericson Divaldo Antunes Filho (UNIOESTE)

15h00 às 17h00: Comunicações | Mesa 13

A tolerância em Pierre Bayle.

Irã Figueiredo Salomão (PUC-Rio)

O argumento ontológico de Descartes.

Juliana Abuzaglo Elias Martins (UFRJ / PPGLM)

Sobre o critério cartesiano de analisabilidade.

Lucas Grivet Mesquita (UFRJ / PPGLM)

O materialismo paradoxal de Margaret Cavendish.

Milena Monteiro Rodrigues (UFRJ / PPGLM)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

17h00 às 17h30: Intervalo

17h30 às 19h30: Comunicações | Mesa 14

Hobbes e a Modernidade: visões de Leo Strauss e Michael Oakeshott.

Theo Magalhães Villaça (PUC-Rio)

A hipótese dos corpos em Thomas Hobbes. (Virtual)

Mariana Dias Pinheiro Santos (UFS)

"La main qui me fait jouir de tout cela": o lugar de Deus na botânica de Rousseau.

Victor Alexandre Garcia Pires (PUC-Rio)

A influência estoica na moral de Descartes e as críticas de Elisabeth da Boêmia aos preceitos do filósofo. (Virtual)

Rafael Teruel Coelho (USP)

QUINTA-FEIRA (24 de agosto de 2023)

10h00 às 12h00: Palestra

Um empreendimento social chamado informática.

Tito Marques Palmeiro (UERJ)

13h00 às 14h00: Comunicações | Mesa 15

A fenomenologia imaginada.

Israel Rossi Milhomem (USP)

A fenomenologia da afetividade em Michel Henry e sua leitura não intelectualista de Edmund Husserl.

Kátia Marian Corrêa (UFSM)

14h00 às 15h30: Comunicações | Mesa 16

A decisão histórica do acontecimento apropriador em Contribuições à Filosofia *de Martin Heidegger.*

João Gabriel Gomes Paixão (UERJ)

Linguagem: uma experiência a partir de Heidegger.

Gilson Dionisio da Silva Junior (UFSJ)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

A questão-do-ser em Ser e Tempo*: aspectos metodológicos e conquistas da analítica existencial do Dasein.* (Virtual)
João Victor Pereira Leão (UFU)

15h30 às 16h00: Intervalo

16h00 às 18h30: Comunicações | Mesa 17

O império da volia*: entre o integralismo e o bolsonarismo.*
Maikel da Silveira (PUC-Rio)

A "virada ética" em Judith Butler: reconhecendo a precariedade em defesa da não-violência.
Michele Teixeira Bonote (UFABC)

Imaginação como criação e imaginação como produção: um diálogo sobre o imaginário social a partir de Castoriadis.
Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado (UERJ)

A ausência de caráter freestanding *do PL nº 434/2019 do Estado de São Paulo.*
Lucas Porto Foppa (UFRGS)

A constituição da paridade de participação como princípio normativo em Unruly Practices e Redistribution or Recognition?*, de Nancy Fraser.* (Virtual)
Cristiele de Amorim Trindade (UNICAMP)

18h30 às 20h30: Comunicações | Mesa 18

A negatividade do positivo como crítica da besteira a partir de Deleuze.
Gabriel Prado Rodrigues (UERJ)

Burocracia e aceleração minoritária em Deleuze, Guattari e Simondon.
Caíque Silva Coelho (UERJ)

O materialismo da linguagem: o caso Signorelli e a falta constitutiva do significante.
Davi Dias Ribeiro Arantes (UERJ)

Crítica do princípio de desempenho: uma análise do caráter dialético da investigação filosófica da psicanálise de Marcuse em Eros e Civilização.
Kadú Leandro Firmino (UFABC)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

SEXTA-FEIRA (25 de agosto de 2023)

10h00 às 12h00: Palestra

Descobrindo a cognição humana a partir da inteligência artificial.

Camila Leporace (Pesquisadora independente)

13h00 às 14h00: Comunicações | Mesa 19

Sobre o conceito de consequência lógica: validade e preservação da verdade.

Joaquim Torres Waddington (UERJ)

Os textos neofregeanos de John McDowell e a sua relação com a tese do conceitual sem delimitações em Mente e Mundo.

Iuri Slavov (UFABC)

14h00 às 15h00: Comunicações | Mesa 20

A 'weaponização' da Inteligência Artificial: uma crítica à moral humana contemporânea.

Luiz Guilherme Bakker de Pinho e Souza (PUC-Rio)

Tecnofilia e discurso: a aceleração e o entretenimento constantes na era tecnológica.

Marcelo Capello Martins (PUC-Rio)

15h00 às 15h30: Intervalo

15h30 às 17h00: Comunicações | Mesa 21

Gênesis 4:8-11 - Raça e violência na colônia e na pós-colônia.

Gustavo Silva dos Santos (UFRJ / PPGF)

Do olho afogado à luta pela terra: notas sobre o pensamento fanoniano. (Virtual)

Guilbert Kallyan da Silva Araújo (UFPE)

Inscrição e circulação de saberes: da biblioteca colonial às performances da oralitura. (Virtual)

Bruna de Jesus Silva (UFRJ / PPGF)

10.17771/PUCRio.ANA.65649

17h00 às 19h00: Comunicações | Mesa 22

Contribuições para uma ética ecológica a partir das filosofias ameríndias. (Virtual)

Juliana Paola Diaz Quintero (UFU)

Cosmopercepção e natureza: diálogos entre Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí e as comunidades de Terreiros de Candomblé.

Thaíssa Alves Gonçalves Silva (PUC-Rio)

Ontologias práticas: da subcrítica à hipercrítica das ciências.

Tobias Marconde de Carvalho Gomes (PUC-Rio)

Autonomia como heteronomia: entre cadeias de dependência e interdependência.

Lia Fonseca Lattman-Weltman (PUC-Rio)

19h00: Coquetel de encerramento.

10.17771/PUCRio.ANA.65649

R E S U M O S

Instauração: a potência do re-estesiamento no trabalho do Tunga.

Maria Eduarda Cardoso de Melo Capotorto
Mestranda em Filosofia na PUC-Rio
https://lattes.cnpq.br/4243670049316182
dudacapotorto@yahoo.com.br

10.17771/PUCRio.ANA.64460

O presente trabalho analisa o conceito de instauração, proposto pelo artista brasileiro Tunga na década de 90, como uma resposta artística ao estado de anestesia apontado por Susan Buck-Morss em seu texto *Estética e anestética: o "ensaio sobre a obra de arte" de Walter Benjamin reconsiderado* (1996). Nesse texto, a filósofa acrescenta pontos interessantes ao pensamento de Benjamin em *Sobre alguns temas em Baudelaire*, no qual o autor destaca a teoria dos choques como uma característica do modo de vida nas grandes cidades. Para isso, ele pensa junto a Sigmund Freud em seu texto *Além do Princípio do Prazer*, onde se busca explicar o funcionamento do sistema consciente e a elaboração de uma camada de proteção contra estímulos como uma tendência à preservação do organismo.

Buck-Morss vai além e apresenta o funcionamento do sistema sinestético que trabalha na união das impressões do mundo exterior para a consequente elaboração e exposição de um pensamento. Com a elevação da consciência, apontada por Buck-Morss e Benjamin como uma característica da vida moderna, tal sistema não serviria mais em prol de uma forma de cognição alcançada através do aparato sensorial do corpo.

Na busca por retomar o funcionamento desse sistema, o presente trabalho aponta as instaurações de Tunga como uma possibilidade, compreendidas como a união das instalações plásticas e da performance, do que é estático e do que está em movimento, do atemporal e do efêmero. Esse modo de arte constitui-se de opostos que, ao atritar-se, fundam outra realidade no espaço expositivo, a qual deve ser percebida com todos os sentidos do corpo. Diferentemente da escultura, que pode ser compreendida como os restos de um material depois que o processo imaginário está terminado, na instauração uma nova era é inaugurada por meio de um "golpe artístico", novas regras e leis são estabelecidas e o estado das coisas é alterado. Há uma mudança na situação geral e, por isso, sempre vai haver um antes e um depois. A instauração é uma maneira de combinar

os objetos com o processo de seu "contágio mútuo"; uma maneira de juntar identidades fixas e fluidas na forma de um circuito, ou *continuum*, do fluxo de energia. Dessa forma, haveria um rompimento da barreira da consciência para que a experiência pudesse se juntar às memórias e assim produzir um pensamento a partir do que foi vivido. É exatamente isso que dá a ver, nesse modo do fazer artístico, a capacidade para re-estasiar os corpos.

Palavras-chave: Instauração. Tunga. Percepção. Corpo. Re-estesia.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Obras Escolhidas Vol. III*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BUCK-MORSS, Susan. *Estética e anestética:* o "ensaio sobre a obra de arte" de Walter Benjamin reconsiderado. Trad. Rafael Lopes Azize. Travessia: revista de literatura, no 33, 1996.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer. In: *Obras completas volume 14*. Trad. e notas Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

10.17771/PUCRio.ANA.64460

Fotografia e fotomontagem surrealista: origens e ramificações.

Cecília Samel Côrtes Fernandes
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/8195067081533691
cecilia.samel@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64466

O presente trabalho tem como objetivo discutir a fotografia e a fotomontagem Surrealista como uma forma de construção da imagem, assim como suas origens e ramificações. Essa análise irá abordar o tema a partir das obras de autores como Walter Benjamin, Susan Sontag e Rosalind Krauss. No início do século XX, movimentos artísticos como o Construtivismo russo e o Dadaísmo buscavam se distanciar da abstração sem retornar à pintura figurativa tradicional. A fotografia e a fotomontagem se mostraram técnicas cruciais para isso, resultando em uma fotografia construtiva ou construída. O Surrealismo incorporou essa construção imagética em suas obras com a camada adicional do aspecto onírico e misterioso que almeja demonstrar o "fantástico" através de fotomontagens e de arranjos e enquadramento das fotografias.

A fotografia Surrealista é uma construção fotográfica do enigmático. Em vez de reproduzir a realidade, esse tipo de fotografia busca criar algo novo e aprofundar a noção do que é o real. Existe uma relação inerente entre fotografia e colagem, pois uma foto é a fragmentação estética daquilo que é fotografado, o qual é tirado de seu contexto inicial. Portanto, a fotografia age como uma forma de colagem da realidade. A fotomontagem vai além ao justapor elementos estéticos adicionais, criando uma nova situação e ressignificando a realidade. O ato de fotografar, de certa forma, é levar um fragmento da realidade para o campo da representação.

A fotografia Surrealista deixa de lado o fotorrealismo e realça uma realidade ligeiramente distorcida. Essas origens e contexto não significam que toda fotomontagem terá o tom político que as obras Construtivistas e Dadaístas tinham, nem o tom irônico e cômico do Dada ou o mistério e fantástico das obras Surrealistas. Entretanto, esses exemplos evidenciam como a fotomontagem pode abordar uma gama de temas complexos. Esse trabalho tem como intuito demonstrar a complexidade dessa técnica e

apontar ramificações contemporâneas dessa prática Surrealista, como as obras de Sofia Borges.

Palavras-chave: Fotografia. Fotomontagem. Surrealismo.

Bibliografia

ADES, Dawn. *Photomontage*. London: Thames & Hudson, 2021.

BENJAMIN, Walter. Small History of Photography. In: BENJAMIN, Walter. *On Photography.* London: Reaktion Books, 2015.

BORGES, Sofia. *Degas Borges.* Available in: <https://sofiaborges.carbonmade.com/projects/7239689>. Accessed on: 22 October 2022.

BUCHLOH, Benjamin. Faktura to Factography. *October*, Cambridge, n. 30, p. 82-119, Autumn, 1984.

CHIARELLI, Tadeu. *A Fotomontagem como "Introdução à Arte Moderna"*: Visões Modernistas sobre a fotografia e o Surrealismo. ARS, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-81, 2003.

KRAUSS, Rosalind. *O fotográfico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

SONTAG, Susan. *On Photography*. London: Penguin Books, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64466

A história social e política da fotografia: conexões entre Walter Benjamin e Gisèle Freund.

Gabriela Reboredo Evora
Mestranda em Filosofia na UFRRJ
http://lattes.cnpq.br/0465344338548623
gabireboredoevora@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64900

O objetivo do trabalho é unir as reflexões e as teorias da fotografia de Walter Benjamin e Gisèle Freund, amigos e intelectuais que vivenciaram de perto as transformações que o advento da fotografia trouxe para a sociedade moderna. Pretende-se elaborar uma linha do tempo entre os dois autores para melhor compreender como ambos se aproximaram e se influenciaram, para depois, traçar aproximações diretas e indiretas entre suas teorias, já que ambos seguiram caminhos muito semelhantes, pois enquanto grande parte dos estudiosos preocuparam-se em entender a técnica fotográfica em si, os dois alemães buscavam analisar a mudança social e política que a fotografia estava causando.

O interesse de Benjamin pela técnica inicia-se no período que está desenvolvendo a obra *Passagens* (1982), porém, é de fato concretizado quando escreve *A Pequena História da Fotografia* (1931) texto no qual divide a história da técnica em três momentos: 1. Apogeu, correspondente a fase pré-industrial da fotografia; 2. Declínio, momento no qual a fotografia torna-se mercadoria; 3. Revitalização, marcada pelas fotografias de Atget, o responsável por encontrar nas ruas de Paris uma nova forma de expressão. Essa obra, junto dos escritos *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1935) e *Pintura e Fotografia* (1936) foram decisivas para entender as reflexões do autor sobre o tema.

Já Gisèle Freund, interessou-se pela fotografia de uma maneira diferente, graças ao pai, um comerciante apaixonado pela arte alemã, que a presenteou bem nova com sua primeira câmera, uma Voïgtlander 6x9. Desde que foi presenteada, a fotógrafa não parou de registrar seu cotidiano, principalmente em Frankfurt, local no qual estava cursando sua faculdade de sociologia. Em 1933, Freund se exila na França, continuando seus estudos na Sorbonne, e desenvolvendo sua tese de doutorado *La Photographie en France au XIX*

siècle (1936), considerada por muitos o primeiro escrito sobre a sociologia da fotografia. A tese em questão, bem como uma de suas últimas obras, *Fotografia e Sociedade* (1974), serão essenciais para compreender a análise social e cultural que a fotógrafa desenvolve da técnica.

Palavras-chave: Fotografia. Modernidade. Walter Benjamin. Gisèle Freund.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*. Trad. de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

DAMIÃO, Carla Milani; HUSSAK, Pedro. *Diário parisiense e outros escritos*. Trad. de Carla Milani Damião e Pedro Hussak, São Paulo: Editora Hedra, 2020.

FREUND, Gisèle. *Photography & Society.* Boston: David R Godine Pub, 1979.

10.17771/PUCRio.ANA.64900

A fisionomia de um artista: o retrato benjaminiano de Baudelaire em *A Paris do Segundo Império*.

Matheus Fernandes Pinto
Doutorando em Filosofia na UFF
http://lattes.cnpq.br/1897069306438226
matheusfermin17@gmail.com

A crítica severa de Theodor Adorno, seu superior no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, fez com que Walter Benjamin desistisse da ideia de publicar seu ensaio *A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire* (1938), levando-o a escrever um novo ensaio sobre Baudelaire, desta vez intitulado *Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire* (1940). No entanto, temos motivos para acreditar que o texto original, que o autor foi convencido a abandonar, talvez seja o ensaio benjaminiano mais condizente com os preceitos metodológicos para uma estética materialista que Benjamin vinha desenvolvendo nas notas de seu grande projeto incompleto, o *Passagen-Werk* ou livro das *Passagens*.

A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire segue rigorosamente o método de "montagem": ele evita explicações teóricas e preocupa-se sobretudo em traçar imagens concretas, que sobrepõem-se umas às outras de forma aparentemente espontânea. Nessas imagens, que Benjamin chama de "imagens dialéticas", o autor explora as afinidades e as descontinuidades entre Baudelaire, os eventos históricos e os fenômenos socioculturais de seu tempo. Em um momento, Baudelaire é comparado com a figura do conspirador político, cujo representante mais ilustre na Paris do século XIX é Blanqui, e são traçadas as semelhanças e dessemelhanças entre o poeta d'*As Flores do Mal* e o arquétipo do conspirador; em outro momento Baudelaire é comparado ao *flâneur*, em outro à prostituta, e assim por diante, em um movimento caleidoscópico que descreve a fisionomia artística de Baudelaire enquanto simultaneamente descreve a vida social de toda a metrópole parisiense.

Benjamin pensa a estética baudelairiana através da ótica materialista, mas em nenhum momento o filósofo reduz essa apresentação ao reducionismo da dicotomia entre base econômica e superestrutura. Por um lado, *A Paris do Segundo Império* demonstra

10.17771/PUCRio.ANA.64903

que só podemos compreender realmente Baudelaire mediante o aprofundamento de seu contexto histórico-político. Por outro lado, Benjamin também enfatiza a natureza intempestiva da poesia de Baudelaire, que é testemunho de uma revolta contra as tendências dominantes de sua época. Tendo como diretriz o ensaio benjaminiano de 1938, nossa comunicação pensa as intersecções entre arte, história e a singularidade incomensurável de uma obra ou de uma vida intelectual individual.

Palavras-chave: Walter Benjamin. Baudelaire. História. Arte. Método.

Bibliografia

BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império na Obra de Baudelaire. In: *Walter Benjamin: Baudelaire e Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 1º capítulo: Páginas 9-102.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

10.17771/PUCRio.ANA.64903

A pele do trauma: retratos de violência nas obras de Jota Mombaça e Adriana Varejão.

Tomás Primo
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/1289757542048350
otomasprimo@gmail.com

Àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo,
e nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado.
Jota Mombaça (2021, p. 28).

"Tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo." Assim escreve Jota Mombaça já nas primeiras páginas de seu mais recente livro, *Não vão nos matar agora* (2021). No mesmo ano, a artista plástica Adriana Varejão expôs *Suturas, Fissuras, Ruínas*, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, um grande panorama de sua produção que reuniu obras desde seus estudos iniciais, na década de oitenta no Parque Lage, no Rio de Janeiro, até as *Saunas*, fruto de sua produção mais recente. Este ensaio propõe a investigação de uma certa construção de Brasil e de brasilidade, bem como a tentativa de compreensão de um país construído sobre a herança do trauma. A partir de um olhar atento às pistas lançadas no livro de Jota Mombaça, gostaria de propor uma aproximação entre teoria, crítica colonial e estudos *queer*, estabelecendo não apenas uma ponte de tensionamento, mas também de ressonância com a atual exposição de Adriana Varejão, no que ambas artistas apontam para um Brasil – e um mundo – de fato partidos.

Um pedaço. Um fragmento de arquitetura sobre o chão evidencia que estamos falando de uma história em ruínas. Que a pele da construção desse país, que é o nosso, tem carne e músculo. Que se incidirmos nosso gesto, rasgando essa superfície de azulejos coloniais encontramos a ferida dos povos minoritários, negros, indígenas. E que não tem como cavar a nossa história sem falar, em certo ponto, sobre a dor, a existência e o silêncio de povos não brancos, não cisgêneros, não ocidentais, dissidentes de toda norma. Carne é o que constitui corpo. Mas de que corpo falamos quando pensamos no Brasil? Pensar

10.17771/PUCRio.ANA.64910

nessa fase da obra de Varejão é exceder o prazer do belo estético, porque a ferida colonial é talhada na carne. O que se vê então quando se escancara as feridas? Para quantos e quais Brasis Jota Mombaça e Adriana Varejão, de seus lugares tão distintos, apontam? Essas são algumas das perguntas que norteiam os direcionamentos do trabalho.

Palavras-chave: Trauma. Brasil. Jota Mombaça. Adriana Varejão.

Bibliografia

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora.* Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

OBRIST, Hans Ulrich. *Entrevistas Brasileiras,* Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

OSORIO, Luiz Camillo. *Olhar à margem.* São Paulo: SESI-SP Editora, 2017.

10.17771/PUCRio.ANA.64910

O Corpo Lésbico de Monique Wittig – Como (re)pensar sexualidade gênero e desejo?

Clara Biondo de Araújo
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/4263600150089181
clarabaraujo@gmail.com

A partir de algumas ideias de Monique Wittig, presentes tanto em seus escritos políticos quanto em sua obra literária, essa apresentação vai refletir sobre sexo, gênero e desejo, adentrando o universo da autora. Assim, uma articulação entre filosofia e literatura realizada em sua obra será um elemento importante para buscar qual o papel da linguagem no mundo. De acordo com as ideias da autora, presentes no texto *O Pensamento Hétero*, o atravessamento do corpo por "uma multiplicidade de linguagens que atua constantemente sobre a realidade social" (Wittig, 2022, p. 55).

Desse modo, a reflexão em *O Pensamento Hétero* procura empreender uma crítica a heteronormatividade presente em diversos âmbitos da vida contemporânea, em atuação próxima com a luta feminista, repensando a existência da mulher, suas opressões e suas reivindicações. Wittig nesse momento reflete sobre o modo de vida pautado pelo discurso normativo e hétero, que se faz presente também na materialidade. Citamos agora a autora, que procura caracterizar essa norma, e também sua relação com a determinação – institucionalizada – do ato de ser "mulher" ou ser "homem":

> O conceito de diferença entre os sexos constitui ontologicamente as mulheres em diferentes/outros. (...) Mas, para nós, não há ser-mulher ou ser-homem. "Homem" e "mulher" são conceitos políticos de oposição e a cópula que os une dialeticamente é a mesma que os elimina. É o conflito de classe entre homens e mulheres que vai abolir os homens e as mulheres. O conceito de diferença não tem nada de ontológico. (...) A função da diferença é mascarar, em todos os níveis, os conflitos de interesse, inclusive os ideológicos. (Wittig, 2022, p. 64).

Dessa maneira, Wittig elabora uma crítica à heteronormatividade, que por sua vez funda a diferença sexual, e assim, a norma dos corpos. Com sua obra literária *Corpo Lésbico*, a autora reflete sobre o corpo e a sexualidade como guiados por um desejo, que, sem norma e sem nomes para se pautar, procura explorar novos modos de existência.

10.17771/PUCRio.ANA.64920

Como escreve a autora nas primeiras linhas da obra: "O que decorre aqui não há nenhuma que ignore, não tem nome por ora" (Wittig, 2019, p. 5). Assim, o corpo lésbico, sem recair na identidade, é na escrita de Wittig desmembrado, fragmentado, e procura repensar a materialidade do mundo, sem um ideal de diferença e hierarquia entre os seres.

Palavras-chave: Monique Wittig. Corpo. Linguagem.

Bibliografia

WITTIG, M. *O Corpo Lésbico*. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

WITTIG, M. *O Pensamento Hétero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

10.17771/PUCRio.ANA.64920

Linguagens do Feminismo.

Lucia Dias Costa Barros
Mestranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/4240151001075239
luciadcbarros94@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64924

O objetivo do presente trabalho consiste em propor uma leitura do feminismo como uma prática de montagem a partir da ideia de política como dissenso do filósofo Jacques Rancière. A ideia de montagem aparece aqui não só como metodologia de trabalho, pela costura da teoria de Rancière com pensamentos feministas – que, em outras epistemologias, também pensam a política das mulheres a partir de uma perspectiva de desentendimento com o *status quo* –, como também na proposta de abordar a montagem enquanto elemento que pode ser constitutivo dessa política.

A montagem será entendida como o cruzamento de elementos que normalmente não se encontram criando uma sensibilidade nova, uma operação que desidentifica tais elementos de sua perspectiva usual e se apropria da palavra do outro para abrir um campo de possibilidades que torna algo novo visível e dizível. Tal apropriação da palavra do outro está no cerne da ideia de emancipação, por sua vez central no pensamento de Rancière.

O processo de emancipação das mulheres consiste nelas tomarem a palavra para si, falarem apesar de não serem autorizadas a fazê-lo, o que faz com que o que sai de sua boca deixe de ser ruído para se tornar palavra. Isso promove um desentendimento, pois quando as mulheres tomam a palavra para si, esfacelam a ideia já codificada que prescrevia o significado de ser mulher. Ou seja, é um gesto que também as desidentifica da lógica usual. No cerne desse processo também está a apropriação das palavras do outro para abrir sensibilidades que não estavam dadas de antemão.

Pretendo discutir, portanto, como a ideia de emancipação se associa à de montagem pelo modo como articulamos palavras, pensamentos e gestos.

Palavras-chave: Feminismo. Montagem. Arte. Política.

Bibliografia

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera.* São Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.) *Pensamento feminista*. Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019. p. 323-339

ANZALDÚA, Gloria. *A Vulva é uma ferida aberta.* Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

CIXOUS, Helène. *O Riso da Medusa.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. L'Histoire "des" femmes. Entre subjectivation et représentation (note critique). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.) *Femmes et Histoire.* Paris: Plon, 1993. p. 1011-1019

RANCIÈRE, Jacques. *Nas Margens do Político.* Portugal: Editora KKYM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento.* São Paulo: Editora 34, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível.* São Paulo: Editora 34, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64924

Manifesto contrassexual e possibilidades de contraprodução ao sistema sexo-gênero: por outros modos de viver, saber, desejar e gozar.

Richard Roseno Pires
Mestrando em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/7261200882111186
richardsrosenos@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64933

Os estudos queers tem alargado as fronteiras de significação do sistema sexo-gênero e o reiterado enquanto uma tecnologia que forja uma natureza pura, essencial, verdadeira e insuspeita. O fantasma do humanismo essencialista, construtivista, que ronda os estudos de gênero pressupõe um corpo a ser gendrado, corpo esse que possui um verdadeiro sexo o qual o gênero o representa numa relação significante (Sexo) e significado (Gênero). Tal sistema-tecnologia pretende produzir modos de subjetivar obedientes a uma heterossociabilidade hegemônica, fundamental à Biopolítica, e operante no interior da população, que ao mesmo tempo que autoriza e legitima o acesso à própria vida, de acordo com uma inteligibilidade, a gere, segundo as mesmas condições as quais a autorizou a existir.

Em um movimento de contra produção, para além desse contrato heterossocial, que Preciado propõe seu manifesto. Como uma produção a pedagogias outras do corpo, que não se façam obedientes a sexualidade hegemônica, tensionando a organização arquitetônica do corpo, e o reiterando enquanto produtor de multiplicidade de saber-prazer. Pensando que a arquitetura do corpo é política, e que sua potencialidade é múltipla e impensável, o manifesto tensiona o sexo enquanto representante natural de um sistema sexo-gênero-desejo.

Denunciando esse diagnóstico de gênero centrado na construção de uma zona erógena autorizável, que nos é dada no ato do nascimento, Preciado propõe uma inversão dos sistemas de significação heterocentrais sobre o corpo e da utilidade produtiva do sexo. Diferente da tradição feminista, pensa não a partir do gênero, ou da diferenciação sexual, mas a partir do próprio sexo enquanto tecnologia. Leva em conta a sexualidade para pensar na construção de um regime de saber-prazer sobre o corpo, onde o dildo é uma importante prótese que evidencia a não-naturalidade do sexo, enfraquecendo o falo,

pondo a prótese como antecessora do pênis, a saber: o pênis seria a representação do dildo e não ao contrário. Assim, toda parte do corpo pode ser um orifício ou um dildo, toda parte do corpo pode vir a produzir saber-prazer, desde que assuma a contrassexualidade e a contra produção além binariedade do contrato heterocentral.

Nesta apresentação, pretendo fazer uma análise bibliográfica dos caminhos que Preciado percorreu em seu manifesto, elucidando a maneira como os estudos queers contribuem para aberturas das fronteiras arquitetônicas do corpo, traduzindo epistemologias que deixaram de lado a plasticidade do sistema sexo-gênero, e assumindo uma tecnologia estética de si, da própria organicidade do corpo e do sexo enquanto zona erógena.

Palavras-chave: Tecnologia sexo-gênero. Saber-prazer. Manifesto contrassexual. Estudos queers.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero.* Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam:* sobre os limites discursivos do sexo. Trad. Verônica Darminelle. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo, 2019.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade, vontade de saber.* Trad. Maria Thereza de Albuquerque. Paz & Terra: São Paulo, 2017.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual.* Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

10.17771/PUCRio.ANA.64933

A antítese como síntese: Euclides da Cunha e *Os Sertões*.

Jorge Luiz Costa Sales Sá
Mestrando em Filosofia na PUC-Rio
https://lattes.cnpq.br/8490915093857774
jcostasales5@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64937

A literatura brasileira, na virada do século XIX para o século XX, esbarrava em duas possibilidades de existência: a primeira enquanto cópia das correntes literárias em circulação na Europa àquela época; e a segunda, por outro lado, enquanto algo totalmente novo, capaz de expressar o pensamento da nova nação que se formava. Porém, o resultado pareceu ser uma espécie de mistura dessas possibilidades que, em alguns casos, soavam como contraditórias.

O autor a ser abordado na apresentação é Euclides da Cunha, que adotou a contradição como gênero literário. A obra *Os Sertões*, por exemplo, pensada pelo autor para ser um relato descritivo do sertão, do sertanejo e da guerra de Canudos, é, contudo, julgada pelos críticos como narrativa; é um épico, porém com o herói implícito; é uma obra da ciência, com linguajar científico, mas também da poesia, com uso exacerbado de metáforas e de lírica.

A contradição se mostra de maneira muito expressa já nas notas preliminares do livro, onde o autor primeiro denuncia o crime cometido pelo exército brasileiro contra os sertanejos do arraial de Canudos, e logo depois afirma que aquele sertanejo, mesmo representando a rocha firme da nossa nacionalidade, estava fadado ao fim, visto que não sobreviveria às exigências da civilização moderna. As noções de “necessidade histórica” e “progresso” conversaram com as denúncias dos absurdos da guerra, prenunciando que o enredo a seguir, como um de seus traços característicos, caminharia mais para uma antítese que para uma síntese.

Por fim será apresentada, como o auge da contradição em seu pensamento, a dimensão filosófica daquilo que a crítica literária Walnice N. Galvão chamou de “reviravolta de opinião”, ou seja, a percepção, por parte do escritor, da inadequação de categorias europeias para interpretar os acontecimentos e conflitos políticos do Brasil.

Palavras-chave: Euclides da Cunha. *Os Sertões*. Contradição. Literatura brasileira.

Bibliografia

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Edições UBU, 2019.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. "A nossa Vendéia". In: *Canudos e inéditos*. São Paulo: Melhoramentos, 1967. p. 45-49.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. Pernambuco: Editora CEPE, 2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana, ensaios sobre Euclides da Cunha.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*. Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: IMS, 2002.

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha, esboço biográfico.* 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64937

Veredas do sertão: o espaço no *Grande sertão: veredas*.

Nina Teixeira Rodrigues Lima
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/5898435370471976
ninatrlima@gmail.com

No *Grande sertão: veredas*, escrito por João Guimarães Rosa, as confusões características da natureza do sertão estão presentes desde a sua etimologia, *sertanus*, termo cujo sentido se liga à confusão e ao caráter inalcançável que não apenas qualifica a geografia do espaço, mas também orienta o modo de viver daqueles que povoam a região.

Para além da etimologia e das condições geográficas do espaço, o sertão de Rosa, através do qual passa a travessia do personagem Riobaldo, é como um palco que abarca e mistura uma trama de guerra à outra amorosa. O sertão e suas veredas preservam a verossimilhança com a presença de elementos da matéria regional sertaneja, ao mesmo tempo que esta é depurada e reinventada até que se produza um espaço outro, fabuloso, literário, que faz parte do Brasil profundo mas é também alegoria para o mundo.

A confusão do sertão será atribuída por Riobaldo ao demônio que anda espalhado por toda parte, manifesto nas contradições diabólicas das forças naturais. Tomado como um personagem nesta obra, o diabo traz consigo atributos da variação dos valores que operam no Brasil profundo, onde o modo de vida, as leis e as crenças são diferentes daquelas vindas da "civilização" – pois no sertão, onde falta lei e falta rei, operam grupos menores, insurgentes e descentralizados.

Diante disso, o que Riobaldo mais quer é uma definição suficiente do que é o bem e o mal e de onde vêm cada um, para que assim, com esses pastos demarcados, tenha a segurança e a firmeza de que está governando a si mesmo pelo caminho do certo. Contudo, o sertão não garante essas definições que ele almeja, de tal modo que bem e mal se reiteram em função das circunstâncias apresentadas e do poder inventivo de resposta às forças naturais, permitindo aos homens perseverar na sobrevivência. Se o bem e o mal aparecem misturados no sertão, também o agir bem e o agir mal se definem em função da

10.17771/PUCRio.ANA.64943

ocasião, segundo uma lei que opera conforme o momento, e não conforme as convenções, enrijecidas pelo tempo, que apartam o bem do mal.

Com o objetivo de abordar o sertão desde a sua etimologia, explorando suas características espaciais e suas implicações na obra *Grande sertão: veredas*, temos em vista explorar a confusão do terreno sertanejo, tendo como coordenada a seguinte questão: como realizar uma travessia, tal como fez Riobaldo, por um espaço que, por natureza, é o espaço da confusão e da inalcançabilidade, cujos caminhos internos encontram-se entrelaçados?

Palavras-chave: Sertão. Espaço. Travessia.

Bibliografia

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CANDIDO, A. O homem dos avessos In: CANDIDO, A. *Tese e antítese: ensaios*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002, p. 119 - 139.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

COSTA, A. L. M. Via e viagens: a elaboração de Corpo de baile e Grande sertão: veredas. *Cadernos de Literatura Brasileira*, v. 12, n. 20-21, p. 187-235, 2006.

COSTA, A. L. M. Veredas de Viator. *Cadernos de Literatura Brasileira*, v. 12, n. 20-21, p. 10-58, 2006.

COSTA, A. L. M. João Rosa, Viator. In: SCARPELLI, M. de O. F. (Org). *A poética migrante de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 312-348.

LAGES, S. K. *João Guimarães Rosa e a Saudade*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

LORENZ, G. W. *Diálogo com a América Latina:* panorama de uma literatura do futuro. Trad. Rosemary Costhek Abílio e Fredy de Souza Rodrigues. São Paulo: E.P.U., 1973.

NUNES, B. A Rosa o que é de Rosa: literatura e filosofia em Guimarães Rosa. In: PINHEIRO, V. S. (Org.). *A Rosa o que é de Rosa*: literatura e filosofia em Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

MEDEIROS, R. G. Mundo Quase-Árido. *Revista ILHA*, v. 21, n.1, p.21-37, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64943

O olhar do escritor: a atenção e a espera.

Thiago Soler Montalvo
Mestrando em Filosofia na UERJ
https://lattes.cnpq.br/3399172873333300
thiagosolermontalvo@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64948

Rilke, n'*O Testamento* (2009), escreve sobre a sua tentativa malograda de terminar a escrita das *Elegias*. Hospedado por meses no castelo de Berg, sozinho e no cenário pacífico para a criação, sustenta-se *no estado da criação*, sem, contudo, dar continuidade às elegias, mas nisto transparece – diante o não-escrito que o envolveu incessantemente –, uma relação fundamental com a escrita, que revela a interdição enquanto constitutiva.

O não-escrito não representa uma possibilidade não efetuada, uma abstenção voluntária do escritor, tampouco o que foi "deixado de ser" escrito no escrito. O não-escrito não é sequer um resíduo, pois é inalcançável e não pode ser rastreado. Não podemos vê-lo nem mesmo como um sonho, pois o não-escrito não se encaixa nessa categoria. Ele está além de nossa visualização, mas ainda assim envolvido em um sentimento de perda. É a isso que Rilke se refere, quase como um ensinamento visceral: "Eu o soube durante todo este inverno: tenho de me concentrar na meditação de algo. Ah, esta é a perda mais dura: haver perdido algo desconhecido, indecifrável" (Rilke, 2009, p. 133).

E em que consiste tal olhar que não consegue visualizar? Qual era a postura de Rilke durante sua estadia em Berg? Quando o comentador de Rilke fala de uma "concentração aberta" e o próprio de uma "atenção equilibrada", trata-se de dois movimentos que se reúnem em um mesmo campo: primeiro, uma abertura que não se fecha; segundo, a presença de uma tênue força – a do equilíbrio – que sustenta esta sustentação da abertura; e eis a união: a abertura e a força da abertura são o desdobramento de uma *afirmação impessoal*, em que já não mais é um "eu" que olha.

Buscando refinar o entendimento acerca desse olhar do escritor, recorro à noção de *atenção* em Blanchot, que esclarece um olhar que não está investido nem revertido, um olhar que não visa algo nem se encara enquanto vidente, um olhar selado numa força

que não força, uma "força gentil" que não contraria nem combate: entre o 'sim' e o 'não' está "a grande paciência de esperar", tão cara à Rilke. A atenção espera, a atenção é impessoal: "attention has always already detached me from myself" (Blanchot, 1993, p. 121). E é nessa descentralização generalizada que podemos estar 'do lado da atenção' e, enquanto a atenção equivale totalmente a si mesma, o seu *centro é o mistério*, um mistério que se reserva enquanto nada ("but the mystery is nothing, even as a mysterious nothing", *ibidem*). A atenção atenta ao que lhe escapa.

O olhar do escritor está sempre voltado para um mistério sem segredo, que sequer oferece a oportunidade de decifração e que, apesar de insondável, é o guia da escrita. A condição inacessível contida no não-escrito não deixa de ser a condição da escrita. O não-escrito é o misterioso nada que a escrita não deixa de ser, especialmente quando acompanhamos o lamento de Rilke com as palavras de Marguerite Duras: "A escrita é o desconhecido. Antes de escrever, nada sabemos acerca do que vamos escrever. E com toda a lucidez. [...] É o desconhecido que carregamos dentro de nós: escrever, é isso que se alcança. É isso ou nada" (Duras, 2021, p. 63).

Palavras-chave: Atenção. Blanchot. Espera. Impessoal. Rilke.

Bibliografia

BLANCHOT, Maurice. *The infinite conversation.* Translation and foreword by Susan Hanson. Minneapolis; Londres: University of Minnesota Press, 1993.

DURAS, Marguerite. *Escrever*. Trad. Luciene Guimarães de Oliveira. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

RILKE, Rainer Maria. *Os cadernos de Malte Laurids Brigge*. Trad. Lya Luft. São Paulo: Editora Novo Século, 2008.

RILKE, Rainer Maria. *O Testamento*. Trad. Tercio Redondo; prefácio Helmut Galle. São Paulo: Globo, 2009.

RILKE, Rainer Maria. *Elegias de Duíno*. Trad. Dora Ferreira da Silva. 6 ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2013.

10.17771/PUCRio.ANA.64948

Violência do oprimido e violência do opressor: dos modos de violência no *Prefácio* de Jean-Paul Sartre a *Os Condenados da Terra* de Frantz Fanon.

Lucas Gonçalves Palmier de Almeida
Mestrando em Filosofia na UFF
http://lattes.cnpq.br/5864574874088334
lucaspalmier@id.uff.br

A presente comunicação busca refletir sobre o estatuto e o papel político-emancipador da violência a partir do tratamento dessa noção no prefácio de *Os Condenados da Terra*. Nossa apresentação terá dois momentos. Primeiramente, de forma mais breve, contextualizaremos, nos termos de Sartre, a "idade de ouro" da colonização e como, em seguida, uma nova geração de colonizados, utilizando o humanismo europeu, acusam sua inumanidade, pondo fim, dessa forma, a essa era. Em seguida, discutiremos como o discurso de Fanon, ao diagnosticar a decadência europeia, traz um novo tom ao discurso descolonizador, ignorando e mesmo desprezando seus colonizadores. Dessa forma, a obra de Fanon mostra-se devastadora para eles ao se dirigir tão somente aos seus irmãos colonizados, falando de si e descobrindo a si mesmos, em uma total indiferença aos seus colonos.

Logo depois, veremos a resposta sartriana à objeção de seus conterrâneos europeus: por que então, diante dessa indiferença, ler Fanon? Por dois motivos, dirá Sartre: primeiro para nós, os europeus, nos conhecermos; segundo, e o mais importante para o presente trabalho, porque Fanon é o primeiro que se atentará à parteira da história: a violência. Aqui, portanto, teremos o segundo momento da nossa comunicação, onde, mais detidamente, analisaremos a figura da violência no prefácio de Sartre, assim como toda dialética que perpassa essa noção, iniciando com o que chamamos aqui de violência colonial, passando pela violência do oprimido e, por fim, culminando na violência revolucionária. Veremos como esse primeiro momento da violência, a violência colonial, produz uma espécie de sub-humanidade ao criar uma elite colonial e inserir diversas séries de racismos dentro desse próprio povo, estratificando o povo colonizado.

10.17771/PUCRio.ANA.64950

Em seguida, notaremos que o segundo momento da violência, a violência do oprimido, nada mais é senão a violência do opressor, interiorizada pelo oprimido, que, reprimida, torna-os alienados e os faz lutar entre si, desconhecendo o verdadeiro inimigo: o colono. E por fim, no terceiro momento da violência — a violência revolucionária —, a violência do oprimido volta-se contra seu opressor, num movimento de "bumerangue". Veremos, ainda, que a partir dessa dialética e da leitura da obra surgirá um quarto momento da violência: a violência decolonial, aquela que produzirá uma violenta descolonização do colono que o leitor, sobretudo o leitor burguês, carrega dentro de si mesmo. Em suma, essa dialética da violência produzirá, no âmago do colonizado, mas também do colonizador, o que Sartre chama de "neurose colonial", cuja cura será o próprio exercício da violência, mas dessa vez voltada para o colonizador. Isso significa, nas palavras de Sartre, que: "[...] as marcas da violência nenhuma doçura apagará, só a violência pode destruí-las." (Sartre, 2005, p. 38)

Palavras-chave: Violência. Opressor. Oprimido. Sartre. Fanon.

Bibliografia:

FAUSTINO, Deivison Mendes. Sartre, Fanon e a dialética da negritude: diálogos abertos e ainda pertinentes. *EntreLetras*, v. 11, p. 74-101, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de Método. In: SARTRE, Jean-Paul. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio à Edição de 1961. In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2015.

YAZBEK, André Constantino. Sartre contra o humanismo: negatividade e violência. *Kalagatos*, v. 17, p. 86-101, 2020.

10.17771/PUCRio.ANA.64950

Metaforicidade e crítica epistemológica no jovem Nietzsche.

Felipe Amancio Braga
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/2122702645053582
felipeab@live.com

10.17771/PUCRio.ANA.64957

Friedrich Nietzsche, filósofo alemão do século XIX, é frequentemente reputado como mestre da suspeita, crítico da tradição europeia e de seus valores morais. Muito dessa fama de "filósofo rebelde", iconoclasta, se deve à maneira como ele, com base em seu método genealógico, busca a partir de considerações históricas objetar certos ideais metafísicos tidos por inquestionáveis e atemporais. No conjunto dessas críticas, seu modo provocativo de contestar o lugar sagrado conferido à verdade, ao suposto conhecimento verdadeiro, é deveras marcante, e se mantém ainda bastante atual ao ser constantemente retrabalhado por filósofos contemporâneos.

Desse modo, a comunicação intitulada *Metaforicidade e crítica epistemológica da linguagem no jovem Nietzsche* tem por objetivo apresentar algumas meditações realizadas a partir da leitura reflexiva dos chamados textos de juventude de Friedrich Nietzsche, textos nos quais podemos observar não só a gênese, mas o âmago dessas ideias que serão exploradas de modo variado no decorrer da obra do autor. Em vista disso, com foco especial no ensaio póstumo *Sobre a verdade e mentira no sentido extramoral*, proponho não só comentar a argumentação do filósofo a respeito da verdade, mas, sobretudo, analisar as formas com as quais ele constrói essa argumentação por meio de uma série de recursos analógicos e poéticos.

Palavras-chave: Linguagem. Metáfora. Verdade.

Bibliografia

ARCANO, Matheus. *Nietzsche:* verdade como metáfora e linguagem como dissimulação. São Paulo: Editora Amavisse, 2021.

CLARCK, Maudemarie. *Nietzsche on truth and philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KOFMAN, Sarah. *Nietzsche et la métaphore*. Paris: Payot, 1972.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. 3ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MARTON, Scarlett. Por uma genealogia da verdade. In: *Discurso*. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 9, p. 63-80, 1979.

NIETZSCHE, Friederich. *On rhetoric and language*. Tradução de Sander L. Gilman; Carole Blair; David J. Parent. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989.

NIETZSCHE, Friederich. *Sobre verdade e mentira.* Tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Editora Hedra, 2008.

NIETZSCHE, Friederich. *Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. Tradução de Pedro Süssekind. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2013.

NIETZSCHE, Friederich. *Le livre du philosophe: études théorétiques*. Tradução, introdução e notas por Angèle Kremer-Marietti. Paris: Flammarion, 2014.

NIETZSCHE, Friederich. *A visão dionisíaca do mundo e outros textos de juventude*. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes, Maria Cristina dos Santos de Souza; revisão da tradução Marco Casanova. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64957

O enigma "Torna-te aquilo que és" como pensamento-chave da obra de Friedrich Nietzsche.

Matheus Sampaio Benites Correia
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/4621063752192565
matbenites112@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64967

Este trabalho se propõe a investigar o pensamento do “Torna-te quem tu és" de Friedrich Nietzsche como um ensinamento-chave da obra do filósofo alemão. Este enigmático imperativo, que Nietzsche herdou do antigo poeta Píndaro, apareceu não apenas em *A Gaia Ciência* e *Assim Falou Zaratustra*, mas antes mesmo em *Schopenhauer como educador*, consistindo também no subtítulo de *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é*, sua autobiografia e último suspiro antes de perder a lucidez. Desse modo, nota-se que ele atravessa toda a obra nietzschiana. O trabalho a ser apresentado defende que o pensamento da autossuperação é uma espinha dorsal que, sob a forma poética de “Torna-te aquilo que és”, conecta todas as grandes ideias de Nietzsche (o além-do-homem, a vontade de poder, o eterno retorno e o *amor fati*) em seu projeto de transvaloração dos valores humanos, ao qual subjaz tanto uma crítica ao idealismo e à moral, ao “Conheça-te a ti mesmo” (que pressupõe um “Eu” fixo e um lugar dado para ele no mundo), quanto um novo olhar para a vida, não mais se tratando de essências fixas, e sim de uma série de processos e mutações, que devem ser instaurados e ordenados por meio de um ato valorativo e criador do indivíduo, que se torna senhor do caos que é, confere unidade à multiplicidade que o constitui. Cabe ao indivíduo se tornar aquilo que ele é enquanto forças em conflito, ou vontade de poder - um princípio ontológico da própria existência. À medida que supera a si próprio, deve ser capaz de afirmar e amar os acontecimentos necessários na direção de um “Si-mesmo” (*Selbst*) mais autêntico.

Palavras-chave: Nietzsche. Autossuperação. *Torna-te aquilo que és*.

Bibliografia

FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos: Aprender a viver II*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2022.

KAAG, John. *Caminhando com Nietzsche: sobre tornar-se quem se é*. Rio de Janeiro: Red Tapioca, 2019.

MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. Porto Alegre: Editora LPM, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo: de como a gente se torna o que a gente é*. Porto Alegre: Editora LPM, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. *Schopenhauer como educador*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020.

PÍNDARO. *Epinícios e Fragmentos*. Curitiba: Kotter Editorial, 2018.

STEGMAIER, Werner. Nietzsche como destino da filosofia e da humanidade? Interpretação contextual do 1 do capítulo "Por que sou um destino?", de Ecce Homo. *Revista Trans/Form/Ação*, v. 34, n. 1, p. 173-206, 2011.

10.17771/PUCRio.ANA.64967

Considerações sobre a Canção Popular no Jovem Nietzsche: a música dionisíaca e a palavra.

Larissa da Silva Medeiros
Mestranda em Filosofia na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/1993537004365364
larissamedeiros.turismo@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64980

A apresentação tem como objetivo analisar a concepção de Canção Popular durante o período inicial da obra de Friedrich Nietzsche. A relevância desse tema reside na clara e precisa exposição das análises elaboradas por Nietzsche sobre a Canção Popular na Grécia antiga e, simultaneamente, na Alemanha, com base em um recorte específico, mas abrangente, do livro *O Nascimento da Tragédia*.

Nietzsche é um autor dotado de uma admirável maestria em circular entre perspectivas históricas, musicológicas e metafísicas que se revelam gradativamente. Tais perspectivas serão apresentadas por Nietzsche tanto nos textos preparatórios ao *Nascimento da Tragédia*, quanto na obra propriamente publicada. Um dos principais motivos para a escolha do tema da Canção Popular é a sua importância para a metafísica de artista, o projeto estético do jovem Nietzsche que pensa o desenvolvimento da arte e o resgate dos aspectos trágicos da cultura no século XIX à luz da filosofia de Schopenhauer. As investigações acerca da Canção Popular grega e da Canção Popular alemã surgem em meio aos desdobramentos desse projeto estético. Tanto as análises do drama musical, quanto as análises da canção dionisíaca, remontam à cultura grega clássica e refletem na cultura alemã moderna.

Sendo assim, é necessário nos debruçarmos também sobre a relação entre melodia e palavra como um dos alicerces da Canção Popular. Cabe ressaltar as aproximações de Nietzsche às discussões culturais de sua época acerca do conceito de povo e cultura, que influenciaram o seu próprio projeto cultural. Desse modo, esperamos que tais aproximações com essas discussões culturais de seu tempo possam fornecer um respaldo teórico para as nossas hipóteses.

Palavras-chave: Cultura Popular. Linguagem. Música Dionisíaca.

Bibliografia

BENCHIMOL, Márcio. *Ser Humano, Cultura e Sociedade no Jovem Nietzsche.* São Paulo: Editora Phi, 2021.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURNHAM, Douglas; JESINGHAUSEN, Martin. *Nietzsche's The Birth of Tragedy.* New York: Continuum International Publishing Group, 2010.

BURNETT, Henry. *Nietzsche, Adorno e um Pouquinho de Brasil*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011.

CAVALCANTI, Anna Hartmann. *Símbolo e Alegoria*: a gênese da concepção de linguagem em Nietzsche. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

CORBIER, Christopher. Harmonia e música dionisíaca: do Drama Musical grego ao *Nascimento da Tragédia*. São Paulo: *Cadernos Nietzsche*, n. 34. 2014.

LIMA, Márcio José. Canção Popular e música dionisíaca em Nietzsche. Guarulhos/Porto Seguro: *Cadernos Nietzsche*, v. 38, n. 1, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. *Nascimento da Tragédia*. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Visão Dionisíaca do Mundo e Outros Textos de Juventude.* Tradução de Maria Cristina dos Santos de Souza e Marcos Sinésio Pereira Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e como Representação I*. Tradução, Apresentação, notas e índices de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WAGNER, Richard. *Beethoven*. Tradução e notas de Anna Hartmann Cavalcanti. São Paulo: Zahar, 2010.

10.17771/PUCRio.ANA.64980

Uma possível fonte mito-organológica da duplicidade apolínea-dionisíaca em Nietzsche.

Tito Stepanenko Gaglianone
Mestrando na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/3929188070372207
titogaglianone@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64986

A percepção de uma dualidade simbólica – entre Apolo e Dioniso – na Grécia não era novidade na época de Nietzsche. Na verdade, a constatação dessa duplicidade era lugar comum entre os alemães do Século XIX e já estava presente de certo modo desde a antiguidade (Schmidt, 2012 p. 91-98). O filósofo bebeu dessas fontes nas suas formulações e construiu ao seu modo uma significação mais concisa de seu simbolismo, concebendo o apolíneo-dionisíaco como impulsos artísticos originais (Nietzsche, 2020, p. 21), de dimensão estética, psicológica e metafísica, inspirada nas suas leituras sobretudo de Schopenhauer e Wagner. Contudo, há uma simbologia ancorada em um famoso mito helênico que suponho poder trazer luz para o fenômeno desses dois estados artísticos. Trata-se do mito que aborda a diferenciação organológica entre dois instrumentos muito difundidos na Grécia: a κιθάρα (*kithára*) e o αὐλός (*aulós*). As associações de cada um destes instrumentos às práticas culturais de expressão poético-religiosa de sua época parecem se opor, porém, paradoxalmente, elas são intrinsecamente complementares. Com efeito, as paridades notadas por Nietzsche em *O Nascimento da tragédia* entre o gênero épico e o lírico; o peã e o ditirambo; a cítara e o *aulós*; enfim, entre Apolo e Dionísio, é também aquela encontrada sintetizada no mito de Marsias. O mito remonta à invenção do *aulós*, que era o principal instrumento dos rituais dionisíacos, do coro ditirâmbico e da tragédia (Pereira, 2001, p. 414; Bell, 2020, p. 19-20). Segundo a tradição, o sátiro Mársias, dominando o *aulós*, desafia Apolo com sua cítara para uma disputa musical. Tendo vencido a primeira etapa, ele acaba sendo derrotado pelo deus que decide cantar em acompanhamento. Mársias foi vencido, morto e esquartejado pela sua audácia, mas havia feito Apolo estremecer. O mito oferece uma gama ampla para análises que, de várias maneiras, entram em consonância com as teses nietzschianas. O objetivo da minha comunicação, entretanto, é intensificar o prisma organológico segundo uma

ótica filosófica. Assim, irei partir do fato de que ambos eram instrumentos de natureza totalmente diversa: o *aulós* era um instrumento de sopro, dissonante, de tons imperfeitos e bastante maleável modalmente, enquanto que a *kithára*, era um instrumento de corda, de afinação precisa, rigidamente controlado, e de alta precisão harmônica (Bell, 2020, p. 29-30). A intenção é demonstrar como as diferentes características dos instrumentos já entre os gregos antigos carregavam uma dualidade simbólica, que poderia servir como fonte para o apolíneo-dionisíaco de Nietzsche.

Palavras-chave: Nietzsche. Estética. Música Grega. Mitologia.

Bibliografia

BELL, K. *From Dionysus to Die Walküre: The Ancient Greek Aulos as a Key to Wagner's Writing for the Oboe and English Horn*. Thesis (Doctorate in Music) – Jacobs School of Music, Indiana University. Bloomington, 161p., 2020.

NIETZSCHE, F. *O Nascimento da Tragédia, ou, os gregos e o pessimismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020.

PEREIRA, A. *A Mousiké: Das Origens ao Drama de Eurípides*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

SCHMIDT, J. *Kommentar zu Nietzsches "Die Geburt der Tragödie"*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2012.

10.17771/PUCRio.ANA.64986

O agregado e o favor: estudo sobre o ressentimento no Brasil no século XIX a partir de Nietzsche e Machado de Assis.

Ronaldo Pelli Junior
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/2437545597681125
ronaldopelli@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64990

O crítico literário Roberto Schwarz, em seu famoso ensaio *As ideias fora do lugar* (2000), sugere que a colonização no Brasil, baseada no monopólio da terra para uma agricultura extrativista de exportação, teria produzido três classes sociais: os latifundiários, os escravos, e o homem livre-dependente – este último, em outro momento, é dito encontrar sua caricatura na figura do "agregado". Schwarz argumenta também que é conhecida a violenta relação entre latifundiários e escravos, mas que a sociabilidade entre os grandes donos de terras e os agregados precisaria ser melhor desenvolvida, principalmente porque é ali que se desenvolvia o "nexo efetivo da vida ideológica" (Schwarz, 2000, 16ss). Esta relação seria baseada no favor: mesmo que seja uma classe multifacetada, o homem livre dependia do latifundiário para conseguir viver. O agregado não era só oprimido, contudo: ele se aproveitava dessa relação para se diferenciar dos escravos. Tal relação remete de forma quase direta a uma possível definição do homem ressentido, personagem conceitual de Nietzsche.

Para tentar fazer esse paralelo, essa apresentação vai se utilizar da obra de Friedrich Nietzsche, mas sobretudo do livro *Genealogia da moral*, em que o filósofo alemão conceitualiza com mais cuidado o termo "ressentimento" como aquele afeto que estaria por trás do que ele chamou de "a moral do escravo". Também se aproveitará de textos do próprio Machado de Assis, em especial duas crônicas que abordam diretamente a assinatura da Lei Áurea e o capítulo inicial de Quincas Borba, para exemplificar os três tipos propostos por Schwarz e demonstrar o quanto a formação da sociedade brasileira no século XIX estaria contaminada pelo ressentimento – o que, talvez, tenha reflexos até hoje.

Palavras-chave: Nietzsche. Ressentimento. Machado de Assis. Agregado. Roberto Schwarz.

Bibliografia

ASSIS, Machado de. *Obra Completa de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Acessado em https://machado.mec.gov.br/index.php.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Tradução: Paulo César Souza. Companhia de Bolso: São Paulo, 2018.

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". In: *Ao vencedor as batatas.* Ed. 34, São Paulo: 2000.

10.17771/PUCRio.ANA.64990

Desacordos de Nietzsche com Rée sobre o valor do desinteresse.

Igor Alves de Melo
Doutorando na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/4373822674139814
igormelorj@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64992

Esta comunicação intenta discutir os desacordos ocultos de Nietzsche com Rée sobre o valor do desinteresse. Para isso, a discussão se concentra em *Humano, demasiado humano* (1878), de Nietzsche, e em *A origem dos sentimentos morais* (1877), de Rée. A investigação filosófica de ambos os autores tem em comum o propósito descritivo em torno dos fenômenos morais. Isso quer dizer que eles não expressam o compromisso de defender uma moral normativa ou de oferecer uma fundamentação da moral, embora aspectos normativos se façam notar em suas descrições. Os desacordos de Nietzsche com Rée são ocultos porque se mostram apenas mediante comparação entre as teses defendidas. Rée defende que as ações se dividem em impulsos egoístas e não-egoístas: estas deram origem ao conceito de mau e aquelas, ao conceito de bom. Para ele, a motivação desinteressada é o critério que distingue as boas ações, que teriam por objetivo exclusivo o bem-estar alheio e, portanto, ocorreriam exclusivamente em função do outro.

Assim, apesar de suas pretensões antimetafísicas, Rée descreve um esquema conceitual muito semelhante ao de Schopenhauer. Em contrapartida, Nietzsche nega categoricamente a existência de ações não-egoístas. Para ele, o que se entende equivocadamente por 'não-egoísta' se desenvolveu historicamente a partir de transformações do egoísmo de acordo com as exigências de cada cultura, razão pela qual recomenda reduzir o não-egoísmo ao egoísmo. Em vez da dualidade entre egoísmo e não-egoísmo, Nietzsche supõe diversos tipos de egoísmo conforme os diversos graus de sublimação desse sentimento básico. Assim, o que está na raiz do desacordo entre os dois autores é a noção de motivação desinteressada, uma vez que, para Nietzsche, não existem ações não-egoístas justamente porque uma ação desprovida de interesse seria uma ação desprovida de seu próprio móbile.

Palavras-chave: Egoísmo. Não-egoísmo. Desinteresse.

Bibliografia

FAZIO, Domenico. A ética na escola de Schopenhauer: o caso de Paul Rée. *Ethic@*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 87-98, jul. 2012.

ITAPARICA, André. Nietzsche e Paul Rée: o projeto de naturalização da moral em Humano, demasiado humano. *Dissertatio*, Pelotas, v. 38, p. 57-77, verão de 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*: um livro para espíritos livres, volume I. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RÉE, Paul. *A origem dos sentimentos morais*. Tradução de André Itaparica e Clademir Araldi. São Paulo: Unifesp, 2018.

SANTOS, Oscar Augusto Rocha. *Egoísmo e altruísmo nos primeiros diálogos de Nietzsche com a tradição utilitarista*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.64992

Experimentação da escrita: a arte do estilo em Nietzsche e Clarice Lispector.

Quésia Oliveira Olanda
Mestranda em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/3297948645119846
olandaquesi@gmail.com

Para Nietzsche, importa mais o estilo do que o método. Não se trata apenas de escrever, mas de como se escreve. Sendo assim, abordaremos esse assunto a partir da sua obra, atrelando-a a Clarice Lispector, tendo em vista a relevância desse assunto também nos escritos da autora. O presente trabalho tem por objetivo aproximar a estética da escrita desses pensadores. Faremos, portanto, ponte entre Filosofia e Literatura. Ponte que não separa, mas que atravessa.

Nessa travessia, usaremos como aporte teórico algumas obras nietzschianas, sobretudo seu *Ecce Homo* (1908) que, além de ser autobiográfico, fala sobre uma arte do estilo, compreendida como um trabalho estilístico da linguagem, a fim de que, através dela, os afetos sejam comunicados. Usaremos também *Assim Falava Zaratustra*, para expor a questão do estilo e o ensaio *Sobre a verdade e mentira no sentido extramoral*, no qual Nietzsche escreve sobre a importância da metáfora em seus textos.

Nosso filósofo elabora críticas a um modelo racionalista de linguagem, pois esse inferioriza o teor artístico como um todo, ao passo que, coloca a lógica e a dialética em um lugar de superioridade. “O modo Clarice” de escrever também denuncia essa tradição, como em *A Paixão Segundo GH* (1964). Ambos conduzem as palavras como numa dança, ora aforismática, ora dissertativa, ora poética.

Ambos são, ainda, escritores que não se limitam a um modelo. Nesse sentido, é possível dizer que a escrita de ambos é uma escrita da diferença. Nietzsche encara a filosofia como estilo, e assim o faz em seus escritos. A escrita é, portanto, um exercício que se encontra sempre no mar das muitas possibilidades ou em termos derridianos, se encontra no campo da disseminação, feita em dobras. De forma parecida, Olga Borelli, amiga e biógrafa de Lispector comenta que, para Clarice, “escrever era experimentar”

10.17771/PUCRio.ANA.64999

(Borelli, 1981). São como escritas de um *flâneur*– termo que Benjamin retirou da poesia de Baudelaire –, pois o pensador alemão valoriza "pensamentos caminhantes".

Contrariando a escrita sistemática, defenderemos uma arte do estilo que é plural, inventiva, pois como disse Derrida: "Se há estilo, Nietzsche no-lo recordou, ele só pode ser plural".

Palavras-chave: Estética. Escrita. Estilos.

Bibliografia

BORELLI, Olga. *Clarice Lispector, esboço para um possível retrato*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CRAGNOLINI, Mónica B. *Nombre e identidad: filosofar em nombre próprio.* Ponencia al X Congreso Nacional de Filosofia, Huerta Grande, noviembre de 1999.

JACQUES, D. *Margens da Filosofia.* São Paulo: Papirus, 1991.

LISPECTOR, Clarice. *A Paixão Segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a verdade e mentira no sentido extramoral*. São Paulo: Hedra, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NUNES, Benedito. *O Drama da Linguagem, uma leitura de Clarice Lispector.* São Paulo: Ática, 1973.

10.17771/PUCRio.ANA.64999

A teoria do trágico deleuziana.

Isabela Pimentel Peixoto
Doutoranda em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/7445529591097025
isabelapimentelpeixoto@yahoo.com.br

10.17771/PUCRio.ANA.65001

O significado de algo "trágico" pode parecer simples a um primeiro olhar, no entanto é uma palavra que carrega diversas camadas de significação ao longo de sua história. Ao mesmo tempo que "trágico" pode se referir às características específicas da tragédia grega, ou da tragédia como forma de drama em geral, houve uma importante absorção do termo na filosofia, sobretudo a partir do fim do século XVIII, de forma que o "trágico" se tornou também um conceito filosófico. Partindo de estudos antropológicos e históricos, o "trágico" denota circunstâncias específicas em que uma cultura trágica se deu na Grécia Antiga. Além, claro, do significado da palavra no léxico comum, em referência a acontecimentos terríveis, desastres, fatalidades. O entendimento de Deleuze sobre o trágico parte da conceituação filosófica do termo. A partir da leitura que faz de Nietzsche, Deleuze mobiliza o trágico contra aquilo que achava mais fraco na filosofia, e na forma como a filosofia absorveu o trágico, sobretudo em oposição a Hegel. O trágico, então, é o signo de uma crítica severa à dialética, ao cristianismo, ao socratismo, e àquilo que haveria de comum entre os três. O trágico nietzschiano, para Deleuze, faria frente a essas três formas de decadência que corromperam o pensamento e as formas de viver.

O conceito de "trágico" na obra de Deleuze, e em sua obra conjunta com Guattari, não tem um sentido monolítico, e por vezes parece opaco à interpretação. Em diversos momentos é possível confundir a crítica a uma certa acepção do trágico com um descarte da ideia de trágico como um todo. Desde a leitura que Deleuze faz do trágico em Nietzsche e a Filosofia, até a presença do conceito em *Diferença e Repetição*, podemos ver um certo deslocamento de sentido do que é entendido por trágico e como ele é articulado, sem, no entanto, deixar de ser um conceito positivo, com função interessante na filosofia deleuziana.

Em *Nietzsche e a Filosofia*, aparece a ideia de um pensamento trágico, que é praticamente identificado por Deleuze com o pensamento nietzschiano em geral. O

pensamento trágico seria capaz de fazer frente ao pensamento racional e seu niilismo, suas categorias advindas do ressentimento, seu espírito de vingança, seu páthos dialético. A análise de Deleuze sobre o trágico nietzschiano coloca o conceito no meio de uma filosofia da natureza, ou ontologia, nietzschiana. Mais tarde, em *Diferença e Repetição*, o trágico reaparece, ainda nietzschiano, mas agora articulado no interior das teses ontológicas propriamente deleuzianas. Apontamos, então, para a possibilidade de identificar uma teoria do trágico na filosofia deleuziana, voltada não para uma teoria estética da forma literária trágica, mas para um horizonte ético e político.

Palavras-chave: Trágico. Deleuze. Nietzsche.

Bibliografia

BUCHANAN, Ian; MATTS, Tim; BORG, Ruben. *Deleuze and the Schizoanalysis of Literature*. New York: Bloomsbury Academic, 2015.

DELEUZE, Gilles. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Trad. Roberto Machado; Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Mariana de Toledo Barbosa; Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018.

10.17771/PUCRio.ANA.65001

Considerações sobre os caminhos do poema de Parmênides.

Josias Israel Ferreira Alves
Mestrando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/6693293208967305
josiasisrael54@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65004

A figura de Parmênides talvez seja, para boa parte dos comentadores, umas das mais eminentes na história da filosofia. Parte de sua importância se deve pela forte influência que suas teses vieram a ter ao longo da história do pensamento ocidental — por exemplo, nos filósofos posteriores, tais como os de Platão e Aristóteles. De acordo com Diógenes Laércio, atribui-se a Parmênides uma série de fragmentos de um poema em hexâmetros preservados, em larga medida, por Sexto Empírico e Simplício. A partir da primeira edição dos fragmentos, feita por Herman Diels em 1897, boa parte dos intérpretes costuma organizar os 19 fragmentos em três partes. Um proêmio (fr.1), com a descrição da viagem de um jovem que é conduzido pelas musas até uma deusa; uma segunda parte, conhecida como "via da verdade" (frr.2-8); e uma terceira parte, conhecida como "via das opiniões" (frr.9-19). O texto como um todo é alvo de muitos debates, tanto do ponto de vista interpretativo, como no que diz respeito ao estabelecimento do texto. No entanto há uma problemática costuma se sobressair entre as demais: quantos caminhos há em Parmênides? Nesse sentido, o presente trabalho busca dar um panorama geral sobre as possibilidades de interpretação dessa questão, bem como problematizar algumas leituras tradicionais que se cristalizaram ao longo da história a respeito das teses de Parmênides.

Palavras-chave: Ser. Caminho. Pensamento.

Bibliografia

BARNES, J. Parmenides and the Eleatic One. *Archiv fur Geschichte der Philosophie*, v. 61, p. 1-21, 1979.

BARNES, J. *The Presocratic Philosophers*. 2 vols. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

BARNES, J. *Early Greek Philosophy*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1987.

CARNEIRO LEÃO, E. e WRUBLEWSKI, S. *Os Pensadores Originários.* Petrópolis: Vozes, 1991.

CAVALCANTE DE SOUSA, J. *Os Pré-Socráticos*. São Paulo: Abril, 1973.

CORDERO, N. L. *Sendo, se é:* a tese de Parmênides. Trad. Eduardo Wolf. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

CORDERO, N. L. Les Deux Chemins de Parmenide dans les fragments 6 et 7. *Phronesis*, v. 24, p. 1-32, 1979.

CORNFORD F.M. *Plato and Parmenides*. London: Keagan Paul, 1939.

COSTA, A. O sentido histórico-filosófico do poema de Parmênides. *Anais de Filosofia Clássica*, v. 1, n. 1, p. 92-128, 2007.

COSTA, A. *Sobre a verdade e as opiniões*: o Poema de Parmênides e a incisão entre ser e devir. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. (Tese de Doutorado).

DIELS, H. *Parmenides*. Lehrgedicht. Berlin: Georg Reimer, 1897.

DIELS, H.; KRANZ, W. eds. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 3 vols. 1951–52; reprint of 6th ed. Berlin: Weidmann, 1974.

10.17771/PUCRio.ANA.65004

O Parmênides alegórico de Sexto Empírico.

Bruno Fernandes Santos
Doutorando em Filosofia da UFF
http://lattes.cnpq.br/5109659533833095
fernandes_bruno@id.uff.br

10.17771/PUCRio.ANA.65024

Parmênides é um autor que nos chegou de forma precária, fragmentada, mas que resiste aos escombros do tempo através das muitas questões que continuam a nos mover intelectual e afetivamente. Tudo que sabemos sobre ele está circunscrito aos testemunhos e citações feitas por autores tardios ao aparecimento do seu Poema, sendo o último a citá-lo o neoplatônico Simplício. E o que é citado, não é completo, pois quem cita não tem a preocupação de preservar a integridade do texto, citando apenas o que lhe interessa naquele momento. Diante dessa escassez de fontes, talvez jamais saibamos o que pensou Parmênides por termos que lidar com fragmentos que não podemos nem mesmo dizer qual seria a ordenação correta, com a exceção de B1, 1-31, o fragmento referente ao proêmio, graças a uma notícia, também tardia, do cético Sexto Empírico.

Ao longo desta exposição, ver-se-á que um dos principais problemas na recepção de Parmênides talvez seja o da imposição que alguns copistas fizeram ao seu Poema, imprimindo sobre ele interpretações que, em determinados aspectos, não parecem encontrar respaldo textual naquilo que dele nos restou. Sexto Empírico, por exemplo, interpreta o *thymós* que inicia o proêmio como se ele fosse um impulso irracional. Além disso, ele atribui ao texto uma dicotomia que servirá para desvalorizar os conteúdos inerentes às opiniões, ao passo que a verdade, por ser inteira, imóvel, inquebrantável e inviolável (B8, 48), será exaltada por ser o principal meio de adquirirmos um aprendizado seguro acerca de tudo que há. Todavia, não se compreende que a verdade parmenídea não pode tocar o mundo, pois a sua perfeição e integridade é incompatível com a instabilidade do *kósmos*. Assim, a verdade não seria mais valiosa por garantir um aprendizado acerca das coisas, pois estas não podem ser apreendidas por aquilo que pensar verdadeiramente significa para Parmênides. Que tipo de aprendizado a verdade refundada pelo Eleata garantiria, então? Talvez um aprendizado, um saber, ou um conhecimento, autorreferencial e abstrato, distanciado do mundo e amarrado por *anánke*, a necessidade,

àquilo que garante alguma segurança e estabilidade a despeito de todo o frenesi mundano: a própria verdade. Ela, portanto, ensinaria sobre si e poderia apenas dizer de si mesma. Por conseguinte, esta exposição pretende analisar a interpretação que Sexto Empírico faz do Poema de Parmênides, em seu *Contra os Lógicos,* pois ela deu azo para que uma gama de intérpretes posteriores passasse a ver a poesia parmenídea segundo a mesma dicotomia que o cético utiliza para priorizar alguns conteúdos em detrimento dos outros.

Palavras-chave: Parmênides. Sexto Empírico. Verdade. Essência. Aparência.

Bibliografia

COSTA, Alexandre. *Sobre a verdade e as opiniões:* o Poema de Parmênides e a incisão entre ser e devir. 2010, 172 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Rio de Janeiro, 2010.

EMPIRICUS, Sextus. *Against the Logicians*. New York: Cambridge University Press, 2005.

PARMÊNIDES. *Da natureza*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

PARMÊNIDES. *Filósofos épicos I:* Parmênides e Xenófanes. Fragmentos/edição do texto grego, tradução e comentários Fernando Santoro; revisão científica Néstor Cordero. Rio de Janeiro: Hexis, 2011.

10.17771/PUCRio.ANA.65024

As figuras gorgianas: o uso do paralelismo em *Epitáfio*.

Thatiane Santos Meneses
Doutoranda em Filosofia na UFS
http://lattes.cnpq.br/5796008754557530
thatianesm@hotmail.com

A presente comunicação tem por objetivo analisar a presença das figuras de linguagem nos discursos gorgianos. Górgias de Leontinos é reconhecido por estudiosos dos sofistas como um dos principais representantes desse movimento filosófico e tal alcunha se deve ao fato de Górgias dotar de um grande poder persuasivo, relacionado ao uso frequente de figuras de linguagem em seus discursos. Em específico, será investigado o uso da figura de linguagem de repetição estrutural paralelismo presente na obra gorgiana *Epitáfio,* também chamado de *Oração Fúnebre,* texto que foi escrito por Górgias para homenagear os guerreiros mortos na guerra do Peloponeso.

A escolha dessa obra se deu por ela ser conhecida como o discurso gorgiano que mais apresenta exemplares das chamadas figuras gorgianas. Por meio do uso das figuras de linguagem, o orador pode expressar com maior ênfase suas ideias e suscitar as emoções de seu público. Por conta desse poder, se faz necessário o estudo do que este recurso estilístico traz para o discurso a ponto de provocar as mais variadas sensações nas pessoas. Nossa leitura é que Górgias tinha uma intenção não só ao escolher os termos utilizados no *Epitáfio,* mas também ao optar a figura de linguagem paralelismo.

O tema é relevante para a compreensão do estilo do discurso retórico de Górgias. Estudos apontam que a eloquência discursiva do leontino estava ligada ao seu interesse e zelo pela língua. Górgias considerava o conhecimento das palavras uma aliada inseparável de um bom discurso. Não à toa, utilizava vários recursos estilísticos em seus discursos retóricos para dar força à mensagem que estava sendo veiculada.

Esse uso constante das figuras de linguagem e outros elementos discursivos foram alvos de muitas críticas ao estilo gorgiano, notadamente fomentados pelas críticas que Platão tecia à época. No entanto, não se pode olvidar que essa preocupação com o discurso enriqueceu os estudos acerca do estilo retórico e é utilizado até os dias atuais como

10.17771/PUCRio.ANA.65029

exemplo em diversas obras que versam sobre estilo discursivo, especialmente quando o assunto é a retórica clássica.

Resta claro o motivo pelo qual os discursos de Górgias eram tão eloquentes e faziam demasiado sucesso em Atenas: ele conhecia as palavras e, como dito, tinha admiração pela linguagem. Compreendendo esta premissa, fica fácil inferir que qualquer que fosse a figura de linguagem empregada, Górgias conseguiria atingir o fim do seu discurso que era, antes de tudo, convencer o público de sua tese, uma demonstração disso é a utilização do paralelismo de forma seriada, posto que referida figura de linguagem aparece em três oportunidades uma após a outra.

Palavras-chave: Górgias. Discurso. Figuras de linguagem. Persuasão. Retórica.

Bibliografia

DINUCCI, Aldo. *Górgias de Leontinos.* São Paulo: Oficina do Livro, 2017.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo.* São Paulo: Contexto, 2008.

ROMILLY, Jacqueline de. *Os grandes sofistas da Atenas de Péricles.* Tradução de Osório Silva Barbosa Sobrinho. São Paulo: Octavo, 2017.

UNTERSTEINER, Mario. *A obra dos sofistas:* uma interpretação filosófica. Tradução de Renato Ambrósio. São Paulo: Paulus, 2012.

10.17771/PUCRio.ANA.65029

Beleza e *physiologia* em Platão.

Beatriz Saar
Doutoranda em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/0068794745681160
beatrizsaar@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65037

Neste estudo, viso apresentar possíveis conexões da chamada "tradição fisiológica do prazer" com a beleza. É costume entre os estudiosos do prazer levantarem duas tradições para delimitá-lo, a moral e a fisiológica. A tradição moral teria por objetivo, em linhas gerais, a formulação de prescrições éticas. Ao nutrir um interesse teórico pouco robusto, tal tradição não estaria buscando investigar, pelo menos não primariamente, a natureza e as causas do prazer. A tradição da *physiologia*, por sua vez, atribuída principalmente à extensa doutrina médica e aos filósofos pré-socráticos, não tem como foco uma exposição de cunho moral, mas sim algo como a questão "o que é o prazer?".

Nesse sentido, o foco aqui reside, sobretudo, na investigação dos processos fisiológicos implicados na ação corpórea, expressos nos processos físicos, por exemplo. Meu objetivo é demonstrar de que modo Platão pode inserir-se nesta segunda tradição e de que modo a beleza é relacionada ao prazer nesses termos. Para tanto, irei, primeiramente, abordar as principais bases da tradição supracitada. Em seguida, irei analisar o diálogo *Filebo* e demonstrar como uma relação fisiológica é lá estabelecida e sob quais termos a beleza está sendo entendida nesta compreensão.

Palavras-chave: Prazer. *Filebo*. *Physiologia*. Beleza. *Doenças IV*.

Bibliografia

CRAIK, E. Plato and medical texts: *Symposium* 185c-193d. *Classical Quartely*, v. 51.1. p. 109-114, 2001.

CORPUS HIPPOCRATICUM. *De la génération, de la nature de l'enfant, des maladies IV, du foetus de huit mois*. Texte établi et traduit par Robert Joly. Tome XI. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

CORPUS HIPPOCRATICUM. *Enfermidades IV*. In: Tratados Hipocráticos VIII. Trad. María Eugenia Rodrigues Blanco. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

GOSLING, P.C. B.; TAYLOR, C. C. W. *The Greeks on pleasure*. New York: Oxford University Press, 1982.

JOLY, R. Platon et la médecine. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, LH-20, p. 435-451, 1961.

LITTRÉ, É. *Oeuvres complètes d'Hippocrate*. Vol. VI. Paris: Baillière, 1849.

LONIE, I. *The Hippocrates treatises "On generation", "On the nature the child", "Diseases IV": a commentary*. Berlin & New York: De Gruyter, 1981.

PLATÃO. *Banquete*. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: 34, 2016.

PLATÃO. *Filebo*. Tradução de Fernando Muniz. São Paulo: Loyola, 2012.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução de Manuel Oliveira Pulquério. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

PLATÃO. *Opera*. Recognovit breviqve adnotatione critica instrvxit: Iohannes Burnet. Tomvs II e III. Oxford: Typographeo Clarendoniano, 1900.

VEGETTI, M. *La medicina in Platone*. Venezia: il Cardo/Saggi, 1995.

WOLFSDORF, D. *Pleasure in Ancient Greek Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

10.17771/PUCRio.ANA.65037

A constituição do discurso filosófico no *Primeiro Alcibíades* de Platão.

João Ulisses de Sousa Viturino
Mestrando em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/2571895780161129
joaoulisses@id.uff.br

10.17771/PUCRio.ANA.65044

A apresentação buscará analisar a constituição do discurso filosófico a partir da relação homoerótica na Grécia antiga. A educação erótica tinha a finalidade de propiciar aos mais jovens o *ethos* necessário para o exercício da virtude política. Tratava-se, portanto, da formação moral da cidade e dos homens. Por esse motivo, a *paiderastía* deveria estar em conformidade com as convenções *políades*, respeitando condições determinadas de sociabilidade. Sob esse aspecto, as relações conviviais entre *erastés* e *erómenos* estavam ligados aos atributos cívicos e militares, estando restritas a homens livres e proibidas a escravos.

Tendo essas condições em vista, pretendemos demonstrar que no *Primeiro Alcibíades* a relação entre *erastés* e *erómenos* funciona como engrenagem central para a constituição do discurso filosófico. Para tanto, tomamos como referência a abertura do diálogo, passos 103a-106b. Neles, Sócrates se apresenta como único *erastés* que permanece ao lado de Alcibíades, indicando preliminarmente que o caminho da filosofia é feito em dialogicidade. Assim, entre pergunta e resposta, Sócrates propõe ao jovem que este o imite, abandonando a retórica dos discursos longos com a qual estava acostumado.

Para discutirmos a constituição do discurso filosófico no *Primeiro Alcibíades* a partir do erotismo antigo, consideramos a influência das teorias da oralidade e da escrita na poesia arcaica e clássica nos estudos platônicos, associada à virada linguística contemporânea. Assim, a metodologia do trabalho segue as considerações de Halperin (1986) e Blondell (2002), segundo as quais a composição erótica dos diálogos se insere em contextos de performance literária, ao mesmo tempo em que Platão produz novos arranjos e (re)interpretações acerca da atividade filosófica e da homoerótica grega. O diálogo então é tematizado como um artifício pedagógico. De acordo com a autora, os diálogos socráticos podem ser compreendidos a partir das dimensões desenvolvimentistas entre os temas prescritos. Essa proposição sugere que Platão ao promover o encontro de

Sócrates com jovens propensos ao exercício da filosofia indica que os personagens estão em um contexto de troca e de ensino.

Os diálogos socráticos (*lógoí sokratikói*) permanecem dentro de uma composição dialética, conhecidos como aporéticos. Esse contexto permite que Platão aproxime os interlocutores em torno das questões que são apresentadas no texto e das representações dos personagens. Assim, Platão aponta que o exercício da filosofia contém uma dimensão erótica que insere o sujeito em um processo de aprendizagem mútua e ao mesmo tempo contínuo.

Palavras-chave: Erótica. *Primeiro Alcibíades*. Platão. Discurso Filosófico.

Bibliografia

BLONDELL, Ruby. *The Play of Characther in Plato's Dialogue*. Cambridge University Press, 2002.

COSSUTA, F. *L'analyse du discours philosophique, entre analyse du discours et philosophie*. Comunicação apresentada no III Congresso DiscourseNet, 11 a 14 /09 /2019, Universidade de Cergy-Pontoise, publicado em 11/02/2020.

HALPERIN, David M. Platonic Eros and what men call love. *Ancient philosophy*, v. 5, n. 2, p. 161-204, 1985.

10.17771/PUCRio.ANA.65044

O Além na Antiguidade Grega: um estudo sobre o imaginário ultramundano de Platão.

Maria Eduarda dos Santos Magalhães
Mestranda em Filosofia na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/5077171333271515
dudamags12@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65056

Platão, em alguns de seus diálogos, descreve cenas no Além. Lá o homem, após a morte, sofreria julgamento e tomaria diferentes destinos com base nas condutas que teve em sua vida terrena. Este é o caso, por exemplo, do famoso apólogo de Er no final da *República* (614a-621d). Entre as descrições platônicas mais elaboradas do Além-Vida, na comunicação comentarei o passo 523a-524a do *Górgias*.

No diálogo *Górgias* (523a-524a), conta Sócrates uma bela história em que se provaria ser a maior das infelicidades chegar ao Hades com a alma repleta de injustiças. Conforme Homero dizia: Zeus, Posídon e Plutão dividiram o poder recebido de seu Pai. Ainda nos tempos de Cronos, existia uma lei, que sempre vigora entre os deuses, de que o homem que passa sua vida de modo santo e justo, ao morrer, vai às Ilhas dos Bem Aventurados. Acrescenta-se: o homem ímpio e injusto vai para o Tártaro. Destinos diametralmente opostos: por um lado, na mais completa felicidade e livre dos males, viviam nas Ilhas dos Bem Aventurados os bons, por outro lado, os maus, no Tártaro, vão ao cárcere da punição e da pena. No reinado de Cronos e, ainda, no início do reinado de Zeus, os juízes eram vivos e julgavam as pessoas ainda vivas no momento que tornavam a morrer. Eis o grande motivo das falhas no julgamento. Zeus, então, remedia a situação: completamente nus, desprovidos, e, depois de mortos, passam a ser julgados os homens por juízes igualmente mortos e nus. Examina-se com a alma as próprias almas.

Nosso objetivo é comentar essa passagem averiguando a relação da descrição do Além proposta por Platão com outras descrições existentes na época, comparando-a com outros textos mais antigos e tradicionais, como os poemas épicos de Homero e Hesíodo, e também com a lírica de Píndaro. Visamos discutir a autenticidade da passagem; é uma descrição fabricada por Platão ou somente reproduzida por Platão? Aqui mora uma

hipótese: Platão, através de seus escritos, traz elementos inovadores diante do imaginário grego acerca da morte.

Palavras-chave: Platão. *Górgias*. Morte. Além. Hades.

Bibliografia

PLATO. *Platonis Opera*. ed. John Burnet. Oxford University Press, 1903.

BERNABÉ, Alberto. Jueces infernales, de Homero a Platón. *Anais de filosofia Classica*, v. 11, n. 22, p. 60-79, 2017.

BERNABÉ, Alberto. *Platão e o orfismo: diálogos entre religião e filosofia*. Trad. Dennys Garcia Xavier. Annablume Clássica: São Paulo, 2010.

SANTORO, Fernando. Poética. In: CORNELLI, Gabriele; LOPES, Rodolfo (Coords.). *Platão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Paulus, 2018. Capítulo 21, p. 403-416.

SOUSA, Eudoro. *Catábases*: estudos sobre viagens aos infernos na Antiguidade. São Paulo: Annablume Clássica, 2013.

10.17771/PUCRio.ANA.65056

Discurso como fluxo erótico no *Fedro* de Platão.

Julia Guerreiro de Castro Zilio Novaes
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/9003698478598671
juliaznovaes@gmail.com

O Sócrates do *Fedro* adota o que se pode chamar um vocabulário do preenchimento por fluxos para falar de modo figurativo sobre eros e *lógos*, os dois temas preponderantes do diálogo. Isso ocorre sobretudo na primeira parte do texto, caracterizada pela intertextualidade com a lírica e uma ênfase incomum, em relação ao resto do *corpus*, na descrição da paisagem. Além da presença insinuante do rio Ilisso e suas divindades fluviais, identificam-se vários termos relativos ao verbo *fluir*, ῥέω (229d7, 246d4, 251b, 253a6, 255c4, 262b3) e à noção de preenchimento, pelo nomes πληρής, 235c5 e πλησμονή, 233e2, 241c8, e verbos relacionados ao *preencher*, πίμπλεμι (248c7; 235d1; 254a1); além de uma série de substantivos relativos a rios e emanações em geral.

É possível dividir o uso destes termos em três principais empregos descritivos: da paisagem e atmosfera do diálogo; do comportamento do discurso enquanto algo que flui do emissor e preenche o receptor; e da relação entre *erastēs* e *erōmenos* proposta na palinódia como uma troca de fluxos de beleza e de discurso cujos movimentos são semelhantes e que convergem no objetivo principal da correta *paiderastía*, qual seja, a imitação do deus. É com base nessa rede semântica bem estabelecida que creio ser possível iluminar a seguinte passagem enigmática da palinódia: "E, *se tiram a água da fonte de Zeus*, como as Bacantes, *vertendo-a* na alma do amado, fazem-no o mais que possível semelhante ao próprio deus" (κἂν ἐκ Διὸς ἀρύτωσιν ὥσπερ αἱ βάκχαι, ἐπὶ τὴν τοῦ ἐρωμένου ψυχὴν ἐπαντλοῦντες ποιοῦσιν ὡς δυνατὸν ὁμοιότατον τῷ σφετέρῳ θεῷ, 253a).

Dentro do seu contexto imediato – a tipificação de amantes e amados segundo o séquito divino a que pertenciam antes da encarnação –, não há indicação acerca de qual "substância" é representada por essa imagem de irrigação. Não obstante, se for levado em conta o vocabulário apontado, é possível postular que o que é retirado da fonte divina, à qual o acesso pelo amante foi tornado possível pelo êxtase maníaco e báquico de eros, é, por certo, o discurso. Por conseguinte, o *lógos* inspirado por eros tem como fonte o

10.17771/PUCRio.ANA.65061

próprio deus, e é isto que qualifica o amante – além de ter tomado para si "os costumes e ocupações do deus" (ἐξ ἐκείνου λαμβάνουσι τὰ ἔθη καὶ τὰ ἐπιτηδεύματα, 253a4-5) – para conduzir a alma do amado, persuadindo e disciplinando-a, à ocupação e à forma do deus (πείθοντες καὶ ῥυθμίζοντες εἰς τὸ ἐκείνου ἐπιτήδευμα καὶ ἰδέαν ἄγουσιν, 253b6-7).

Palavras-chave: Eros. *Lógos*. Fluxo. Platão.

Bibliografia

PLATÃO. *Fedro*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

CAPRA, A. *Plato's Four Muses:* The Phaedrus and the Poetics of Philosophy. The Center for Hellenic Studies, 2015. Disponível em: <https://chs.harvard.edu/book/capra-andrea-platos- four-muses-the-phaedrus-and-the-poetics-of-philosophy/>.

PENDER, E. E. Plato on Metaphors and Models. In: BOYS-STONES, G. R. (Ed.). *Metaphor, allegory, and the classical tradition*: ancient thought and modern revisions. Oxford: Oxford University Press, 2003. Capítulo 4, pp. 55-81.

PHILIP, A. Récurrences thématiques et topologie dans le "Phèdre" de Platon. *Revue Métaphysique et de Morale*, 86e Année, n. 4, pp. 452-476, 1981.

SASSI, M. M. Eros as psychic energy: Plato and fluxes of soul. In: MIGLIORI, M.; VALDITARA, L. M. N.; FERMANI, A. (Eds.) *Inner life and soul:* Psychē in Plato. Academia Verlag, 2011, pp. 251-266.

10.17771/PUCRio.ANA.65061

Mimética platônica: a "arquitextura" dos diálogos.

Priscila Alba da Silva
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/9757294612728009
priscila.alba@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65074

O objetivo desta comunicação é examinar, de modo breve, o aspecto composicional ou mimético dos diálogos platônicos. Nesse sentido, partir-se-á da análise do vocabulário frequentemente utilizado por Platão para caracterizar as Ideias ou Formas (sobretudo nos chamados diálogos de fase média), a saber, αὐτὸ καθ' αὐτὸ; μονοειδὲς; ἀεὶ; para mostrar a tessitura dos diálogos como uma espécie de "plagiotropia" dinâmica. Assim, buscar-se-á demonstrar que embora Platão não se coloque como personagem nos diálogos, sua persona talvez apareça em todo e qualquer diálogo como um modo de compor ou enredar que encontra a sua singularidade através do uso e da harmonização de diversos elementos dispersos na cultura grega da época. O ensejo crítico-analítico é retirado de um dos diálogos platônicos, a saber, o *Eutidemo*. Ao ser testado verbalmente pelos irmãos Eutidemo e Dionisidoro, a personagem Clínias se deixa enredar por uma espécie de dança ou laço constituído pelas palavras dos irmãos que, pouco a pouco, apertam a personagem com o objetivo de troçar publicamente de sua inteligência. Aborrecido com a situação, a personagem Sócrates então intervém e adverte Clínias de que as armadilhas linguísticas lançadas pelos irmãos somente tiveram sucesso devido à inexperiência da personagem com relação à correção dos nomes, tópico que deveria ser primeiramente aprendido. Assim, pretendo fazer uso da recomendação socrática no âmbito do *Eutidemo* e extrapolá-la para o conjunto dos diálogos a fim de mostrar que Platão faz um uso crítico de um léxico vigente na cultura grega da época também para testar os seus leitores. O vocabulário frequentemente utilizado para caracterizar ou qualificar as Ideias ou Formas não fora uma invenção platônica, mas antes expressa um uso controlado de termos semanticamente carregados à época. A "plagiotropia" (palavra que tomo emprestada de Haroldo de Campos) seria, sob este viés, uma espécie de princípio gerativo dos diálogos, uma dinâmica que retroalimentaria a mimese. A *mímesis* não seria, portanto, uma questão isolada da ontologia, mas, indispensável para pensar a crítica ontológica que Platão operou em seu tempo. Por um

“contágio de significantes” e por “torções de significados no instante” dialógico, mostra-se que a ontologia platônica foi literariamente tecida com os recursos linguísticos disponíveis à época, com especial atenção à figura de Parmênides e ao seu poema, reduto léxico de onde Platão parece ter retirado integralmente o vocabulário relativo às Ideias.

Palavras-chave: Platão. Parmênides. Ideias. Diálogos. *Mímesis*.

Bibliografia

PARMÊNIDES. Poema. In: *Os Pensadores Originários*. Petrópolis: Vozes, 2017.

PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Celso Vieira. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

PLATÃO. *Eutidemo*. Trad. Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2011.

PLATÃO. *Sofista*. Trad. Henrique Murachco, Juvino Maia Jr. e José Trindade Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PLATÃO. *Teeteto*. Trad. Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020.

10.17771/PUCRio.ANA.65074

Por que Platão escreveu as *Leis*? Um estudo sobre a produção e a recepção da obra.

Izabella Tavares Simões Estelita
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/6039716079685546
izabellasimoes@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65079

Existem dois modelos interpretativos tradicionais que procuram explicar o que motivou Platão a escrever, depois da *República*, outra obra ainda mais extensa e complexa de filosofia política.

Para fins meramente didáticos, chamaremos o primeiro deles de "modelo da ruptura", pois tal modelo recorre à ideia de uma suposta conversão realista de Platão na última etapa de sua produção filosófica e remonta de certa forma à leitura proposta por Wilamowitz, também adotada por Luccioni. De acordo com essa leitura, na velhice, Platão foi levado a reconhecer, em virtude das experiências profundamente negativas que viveu em Siracusa, que seria impossível realizar historicamente o paradigma de uma cidade perfeitamente justa proposto na *República*. Desiludido, Platão renunciou ao idealismo político desse diálogo, admitindo que isso seria algo completamente utópico e praticamente irrealizável, e se voltou, nas *Leis*, para uma concepção mais prosaica da política, aceitando as imperfeições da natureza humana e da esfera pública. Nessa visão, haveria uma cisão entre as duas obras e as *Leis* seriam, portanto, um produto da decepção de Platão com a vida política concreta. Não por acaso, no livro que Wilamowitz escreveu sobre a vida e obras de Platão, o capítulo consagrado às *Leis* recebeu o título de *Resignação*.

O segundo modelo interpretativo considera que há uma relação de continuidade entre a *República* e as *Leis*. De acordo com Barker e Saunders, Platão não renunciou, nas *Leis*, aos princípios e às concepções políticas da *República*, ele simplesmente tentou pensar em uma *politeía* passível de realização empírica, ou seja, em uma forma de regime que pudesse ser efetivada na dimensão da cidade histórica. Nessa perspectiva, não haveria uma clivagem entre as obras, mas uma unidade filosófica entre elas.

O principal objetivo desta comunicação é, no primeiro momento, analisar criticamente essas duas alternativas hermenêuticas, expondo alguns equívocos exegéticos

e, no segundo momento, apresentar a nossa hipótese, que se contrapõe às anteriores e vai ao encontro daquela assumida por Strauss, Pangle e Oliveira.

Palavras-chave: Platão. *República*. *Leis*. Ruptura. Unidade.

Bibliografia

BARKER, E. *Greek Political Theory.* Plato and his predecessors. London: Methuen and Co. Ldt., 1960.

BLOOM, A. *The Republic of Plato.* New York: Basic Books, 1991.

LUCCIONI, J. *La pensée politique de Platon*. Paris: PUF, 1958.

OLIVEIRA. R. R. *Demiurgia política*: as relações entre a razão e a cidade nas Leis de Platão. São Paulo: Loyola, 2011.

PANGLE, T. L. *The Laws of Plato.* Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

SAUNDERS, T. J. *Plato:* The Laws. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

STRAUSS, L. *The Argument and the Action of Plato's Laws.* Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. von. *Platon*. Leben und Werke. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1920.

10.17771/PUCRio.ANA.65079

Apontamentos sobre a teoria estoica da *oikeiosis* (familiarização).

Carlos Enéas Moraes Lins da Silva
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/2697734106646667
bfrcemls@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65082

Neste trabalho, procuro encaminhar uma discussão que se apresentou ao longo da minha pesquisa sobre um tema para a tese de doutorado. Nesse sentido, gostaria de compartilhar aqui um aspecto importante da teoria estoica da *oikeiosis*, qual seja, sua relação intrínseca com a natureza. Tentarei delinear como essa teoria descreve uma tentativa de sustentar a nossa moralidade (atuação ética) a partir de uma explicação naturalista, isto é, delimitando o surgimento das nossas qualidades morais a partir da natureza.

Sabe-se que a natureza, para os estoicos, representa uma ordenação cósmica que possui algum tipo de inteligência por trás dos seus acontecimentos. Por conta disso, entendo a sentença "segundo a natureza", extremamente presente em diversos textos estoicos, como uma referência a um padrão de ação e pensamento corretos. Para os estoicos, a regra para a nossa atuação é se encontrar em "alinhamento" ou harmonia/concordância (*homología*) com os eventos da natureza.

Desse modo, a natureza é a régua e o padrão para a atuação ética no mundo. Nesse sentido, os seres humanos, ao contrário dos outros animais, não estão desde o nascimento sendo levados a alinhar a sua conduta com os acontecimentos da natureza. Por isso, é necessário um esforço dos agentes em ordenar seus juízos e ações a esse ordenamento. Esse esforço se confunde com a performance das virtudes na medida em que uma atuação no mundo em total conformidade com a natureza é exatamente a efetivação das virtudes nas ações.

Esse breve resumo da relação entre ética e natureza mostra a importância da avaliação correta dos eventos para alcançar o objetivo final da vida estoica, isto é, a *eudaimonia*. Enfim, o que é possível compreender até aqui é que a concordância com a natureza é a medida segundo a qual a finalidade da vida estoica pode ser alcançada.

Portanto, é possível dizer que a vida segundo a natureza dos estoicos é também a vida feliz.

Palavras-chave: *Oikeiosis*. Estoicismo. Helenismo. Ética. Virtudes.

Bibliografia

ALGRA. K.; BARNES, J.; MANSFELD. J.; SCHOFIELD. M. *The Cambridge History of Hellenistic Philosophy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ARIUS DYDIMUS. *Epitome of stoic ethics.* Trad. Arthur J. Pomeroy. Atlanta: Society of Biblical Literature, 1999.

BLUNDELL, M. W. Parental Nature and Stoic Οἰκείωσις. *Ancient Philosophy* 10, 1990, p. 221-42.

DINUCCI, A. Koinonia cósmica e antropológica em Epicteto. In: CORNELLI. G.; FIALHO, M. C.; LEÃO, D. (Coords.). *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento antigo.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 75-89.

EPICTETUS. *The Discourses, the handbook, Fragments.* Trad. Robin Hard. Londres: Everyman, 1995.

HIEROCLES; RAMMELLI, I. *Elements of Ethics, Fragments, and Excerpts.* Transl. David Konstan. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.

INWOOD, B. L'Oikeiōsis Sociale chez Épictète. In: ALGRA, K.; ORST, P. W. van der.; RUNIA, D. (Eds.). *Polyhistor*: Studies in the History and Historiography of Ancient Philosophy, 1996, p. 243-64.

INWOOD, B. *Ethics and Human Action in Early Stoicism*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

STRIKER, G. The Role of Oikeiōsis in Stoic Ethics. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, v. 1, 1983, p. 145-67.

10.17771/PUCRio.ANA.65082

O Jardim de Epicuro: ensino, autossuficiência e celebração.

Rebeca Figueira Martins
Doutoranda em Filosofia na UFOP
http://lattes.cnpq.br/1876592495881155
rebeca.martins@aluno.ufop.edu.br

10.17771/PUCRio.ANA.65085

Epicuro realizou um diagnóstico da humanidade a fim de atentar os seus discípulos em relação a existência de concepções equivocadas sobre as coisas. Em sua opinião, elas eram tradicionalmente cultivadas na cidade para manipular a ação de seus viventes, sob uma égide temerosa e reativa. Suas reflexões se expandem e, por antítese a essas opiniões que, por resultarem de superstições, são vazias, ele apresenta um conhecimento acordado à natureza. Assim, nos direciona à prática de uma vida derivada da fisiologia, da compreensão dos limites da natureza, e as devidas instruções para viver alinhado a ela. Nesse contexto, a dimensão comunitária do epicurismo evidencia que a apreensão da doutrina foi capaz de modificar o modo de ser e de viver de seus discípulos, sobretudo pela fundação de uma comunidade que serviu de casa e escola para os seus adeptos. O "Jardim" surgiu, primeiramente, como uma alternativa à cidade, uma resposta à e consequência da assertiva do *láthe biôsas*: "Aquele que não consegue não se perturbar com as coisas exteriores se torna um aliado de tudo o que pode e, em relação àquilo que não pode, ao menos não um inimigo; mas tudo quanto nem sequer isso é possível evita a relação e faz tudo o que é útil para manter distância" (MP 39; Epicuro, 2021, p. 132). Afastado da cidade, o Jardim funcionou como um oásis, uma confraria onde os seus amigos-discípulos poderiam, finalmente, realizar os objetivos mais práticos da doutrina, a fim de alcançar uma vida feliz.

Nesta comunicação, pretendo apresentar os pactos vigentes no Jardim, bem como suas instruções e regras de conduta, a partir de pelo menos três tipos de atividades básicas: as que se dão em vista do ensino, da autossuficiência e das celebrações. A primeira mostra como os membros interagiam entre si e conforme uma relação de senioridade, realizando leituras e meditações coletivas. A segunda garantia a satisfação dos desejos naturais e necessários, através, por exemplo, do cultivo e da produção dos próprios alimentos e da despreocupação com relação à posse de bens. E a terceira, por

causa de sua aura ritualística, tinha o papel de rememorar os conteúdos da doutrina e reforçar o elo primordial dessa comunidade: a amizade originária de uma conveniência mútua. Além disso, era pelo ideal de emulação que as celebrações estimulavam os sábios a irem em direção ao alcance de uma felicidade quase divina — fruto de uma concepção sobre os deuses muito própria do epicurismo, cuja principal consequência está em tê-los como modelos de *ataraxía* e *makariótes*. Acredito que ao sintetizar esses possíveis comportamentos, podemos concluir que uma vida simples e feliz é fácil de se alcançar, desde que as instruções para isso possuam resultados efetivos. Assim, a um só tempo, rimos, filosofamos e governamos a casa.

Palavras-chave: Epicuro. Jardim. Comunidade. Ensino. Prática.

Bibliografia

EPICURO. *As sentenças de Epicuro*. Trad. M. Silva e H. Murachco. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2021a.

EPICURO. *Cartas & Máximas principais*: "Como um deus entre os homens". Trad. M. C. Reis. São Paulo: Penguin-Companhia, 2021.

FERNANDES, E. "Santuário, Jardim e Pólis: Pitagorismo, Epicurismo, Urbanidade e Política". In: CORNELLI, G. (Org.) *Representações da Cidade Antiga*: categorias históricas e discursos filosóficos. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

FESTUGIÈRE, A-J. *Epicuro and his Gods*. Translated C. W. Chilton. Massachusetts: Harvard University press Cambridge, 1956.

GIESECKE, A. L. *The Epic City*: urbanism, utopia and the garden in ancient Greece and Rome. Washington, D.C.: Center for Hellenic Studies/Trustees for Harvard University, 2007.

GIOVACCHINI, J. *Epicuro*. Trad. G. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

ROSKAM, G. *Live Unnoticed*: On the Vicissitudes of an Epicurean Doctrine. USA: Brill, 2007.

10.17771/PUCRio.ANA.65085

A "dupla face" da concepção estoica de providência divina e a sua relação com a vida humana no *De natura deorum* de Marco Túlio Cícero.

João Gabriel Rodrigues da Silva
Mestrando em Filosofia na UFF
http://lattes.cnpq.br/7402763537701156
joaogrs@id.uff.br

10.17771/PUCRio.ANA.65102

Esta comunicação, se propõe a realizar uma exposição do conceito de providência divina contido no diálogo *De natura deorum* (Sobre a natureza dos deuses) do filósofo romano Marco Túlio Cícero (106-43 a. C). A explanação do conceito acima buscará lidar com as seguintes questões centrais do texto ciceroniano: como é possível compreender essa temática com base no ponto de vista de uma escola filosófica (a estoica) que admite que os deuses imortais são providentes e têm os seres humanos como o objeto central do seu cuidado? E quais são as problemáticas presentes nesse tipo de pensamento e quais críticas são dirigidas a ele?

Com base nessas questões, serão apresentados os seguintes pontos: 1) a relevância da temática da providência divina na estrutura dramática apresentada no prólogo da obra referida (*Natura Deorum* [N.D.], 1, 1-5); 2) a apresentação de uma das "faces" do conceito de providência divina por intermédio do discurso do personagem estoico, Lucílio Balbo (Id., 2, 73-168); 3) a refutação dos argumentos estoicos realizada pelo personagem cético-acadêmico Caio Aurélio Cota (N. D., 3, 65-93), a qual problematiza os pontos considerados centrais no discurso anteriormente proferido pelo seu interlocutor, por meio da qual, a outra "face" desse conceito se expressa na intenção de confrontar os fundamentos da filosofia da *Stoá* acerca desse assunto.

Diante desses pontos, verifica-se a possibilidade de extrair, desse contexto, conclusões que levam à compreender como as duas correntes filosóficas, a saber, a estoica e a acadêmica, se dispõem a estabelecer visões distintas em torno dessa questão, em que uma (a estoica), baseada em argumentos que demonstram que, pela manifestação da organização regular e racional do *kósmos* ou *mundus* (N. D., 2, 73-132), é possível compreender que existem seres poderosos, que não só administram toda natureza, ou seja,

tudo que há, mas também que o próprio universo é divino. Em decorrência disso, depreende-se que todos os fenômenos naturais ocorrem via uma conexão causal e que, em todo esse sistema de relações causa-efeito, existem seres racionais, isto é, os seres humanos, os quais são os beneficiários de toda essa estrutura naturalmente organizada (Id., 133-153), como também podem ser considerados como o centro do atividade providencial dos deuses (Id., 154-168). Em contrapartida, como contraponto a esse conjunto de noções, advém a possibilidade de encontrar inconsistências nos postulados oriundos da filosofia do pórtico.

Dessa maneira, a crítica acadêmica se dispõe a examinar tal questão e verificar que a providência divina, como um princípio que governa a natureza em seu conjunto, não é capaz de garantir a felicidade humana (N.D., 3, 65-93). Por conseguinte, se estabelece o argumento de que a razão humana, mesmo que seja oriunda da razão divina, a qual conduz o *kósmos*, não deve ser necessariamente considerada uma dádiva, uma vez que os humanos a utilizam para praticar atos viciosos (Id., 3, 65-79). Além disso, são evidentes os casos em que certos males, que circundam a vida humana, podem pôr em dúvida a eficácia da providência divina, uma vez que ela parece ser inativa diante das boas e más ações humanas (Id., 79-88), podendo levar em consideração a noção de que os deuses são negligentes frente aos males vividos pelos seres humanos (Id., 88-93).

Palavras-chave: Deuses. Providência. Cícero. Estoicismo. Academia.

Bibliografia

ALGRA, K. Teologia estoica. *In*: INWOOD, B. (org.). *Os estoicos*. Trad. Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2022. p. 171-197.

CÍCERO, M., T. *Textos filosóficos III*: A natureza dos deuses; A adivinhação. Tradução do latim, introdução e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2020.

WYNNE, J. P. F. *Cicero on the philosophy of religion*: *On the Nature of the Gods* and *On Divination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

10.17771/PUCRio.ANA.65102

Boghossian e Williamson em disputa sobre o desafio à relevância da distinção entre os modos de conhecer pela introdução *bottom-up*.

Renata Martins Prado Matos Augusto
Mestranda em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
https://lattes.cnpq.br/2932670871670431
r.matosaug@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65109

Timothy Williamson (2007; 2013; 2020) desafia a relevância da distinção entre os modos de conhecer consagrados na doutrina filosófica: conhecemos *a priori* quando adquirimos conhecimento independentemente da experiência e pelo pensamento apenas; e *a posteriori* quando conhecemos por meio da experiência. A distinção entre os modos de conhecer poder ser introduzida de cima para baixo (*top-down*), isto é, a partir de uma afirmação teórica direta sobre a distinção que será utilizada como critério para classificar os casos de um ou de outro lado da linha teórica traçada; ou de baixo para cima (*bottom-up*), a saber, a partir de exemplos que permitirão a caracterização teórica da distinção pela investigação do que é comum entre eles e o que os difere. Para Williamson, apesar da distinção entre os dois modos de conhecer poder ser traçada, ela não marca qualquer diferença epistêmica profunda. Seu argumento central envolve demonstrar que casos paradigmáticos de cada um dos modos de conhecer envolvem processos que são "quase exatamente similares", ou seja, é privilegiada a introdução da distinção de baixo para cima.

Paul Boghossian (2020a; 2020b), com quem Williamson trava um prolífico debate filosófico de mais de uma década, se dedica a oferecer uma resposta ao desafio de Williamson. Segundo Boghossian, Williamson falha em sua estratégia de mostrar a similaridade entre os processos de aquisição de conhecimento nos casos paradigmáticos apresentados em seu desafio original e, ainda que tal similaridade fosse concedida para fins de argumentação, as consequências para o desafio lançado por Williamson vão de encontro ao seu objetivo de defender a superficialidade da distinção entre os modos de conhecer.

Com enfoque na discussão sobre o argumento central do desafio de Williamson, a comunicação ora proposta tem como objetivos: (i) apresentar o desafio lançado por

Williamson à relevância da distinção entre os modos de conhecer pela introdução *bottom-up* da distinção (ii) apresentar a disputa constituída das respostas de Boghossian e da réplica de Williamson (iii) investigar se as respostas oferecidas por Boghossian conseguem neutralizar o desafio de Williamson.

Palavras-chave: *A priori*. *A posteriori*. Conhecimento. Distinção. *Bottom-up.*

Bibliografia

BOGHOSSIAN, Paul. Do We Have Reason to Doubt the Importance of the Distinction between A Priori and A Posteriori Knowledge? A Reply to Williamson. In: BOGHOSSIAN, P; WILLIAMSON, T. *Debating The A Priori*. Oxford: Oxford University Press, 2020a.

BOGHOSSIAN, Paul. Williamson on the Distinction between the A Priori and the A Posteriori Once Again. In: BOGHOSSIAN, P; WILLIAMSON, T. *Debating The A Priori*. Oxford: Oxford University Press, 2020b.

WILLIAMSON, Timothy. *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell, 2007.

WILLIAMSON, Timothy. How Deep is the Distinction between A Priori and A Posteriori Knowledge? In: CASULLO, A.; THUROW, J. C. (org.). *The A Priori In Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WILLIAMSON, Timothy. Reply to Boghossian on the Distinction between the A Priori and the A Posteriori. In: BOGHOSSIAN, P; WILLIAMSON, T. *Debating The A Priori*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

10.17771/PUCRio.ANA.65109

O embate entre razões epistêmicas e fatos sociais em torno das teorias científicas.

Benedito da Conceição Monteiro Neto
Doutorando em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/3241460214292879
beneditomonteironeto@hotmail.com

Os motivos que são levados em conta quando se trata da aceitação ou rejeição de determinada teoria científica foram, durante muito tempo, considerados por filósofos da ciência e epistemólogos como fundamentados em uma lógica intrínseca ao discurso científico, que se apresenta de forma independente do meio em que se encontra. Há, nesse sentido, uma questão cognitiva que é própria à ciência, que independe do contingenciamento do contexto, fazendo, assim, que o conhecedor acesse a teoria de forma direta. A esse movimento podemos chamar de tese internalista da ciência. No entanto, a sociologia cognitiva da ciência e/ou o Programa Forte, surgidos nos anos 60, fortaleceram teses relativistas, questionando a credibilidade das justificações presentes nas teorias científicas. Defensores dessas teses, como David Bloor e Bruno Latour, argumentam a favor de uma interpretação que afirma que a ciência, assim como o conteúdo de suas teorias, só pode ser compreendida e determinada por fatores externos/sociais (tese externalista), tais como aspectos psicossociais e político-econômicos. Com base nessa breve introdução aos argumentos internalistas e externalistas, nossa questão norteadora é a seguinte: afinal, as teorias científicas são determinadas por fatores externos ou se sustentam em um jogo lógico autônomo? Qual metaciência devemos adotar? A inserção nesse debate perpassa pelas propostas basilares já discutidas na filosofia da ciência, incluindo as noções de “Context of Discovery” e “Context of justification” de Hans Reichenbach (1954), a “Received View” de Frederick Suppe, a “Standard View” de Israel Scheffler, o “Strong Programme” de David Bloor (2001) e o paradigma de Thomas Kuhn, entre outros. Nossa intenção é demonstrar, com base em Larry Laudan (1978) e Mario Bunge (1992), os desafios epistêmicos do externalismo metacientífico, bem como essa interpretação é trabalhada atualmente.

10.17771/PUCRio.ANA.65118

Palavras-chave: Internalismo. Externalismo. Filosofia da Ciência. Sociologia do Conhecimento. Metaciência.

Bibliografia

BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery*. 2 ed. The University of Chicago Press: 2001.

BUNGE, Mario. A Critical Examination of the New Sociology of Science. Part 2. In: *Philosophy of the Social Sciences*. Vol. 22. n. 1, 1992.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções científicas*. 5 ed. Editora Perspectiva: São Paulo, 1998.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

LAUDAN, L. *Progress and its Problems. Towards a Theory of Scientific Growth*. Berkeley: University of California Press, 1978.

OLIVA, Alberto. *Racional ou social?* A autonomia da razão científica questionada. Editora PUCRS, Porto Alegre, 2005.

REICHENBACH, H. *The Rise of Scientific Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1954.

SCHEFFLER, Istarl. Science and Subjectivity. Nova Iorque: Bobbs-Merril Co, 1967.

SUPPE, Frederick. *The Structure of Scientific Theories*. University of Illinois Press, 1977.

10.17771/PUCRio.ANA.65118

Lévi-Strauss leitor de Kant.

Luiz Fernando de Oliveira Proença
Doutorando em Filosofia na USP
http://lattes.cnpq.br/1850373959106777
luizf.proenca@usp.br

10.17771/PUCRio.ANA.65125

A hipótese que lançarei mão é sobre um suposto "kantismo" de Lévi-Strauss. Tentarei encontrar, a partir de certas passagens de *O pensamento selvagem* e *das Mitológicas*, uma correspondência entre a teoria de Lévi-Strauss sobre a constituição do real e a doutrina de Kant sobre a reflexão transcendental. Lévi-Strauss faz menções ocasionais e implícitas sobre a doutrina de Kant e isso somado à notória dificuldade que apresenta o pensamento kantiano, fica-se sem saber ao certo qual o alcance da referência ou a profundidade do diálogo. Chamando a atenção para um paralelismo entre edifícios teóricos tão díspares, não quero sugerir que a antropologia estrutural teria como fundamento a filosofia crítica; tampouco pretendo provar que Lévi-Strauss deliberadamente se baseou em Kant. Veremos que a antropologia como ciência nasce mesmo com a Ilustração, que anuncia uma era em que a crítica do homem é a única ciência do homem e a exploração da aparência o único fundamento da verdade – a era da antropologia estrutural.

O pensamento selvagem é, entre outras coisas, uma investigação sobre a constituição, a partir de formas lógicas do pensamento, do que desde Kant e dos filósofos modernos se chama de "mundo natural" ou "experiência". Com esta diferença: enquanto os filósofos isolam o processo cognitivo de suas determinações particulares, Lévi-Strauss o encontra justamente em meio a tais determinações: "deixando-nos guiar pela procura de condições mentais, a nossa problemática junta-se à do kantismo, embora caminhemos por outros caminhos que não conduzem à mesma conclusão".

Palavras-chave: Kant, Lévi-Strauss. Estruturalismo. Esquematismo transcendental.

Bibliografia

GIANNOTTI, José Arthur. O problema da reflexão. In *Revista Discurso*, São Paulo, n. 1, Discurso Editorial, 1970.

KANT, Immanuel. *A Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste & Gulbenkian, 1987.

KANT, Immanuel. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Edições 70. 1992.

KANT, Immanuel. *Crítica do Juízo*. Lisboa: Casa da Moeda. 1992.

LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEBRUN, Gérard. O cego e o nascimento da antropologia. In: LEBRUN, G. *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 53-67.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Structuralisme et écologie. In LÉVI-STRAUSS, C. *Le regard eloigné*. Paris: Plon, 1983,

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Plon. 1990 [1962].

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: o cru e o cozido*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. volume I.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: o homem nu*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. volume IV.

10.17771/PUCRio.ANA.65125

Ceticismo metafilosófico, o dilema da sinceridade filosófica e concepções adoxásticas da filosofia.

Conrado Vasconcelos Gonçalves
Mestrando em Filosofia na UFES
http://lattes.cnpq.br/4926634129611891
conrado_vasconcelos@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65153

Segundo a tese do ceticismo metafilosófico (CMf), *para qualquer sujeito S e qualquer proposição filosófica Φ, S não está justificado/sendo racional em acreditar em Φ*. Suponha que (CMf) esteja correto. Se isso for caso, surge um dilema para a prática de filósofos que entendem a sua atividade como uma investigação centrada na busca pelo conhecimento definitivo sobre a verdade de questões filosóficas: *Se a tese cética está correta e nenhuma crença filosófica é racional, então, os filósofos estarão sendo irracionais ao avançar sinceramente suas posições (i.e., tendo forte crença em sua verdade), e estarão agindo de modo insincero ao argumentar a favor de uma posição filosófica sem realmente acreditar nela*. A primeira opção é inaceitável para aqueles que enxergam a filosofia como uma empreitada essencialmente racional, enquanto a segunda é inaceitável por diferentes razões, incluindo (i) a aparente contradição na ideia de uma investigação filosófica insincera; (ii) a perda de motivação em praticar a filosofia de maneira insincera; (iii) a ameaça que essa concepção traz à imagem da filosofia como séria e socialmente relevante.

O dilema da sinceridade filosófica consiste no desafio de explicar a filosofia como uma atividade que consegue conciliar tanto a atitude racional quanto a atitude sincera. Para isso, diferentes estratégias metafilosóficas; a estratégia que tem recebido maior atenção – a que apela a concepções zetéticas mas adoxásticas da filosofia – procura manter a sinceridade racional da prática filosófica atacando a tese de que o avanço de, e identificação com, posições filosóficas, requer a posse de crenças completas em posições filosóficas. No entanto, a atenção dada a essa estratégia ofusca duas alternativas ao dilema da sinceridade que rejeitam não apenas o requerimento de crença para a prática legitima da filosofia, mas que também abandonam por completo a concepção zetética da filosofia.

A concepção terapêutica de filosofia abre espaço para a possibilidade de uma prática filosófica insincera, mas séria e socialmente relevante, enquanto abordagens antifilosóficas ou sofísticas questionam a pressuposição de que a filosofia deva em primeiro lugar ser sincera, sem pretensão de cobrir a lacuna deixada pelo dilema e abraçando as consequências dessa decisão para a distinção entre filosofia e meros jogos competitivos.

É o objetivo deste projeto analisar e avaliar criticamente o sucesso destas concepções adoxásticas da filosofia oferecidas como resposta ao dilema da sinceridade. Isso envolverá, entre outras coisas: uma contextualização do surgimento do dilema da sinceridade e as razões para se importar com ele como um problema sério; uma análise das motivações por trás dos grupos de cada abordagem; uma análise comparativa das variedades zetéticas e não zetéticas; uma avaliação do seu sucesso em suprimir preocupações internas e externas; a determinação das consequências de cada abordagem para o papel social da filosofia.

Palavras-chave: Metafilosofia. Epistemologia da filosofia. Ceticismo metafilosófico. Antifilosofia. Filosofia terapêutica.

10.17771/PUCRio.ANA.65153

Bibliografia

BANICKI, K. Philosophy as therapy: towards a conceptual model. *Philosophical papers*, s.i., v. 43, n. 1, p. 7-43, 2014.

BARNETT, Z. Philosophy without belief. *Mind*, s.i., v. 128, n. 509, p. 109-138, 2019.

BEEBEE, H. The presidential address: philosophical scepticism and the aims of philosophy. *Proceedings of the Aristotelian Society*, s.i., v. 118, n. 1, p. 1-24, 2018.

GOLDBERG, S. Defending philosophy in the face of systematic disagreement. In: MACHUCA, D. E. *Disagreement and skepticism*. Nova York: Routledge, p. 277-194, 2013a.

SEXTO EMPÍRICO. *Œvres choisies de Sextus Empiricus*: Contre les physiciens; Contre les moralistes; Hypotyposes pyrrhoniennes. Tradução de Jean Grenier e Geneviève Goron. Paris: Éditions Aubier-Montaigne, 1948.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas.* Tradução de Marcos G. Montagnoli. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Hábitos de pensamentos: uma investigação sobre o *self*.

Camila de Oliveira Rauber
Doutoranda em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
https://lattes.cnpq.br/7302745671004721
camilarauber.filosofia@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65172

Existem maneiras de pensar tão habituais que dificilmente estamos conscientes de sua presença em nossa estrutura cognitiva. Na maior parte dos casos, esses hábitos de pensamentos nos mantêm afastados de preocupações ou indagações sobre certos fatos ou questões. Um exemplo desse tipo de pensamento é considerar como óbvio que o sol vai surgir todos os dias. Esse mecanismo pelo qual geralmente chegamos a aprender algo tem a ver com um tipo de inferência — ou raciocínio — que fazemos de modo indutivo. De modo geral, uma inferência indutiva se dá quando, a partir de uma ou mais experiências particulares, chega-se a uma conclusão geral. Assim, se o sol nasceu há bilhões de anos e continua a nascer até hoje, o sol nascerá amanhã. Acostumamo-nos a esse e outros pensamentos que se tornam tão intrínsecos à nossa maneira de pensar e viver que a obviedade de tal evento nos mantém afastados de preocupações do tipo: existe a possibilidade de um dia a Terra não mais se movimentar? E se os movimentos de rotação e translação cessarem? E se o sol explodir?

Evidentemente que a questão aqui não é que todos deveriam estar em pânico pensando sobre um evento de proporções astronômicas. Na verdade, o destaque que precisa ser observado diz respeito a como não nos damos conta de muitos dos nossos pensamentos e operações pelos quais um raciocínio é concebido. Isso ocorre não apenas nos casos de inferências indutivas, mas também nas inferências dedutivas. Em muitos casos, em especial nos rotineiros, não há a necessidade de saber por que pensamos como pensamos. Em contrapartida, há outros modos de pensar que constituem maus hábitos de pensamentos. Um mau hábito de pensamento pode ser caracterizado como um tipo de raciocínio que impede o acesso ao conhecimento ou a uma clara compreensão sobre determinado objeto ou assunto.

O ponto a ser discutido nesta presente comunicação diz respeito a certos hábitos de pensamento cujos raciocínios levam a conclusões incorretas a respeito da natureza do

self e do autoconhecimento. Tais formas de pensar se encontram muitas vezes pressupostas antes mesmo que se empreenda uma investigação apropriada sobre estes temas. Como resultado, tem-se uma mistura e um entrelaçamento equivocados entre dois problemas filosóficos distintos: de um lado, os problemas concernentes à natureza do *self* e ao acesso epistêmico a este; de outro, o problema do dualismo, mais propriamente dito o dualismo de substâncias e, por vezes, o dualismo de propriedades.

Portanto, os objetivos serão: i) mostrar quais seriam alguns desses raciocínios; ii) como e por que fazemos essa confusão, muitas vezes inconsciente, entre o *self* e o dualismo; e iii) por que essa forma de pensar constitui um mal hábito de pensamento e um ponto de partida equivocado para a compreensão do *self* e do autoconhecimento.

Palavras-chave: Autoconhecimento. Dualismo. *Self*.

Bibliografia

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana.* Tradução de Déborah Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ISMAEL, Jenann; POLLOCK, John L. So You Think You Exist? In Defense of Nolipsism. *Springer*, Vol. 103, pp. 35-62, 2006.

NIDA-RÜMELIN, Martine. The Conceptual Origin of Subject-Body Dualism. In: COLIVA, Annalisa (Ed.). *The Self and Self-Knowledge.* Oxford: Oxford University Press, 2012. Capítulo 2, p. 39-73.

ROBINSON, Howard. Dualism. In: ZALTA, E. N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy Philosophy* (Spring 2023 Edition). Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/dualism/>.

10.17771/PUCRio.ANA.65172

Ensaio sobre os *drives* da atenção.

Anna Carolina Velozo Nader Temporão
Doutoranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/4437604591802647
carolinavelozo@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65176

O presente ensaio visa propor uma reflexão sobre os impulsos essenciais que dirigem a atenção humana, com foco em seus aspectos paradoxais e contraditórios. A premissa baseia-se na inquestionável existência de um instinto de autopreservação, orientador de nossa atenção. Contudo, em situações como o conflito entre a autopreservação e o desejo de maestria e domínio, observa-se um dilema. Esse paradoxo é claro em cenários onde indivíduos arriscam a integridade física e mental por demonstrações excepcionais de aptidão, desde esportes extremos a contextos profissionais de alta demanda.

A investigação dessas dinâmicas aponta para a dualidade humana persistente. Estaria nossa atenção oscilando entre a preservação da vida e a busca pela maestria? Esse modelo, porém, mostra-se limitado, principalmente ao ponderarmos as complexas relações humanas com o entorno, emergindo oposições como o desejo de integração social versus a busca por distinção e unicidade. Estes desejos revelam-se em várias esferas humanas, da pressão por conformidade social à busca por estilos de vida alternativos, muitas vezes em prejuízo da segurança e bem-estar de cada indivíduo.

Ademais, a procura incessante por maestria e excelência pode, muitas vezes, entrar em atrito com a necessidade intrínseca de socialização, levando ao isolamento social ou ao conflito entre aspirações pessoais e expectativas socioculturais. O ímpeto de distinção, por sua vez, evidencia-se na procura por expressão individual única através de modificações corporais, estilos de vida alternativos e desafios às convenções sociais, com possíveis repercussões adversas para a preservação da vida. A tensão entre a busca pela perfeição técnica, inerente ao desejo de maestria, e o anseio por unicidade e autoexpressão, ressalta ainda mais a complexa interação dessas forças opostas, criando um panorama de conflito e dissonância na jornada humana pela realização e autenticidade.

A complexidade da dinâmica humana nesse contexto, cheia de conflitos internos e externos, ressalta a necessidade de uma compreensão mais profunda das motivações e impulsos humanos. Seria acertado falarmos em direcionadores da atenção? Seria viável alcançarmos os princípios fundamentais da experiência humana através da investigação da mente? Proponho uma reflexão sobre tais questões, explorando possíveis desdobramentos e respostas a esta série de antinomias e paradoxos.

Palavras-chave: Atenção. *Drives*. Mente.

Bibliografia

CHALMERS, D. *The Conscious Mind*. In Search of a Fundamental Theory. Oxford: Oxford University Press, 1996.

MOLE, C. Attention. In: ZALTA, E. N. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2021 Edition). Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2021/entries/attention/>. Acesso em 10 de junho de 2023.

POSNER, M. I.; ROTHBART, M. K. Research on Attention Networks as a Model for The Integration of Psychological Science. *Annual Review of Psychology*, v. 58, p. 1-23, 2007.

10.17771/PUCRio.ANA.65176

Funcionalismo e as objeções do qualia ausente e invertido.

João Felipe Santana Rasi
Mestrando em Filosofia na USP
http://lattes.cnpq.br/6517387938657627
jfsr31@usp.br

10.17771/PUCRio.ANA.65184

O objetivo desta apresentação é analisar as objeções mais recentes que a teoria funcionalista da mente sofre. O funcionalismo é uma teoria filosófica que defende que estados mentais são estados funcionais. Em virtude da caracterização funcional da mente, surgem algumas objeções, dentre as quais a apresentação focará nas que dizem respeito ao qualia, especificamente aquelas feitas por Ned Block e Fodor, conhecidas na literatura como o qualia ausente e o qualia invertido. A teoria funcionalista já foi muito popular na filosofia por estar em consonância com o fazer científico. Todavia, assim como qualquer teoria filosófica, essa teoria sofreu desgastes. Dentre esses, há a objeção do problema do qualia ausente e o qualia invertido. A crítica do qualia ausente, *grosso modo*, aponta que o funcionalismo costumeiramente aceita entidades estranhas como detentoras de mentalidade. Já o ataque do qualia invertido ao funcionalismo defende que a teoria funcionalista não caracteriza a mente de maneira metafisicamente (ou até empiricamente) satisfatória. Sendo assim, (i) serão apresentadas as respectivas objeções e (ii) levantados possíveis caminhos para o funcionalismo responder tais críticas. Para isso, apresentaremos as principais correntes funcionalistas presentes na literatura (Lewis, Fodor, Armstrong, Putnam) e as críticas do qualia ausente e invertido.

Palavras-chave: Funcionalismo. Qualia ausente. Qualia invertido.

Bibliografia

BICKLE, J. Multiple Realizability. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2020 ed.). Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: < https://plato.stanford.edu/entries/multiple-realizability/>. Acesso em: 2 de outubro 2023.

BYRNE, A. Inverted Qualia. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2020 ed.) Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020. Disponível em: < https://plato.stanford.edu/entries/qualia-inverted/>. Acesso em: 2 de outubro 2023.

BLOCK, N. *Consciousness, Function, and Representation:* Collected Papers. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

BLOCK, N.; FODOR, J. What Psychological States Are Not. *Philosophical Review*, v. 81, p. 159–81, 1972.

CHURCHLAND, P. Eliminative Materialism and Propositional Attitudes. *Journal of Philosophy*, v. 78, p. 67–90, 1981.

FODOR, J. *Psychological Explanation*. New York: Random House, 1968.

LEVIN, J. Functionalism. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2021 ed.). Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021. Disponível em: < https://plato.stanford.edu/entries/functionalism/>. Acesso em: 2 de outubro 2023.

PUTNAM, H. Minds and Machines. In: HOOK, S. (Ed.) *Dimensions of Minds,* New York: New York University Press, 1960. p. 138-164.

PUTNAM, H. The Nature of Mental States. *Readings in philosophy of psychology*, v.1, p. 223-231, 1980.

PUTNAM, H. *Representation and reality*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1988.

TYE, M. Qualia. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2021 ed.). Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021. Disponível em: < https://plato.stanford.edu/entries/qualia/>. Acesso em: 2 de outubro 2023.

10.17771/PUCRio.ANA.65184

As funções da imaginação na elaboração cognitiva do saber em Kant.

Rodrigo de Oliveira Faria
Mestrando em Filosofia na UFU
http://lattes.cnpq.br/0878397117058295
rodrigo.faria@ufu.br

10.17771/PUCRio.ANA.65189

A proposta desta comunicação é apresentar as etapas para a elaboração cognitiva do "saber" (*kennen*) em Kant, saber que é fabricado na faculdade da sensibilidade sem a intervenção da faculdade do entendimento. Esse saber corresponde à primeira elaboração cognitiva do ânimo (*Gemüth*) no interior da sensibilidade, que prepara a elaboração do conhecimento (*Erkenntnis*) do objeto. A primeira elaboração cognitiva apreende o objeto em sua primeira forma perceptível, ou seja, na medida em que nos "aparece" (*erscheint*) na sensibilidade como um objeto conceitualmente indeterminado, isto é, como um *Erscheinung* (aparecimento) (cf. *KrV* B 34).

Nesta comunicação, de início [apresentaremos] as etapas iniciais da elaboração desse saber fabricado exclusivamente na sensibilidade. Assim, por princípio, ocupamo-nos com os elementos que compõem a sensibilidade e que recebem a "matéria" (sensações e impressões) desse saber, ou seja, primeiro apresentamos os sentidos com as formas *a priori* da intuição sensível, a saber: "espaço" e "tempo", que atuando como predisposições dessa capacidade, fornecem as condições de possibilidade para que o objeto ser captado sensivelmente pela estrutura cognitiva do ser racional finito. Na segunda parte, descrevemos as funções operadas pela faculdade da imaginação no manejo desta matéria. Para Kant, a imaginação tem por capacidade o poder de sintetizar representações e assim fabricar o saber que provém da sensibilidade, sob a condição de que lhe seja disponibilizada pelos sentidos a multiplicidade de sensações e impressões recebidas sob as formas *a priori* do espaço e do tempo.

Em conclusão, com a tese da formação de um saber que antecede e prepara o conhecimento do objeto em Kant, nossa proposta principal é discorremos sobre o poder de síntese da imaginação, atuando de forma autônoma e espontânea (ativa) na sensibilidade por meio de duas funções, a saber: a "síntese da apreensão" (*KrV* A 99), que reúne inicialmente os dados múltiplos da intuição em um conteúdo (*Inhalte*)

representativo, e a "síntese da reprodução" (*KrV* A 100), que tem a capacidade em um segundo momento de trazer de volta ao espírito o conteúdo da intuição reunido pela síntese da apreensão e assim encadear, unir, comparar e ligar estas representações no tempo (forma do sentido interno), dando-nos a condição de formar em nosso aparato cognitivo um saber sensível do objeto.

Palavras-chave: Imaginação. Síntese. Kant.

Bibliografia

CALÁBRIA, Olavo. *A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno*. Kant e-Prints, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 119-126, 2006. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/kant-e-prints/article/view/328>.

CALÁBRIA, Olavo. A Faculdade da Imaginação em Kant. In: *Os Trabalhos da Imaginação*. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

CALÁBRIA, Olavo. *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós*: e ainda, a propósito da doutrina do Esquematismo e das duas Deduções das categorias. Tese (Doutorado) UFMG, 2011. 225f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-99BFJZ>.

CALÁBRIA, Olavo. Da relação entre os graus de conhecimento e as capacidades de representação em Kant. *Educação e Filosofia*, 27 (n. ESP), p. 281-302, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/22850>.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

HEIDEGGER, Martin. *Kant e o problema da metafísica*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

KANT, Immanuel. *Kritik Der Reinen Vernunft*. Germany: Felix Meiner, 1956.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. SP: Iluminuras, 2006.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *Filosofia: Idade Moderna Vol. II*. SP: Paulus, 2017.

10.17771/PUCRio.ANA.65189

O status cognitivo da psicanálise nas *Conjecturas e refutações* de Karl Popper: o exemplo da criança afogada.

Marcus César Ferreira Oliveira
Mestrado em Filosofia na UFRRJ
http://lattes.cnpq.br/3675878988513138
caim_de_nod@bol.com.br

10.17771/PUCRio.ANA.65195

Algumas análises da posição de Karl Popper em relação ao status científico da psicanálise entendem que a exclusão da psicanálise do campo da ciência empírica se fundamenta em seu critério de demarcação. Nessa leitura, compartilhada, entre outros, por Jane Flax (1981), Adolf Grünbaum (1986) e Eduardo Martins (2012), a psicanálise não seria uma ciência empírica por não ser falseável. A falseabilidade de uma teoria apresenta dois aspectos, um lógico e um metodológico. Quando discute o aspecto lógico da falseabilidade em *The logic of scientific discovery* (1959), Popper estabelece que "uma teoria é falseável se a classe de seus falseadores potenciais não é vazia" (p. 66), ou seja, uma teoria é empírica se (e somente se) existem enunciados básicos em relação aos quais ela é inconsistente. No registro metodológico, uma teoria precisa ser continuamente submetida a testes para ser considerada falseável – se decidimos deixar de testar uma teoria, ela deixa de ser falseável.

Na análise do texto *Science: conjectures and refutations* (1969), não encontramos elementos que possam sustentar a leitura de que a exclusão da psicanálise, por Popper, do campo das ciências empíricas, seja feita com base em seu critério de falseabilidade. Nesse texto, a posição de Popper é nítida: a psicanálise não é ciência empírica. O autor busca apresentar seu ponto por meio do que chamaremos de exemplo da criança afogada, afirmando que dois comportamentos "extremamente divergentes" seriam explicados com igual facilidade tanto pela teoria de Sigmund Freud como pela teoria de Alfred Adler. Embora a posição de Popper seja explícita, defendemos que seus argumentos não o são. Lembremos dos comportamentos que constituem o exemplo da criança afogada: um homem empurra uma criança na água com intenção de afogá-la e um homem sacrifica a sua vida na intenção de salvar a criança. Analisando o exemplo, encontramos dificuldades em extrair as consequências que Popper parece extrair – não é simples identificar o que

está em jogo. Seria uma avaliação da inconsistência lógica da psicanálise, propondo que ela viola o princípio da não contradição? A não exposição ao risco? Seu baixo teor empírico? Para endereçar consistentemente essas perguntas, entendemos ser necessário analisar cuidadosamente o exemplo da criança afogada buscando compreender a natureza dos comportamentos descritos, a diferença de tratamento dada por Popper aos dois sistemas teóricos e a pertinência do uso feito de elementos desses sistemas (particularmente da ideia de sublimação e repressão).

Palavras-chave: Karl Popper. Psicanálise. Problema da demarcação.

Bibliografia

FLAX, Jane. Psychoanalysis and the philosophy of science: critique or resistance? *The Journal of Philosophyv*. 78, n. 10, p. 561-569, 1981.

GRÜNBAUM, Adolf. Précis of the foundations of psychoanalysis: a philosophical critique. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 9, n. 2, p. 217-228, 1986.

MARTINS, Eduardo. *Freud e os modelos biológicos de explicação*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, mar. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4790. Acesso em: 24 abr. 2022.

POPPER, Karl. *Conjectures and refutations*: the growth of scientific knowledge. 3 ed. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1969 [1963].

POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. London; New York: Routledge Classics, 2002 [1959].

10.17771/PUCRio.ANA.65195

Uma saída antirrealista e continuísta ao problema da continuidade teórica na ciência.

Gabriel Chiarotti Sardi
Doutorando em Filosofia na USP
http://lattes.cnpq.br/8430403232743586
gabrielsardi@usp.br

10.17771/PUCRio.ANA.65200

No decorrer do debate sobre o realismo científico, alguns antirrealistas, tal como Leo Tolstói (1904, p. 105) e Larry Laudan (1981, p. 35), criaram um desafio cético para os realistas de teorias, questionando, com base na história da ciência, a crença realista de continuidade entre as teorias do passado, atuais e futuras. O realista Stathis Psillos (1996; 1999; 2018, p. 69-72) ofereceu uma réplica que ficou conhecida como realismo seletivo ou *divide et impera*, alegando que, através de um minucioso exame, podemos encontrar elementos teóricos de continuidade entre teorias passadas e atuais, assegurando, por analogia, que as teorias futuras também possuirão elementos de continuidade com as atuais.

A estratégia de Psillos, se bem empregada, pode evidenciar que a leitura realista de história da ciência também possui suas virtudes e deve ser considerada, fazendo com que o realismo de teorias seja uma postura metacientífica plausível e alicerçada, ao menos parcialmente, na história da ciência. Todavia, na presente comunicação, argumentarei que mesmo que o realismo seletivo de Psillos se mostre aplicável, ele deve ser considerado como uma crítica a concepções descontinuístas em história da ciência (ou seja: concepções antirrealistas que apregoam a crença de que não há continuidade progressiva entre as teorias) e não necessariamente ao antirrealismo científico em geral, posto que o empirismo construtivo de Bas van Fraassen, por exemplo, admite a continuidade teórica na ciência através da noção de continuidade de modelos; se configurando, dessa forma, como uma alternativa antirrealista que admite a continuidade teórica na história da ciência – o que enfraquece a posição de que o realismo é a única filosofia capaz de lidar com a leitura desses episódios históricos específicos.

Palavras-chave: Realismo Seletivo. Empirismo Construtivo. Continuidade Teórica.

Bibliografia

LAUDAN, Larry. A confutation of convergent realism. In *Philosophy of Science*, v. 48, n. 1, 1981.

PSILLOS, Stathis. Scientific realism and the 'pessimistic induction'. In *Philosophy of Science*, v. 63, n. 3, 1996.

PSILLOS, Stathis. *Scientific Realism: how Science tracks Truth*. London: Routledge, 1999.

PSILLOS, Stathis. Tolstoy's Argument: Realism and the History of Science. In *Spontaneous Generations*: A Journal for the History and Philosophy of Science, v. 9, n. 1, 2018.

TOLSTÓI, Leo. *Essays & Letters*. Trad. Aylmer Maud. New York: Funk and Wagnalls Company, 1904.

VAN FRAASSEN, Bas. *A imagem científica*. Tradução de Luiz Henrique Dutra. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

VAN FRAASSEN, Bas. *The Scientific Image*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

10.17771/PUCRio.ANA.65200

Dentro do laboratório fisiológico: as disputas em torno da controvérsia sobre experimentos com animais para fins científicos na Grã-Bretanha no século XIX.

Giovanna Perez Altieri
Mestranda em Filosofia na USP
http://lattes.cnpq.br/4174625748693943
giovanna.altieri@usp.br

10.17771/PUCRio.ANA.65203

Durante o século XIX, houve um considerável aumento nos experimentos realizados com animais vivos, especialmente no campo da Fisiologia Experimental, que se tornou uma disciplina autônoma (Sharpey-Schafer, 1932, p. 781). Na Grã-Bretanha, país que foi o epicentro dessa expansão, também emergiu um movimento contrário aos experimentos. O debate em torno da vivissecção na Grã-Bretanha pode ser, de forma geral, definido pela divergência entre dois lados: aqueles que eram contra e aqueles que apoiavam a vivissecção, termo usado para se referir aos experimentos. No entanto, longe de ser uma disputa simples, essa controvérsia envolveu uma multiplicidade de questões morais e argumentos de ambos os lados. Assim, um amplo debate se formou em relação à finalidade científica desses experimentos e suas considerações éticas.

Em 1876, a Rainha Vitória instaurou uma Comissão Real com o objetivo de resolver essa questão. A partir da avaliação dessa comissão, pretendia-se tomar medidas legais, se necessário, em relação à realização de experimentos científicos em animais vivos, considerando como o avanço científico e a busca por conhecimento para diminuir o sofrimento humano ocorriam na Grã-Bretanha (Parliamentary Papers, 1876, p. vii).

Os movimentos contrários à vivissecção argumentavam que os experimentos eram desnecessários e cruéis (Rupke, 1987, p. 194), defendendo que a ciência deveria adotar uma conduta moral que levasse em consideração os interesses dos outros seres (Clarke, 1888, p. 2). Por outro lado, os defensores dos experimentos consideravam-nos indispensáveis para o desenvolvimento das ciências fisiológicas e médicas e, consequentemente, para o bem-estar humano.

O laboratório pode ser considerado o epicentro dessa controvérsia. O aspecto simbólico que o laboratório representava para os fisiologistas e para os oponentes da

vivissecção era completamente diferente. Para os fisiologistas, o laboratório era o espaço do progresso médico e o local de encontro de pessoas que conduziriam a sociedade para longe da ignorância. Já para os oponentes da vivissecção, o laboratório representava apenas uma "câmara de tortura glorificada" (Boddice, 2016, p. 75).

Dessa forma, a apresentação pretende abordar a disputa em torno de visões científicas e metodologias adequadas, bem como o papel da autoridade científica e dos valores éticos dentro da prática do laboratório, a partir da imagem que o laboratório representava no contexto.

Palavras-chave: Controvérsia científica. Vivissecção. Fisiologia. Epistemologia. Grã-Bretanha.

Bibliografia

BODDICE, Rob. *Vivisecting Major: A Victorian Gentleman Scientist Defends Animal Experimentation, 1876–1885*. Isis, Volume 102, N. 2, June, 2011.

CLARKE, J. H. *Monkey's brains once more*. London: Victoria Street Society, united with the International Association for the Protection of Animals from Vivisection, Reprinted from The Zoophilist, April, 1888.

PARLIAMENTARY PAPERS. *Report of the Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes; with minutes of evidence and appendix*. London: House of Commons Parliamentary Papers, 1876.

RUPKE, Nicholaas A. (Ed.). *Vivisection in historical perspective*. London: Croom Helm, 1987.

SHARPEY-SCHAFER, Edward. *History of physiology in Great Britain during the last hundred years*. The British Medical Journal, Oct, 29, 1932.

10.17771/PUCRio.ANA.65203

A variação entre critérios valorativos em Thomas Kuhn.

Ericson Divaldo Antunes Filho
Mestrando em Filosofia na UNIOESTE
http://lattes.cnpq.br/3131890908970723
ericson.antunes@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65207

Esta comunicação visa analisar o papel dos valores na comunidade científica com base na filosofia da ciência de Thomas Kuhn. A análise se baseia na caracterização de dois períodos: a ciência normal que representa o consenso, e a ciência extraordinária, que marca o período de dissenso. Dessa forma, o objetivo é compreender e interpretar o papel dos valores nos dois períodos históricos mencionados, destacando suas diferenças. Os valores influenciam as escolhas dos cientistas tanto em períodos de ciência normal quanto em períodos de crise. Durante a ciência normal, a aplicação desses valores é regular. Os valores desempenham um papel decisivo na avaliação dos resultados obtidos, principalmente dentro da pesquisa normal, bem como na escolha de um novo paradigma durante períodos de crise e pesquisa extraordinária. Nos compromissos já estabelecidos no desenvolvimento da ciência normal, os valores são utilizados diariamente e frequentemente refletem a maneira pela qual a comunidade científica conduz e avalia a pesquisa e seus resultados. A ciência extraordinária é caracterizada pela proliferação de opções alternativas para lidar com anomalias recalcitrantes. Durante esse período, a pesquisa científica se desvincula em certa medida da distribuição e da importância desses compromissos, resultando em diferentes abordagens na utilização dos valores. Um aspecto fundamental do pensamento de Kuhn sobre o papel dos valores em várias análises é a ausência de um padrão absoluto ou uma forma absoluta de utilizar os valores nos processos pelos quais a comunidade científica passa. O principal texto investigado para a interpretação do conceito de valor nesta comunicação será *Objetividade, juízo de valor e escolha de teoria* encontrado em *A tensão essencial* (2011). Juntamente a isso, a segunda metade de *A Estrutura das Revoluções Científicas,* publicada por Kuhn em 1962, é de suma importância para o entendimento tanto da ciência extraordinária, principal período em que os valores sofrem alterações dentro da comunidade, quanto para o entendimento geral dos valores dentro da pesquisa científica como um todo. Um aspecto fundamental

do pensamento de Kuhn sobre o papel dos valores em várias análises é a ausência de um padrão absoluto ou uma forma absoluta de utilizar os valores nos processos pelos quais a comunidade científica passa. Kuhn acredita que não existe nenhuma instância absoluta dentro da ciência. Isso implica, por exemplo, que não existe uma linguagem neutra para a comparação de teorias e que os padrões de avaliação e norte para a tomada de decisão dos cientistas é relativo à comunidade e aos seus compromissos temporariamente firmados perante um paradigma. A ideia a ser colocada aqui é de que as decisões, com base nos critérios valorativos, não fornecem resultados definitivos e, às vezes, são ambíguas.

Palavras-chave: Valores. Escolha científica. Thomas Kuhn. Pesquisa científica.

Bibliografia

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva, 2012.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Cultrix, 1979.

KUHN, Thomas S. *A tensão essencial.* São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KUHN, Thomas S. *O Caminho Desde A Estrutura.* São Paulo: Editora Unesp, 2017.

10.17771/PUCRio.ANA.65207

A tolerância em Pierre Bayle.

Irã Figueiredo Salomão
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
https://lattes.cnpq.br/5990498299004882
irasalomao72@yahoo.com.br

Pierre Bayle, sabidamente, é um autor muito pouco conhecido da quase totalidade dos pesquisadores brasileiros. Ciente desta realidade, o propósito mais evidente desta fala é proporcionar um primeiro contato com este pensador do século XVII. Tal propedêutica não versará sobre a metafísica de Bayle ou sobre sua vocação para a difusão do pensamento. O viés escolhido foi a sua abordagem dos problemas intrínsecos à intolerância religiosa que assolava o Ocidente naquele momento.

Diferente de uma apologia à obra de Bayle, meu intuito é realizar uma arguição dos pontos que, em maior ou menor medida, dizem respeito à liberdade de consciência, à conversão religiosa forçada, à tolerância em relação a alteridade religiosa e nuances conectadas a estas. Logo após a França – por decreto – se tornar inteiramente católica, em outubro de 1685, Bayle publicou três trabalhos em resposta ao desastre social que o apagamento do protestantismo francês produzia. Além das reflexões que podemos chamar de filosóficas, tais obras representam uma peça de combate político e uma denúncia aos demais governantes.

Indago até onde Bayle pode representar o mais proeminente ponto de inflexão nos fundamentos filosóficos da tolerância no Ocidente. Defendo que ele não é apenas um nome numa cadeia de pensadores que propiciaram, graças ao desenrolar do ceticismo moderno, a transformação do conceito de tolerância no século XVII. Mais do que isso, Bayle é o primeiro autor a dedicar inteiramente uma obra de fôlego ao problema filosófico da tolerância. É ele, também, que mais fundo consegue penetrar nesta questão. Além disso, é ele, na sua tolerância irrestrita, o autor que reivindica a tolerância mais ampla que o período moderno conseguiu produzir.

Palavras-chave: Tolerância. Pierre Bayle. Moral.

10.17771/PUCRio.ANA.65219

Bibliografia

BAYLE, Pierre. *Ce que c'est que la France toute catholique.* Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1973.

BAYLE, Pierre. *De la tolérance:* commentaire philosophique. Paris: Honoré Champion, 2014.

BAYLE, Pierre. *Pensées diverses sur la comète.* Paris: Flammarion, 2007.

COORNHERT, D.V. *Synod on the freedom of conscience:* a thorough examination during the gathering held in the year 1582 in the City of Freetown. Translated, edited and annotated by Gerrit Voogt. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.

DAWSON, Christopher. *A divisão da cristandade.* Trad. Márcia Xavier de Brito. 1ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

LABROUSSE, Elisabeth. *"Une foi, une loi, un roi?"* La révocation de L'Édit de Nantes. Genebra: Labor et fides; Paris: Payot, 1985.

LABROUSSE, Elisabeth. *Pierre Bayle:* hétérodoxie et rigorisme. Paris: Éditions Albin Michel, S.A.,1996.

LECLER, Joseph. *Histoire de la tolérance au siècle de la Réforme.* Paris: Éditions Albin Michel, S.A.,1994.

10.17771/PUCRio.ANA.65219

O argumento ontológico de Descartes.

Juliana Abuzaglo Elias Martins
Doutoranda em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/4807057926834335
jaeliasm@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65231

O presente trabalho possui como objetivo, ao examinar o argumento fornecido por Descartes na Quinta Meditação para provar a existência da substância infinita, verificar quais são as condições necessárias para que este argumento possa ser considerado bem sucedido em seu objetivo de provar de modo *a priori* que Deus existe no mundo atual. Para tal, iremos examinar as objeções tradicionais feitas a esse argumento e verificar se os problemas envolvidos nessas objeções são ou não fortes o suficiente para não considerarmos este argumento como válido. O argumento *a priori* da Quinta Meditação que demonstra a existência de Deus se diferencia da prova que Descartes demonstra em sua Terceira Meditação, pois se baseia não no fato da ideia de Deus ser um efeito da Substância Infinita, mas se baseia unicamente no conteúdo que é representado por esta ideia de Deus na mente.

O conteúdo em questão é um Ser Infinito que possui todas as perfeições. Para alcançar nosso objetivo, será necessário examinar as duas principais objeções que este argumento recebe e os problemas que delas se seguem: a primeira objeção é a de Caterus, que defende que o argumento se inicia em um nível simbólico, e, portanto, não conseguiria e não poderia alcançar uma conclusão em nível extrassimbólico; a segunda é feita por Gassendi, que questiona o fato de no argumento a existência ser considerada por Descartes como uma perfeição, como uma propriedade. No que tange à primeira objeção, veremos que na resposta dada por Descartes à Caterus um elemento importante surge: o apelo à natureza soberanamente perfeita e poderosa de Deus que possibilita não só ele existir por si, mas necessariamente existir. E seguindo nessa perspectiva, na resposta a Gassendi, ele desenvolve a relação entre essência e existência que existe no caso da essência de Deus e nos mostra, como esta é uma relação da ordem necessária e não meramente, possível. Além disso, faz-se necessário um exame da Teoria das Naturezas Verdadeiras e Imutáveis na Quinta Meditação, para entender em que medida a

noção de natureza verdadeira e imutável é necessária à razoabilidade do argumento, pois Descartes demonstrará que tais naturezas me são representadas por ideias inatas e não por ideias fictícias e que, portanto, eu não posso ter inventado nem alterado o conteúdo dessas ideias, assim como não posso alterar nem forjar o conteúdo da ideia inata que me representa Deus.

Portanto, defenderemos neste trabalho que uma análise atenta das respostas que Descartes fornece aos dois objetores, Caterus e Gassendi, bem como do texto da Quinta Meditação, nos quais, acrescentando elementos e desenvolvendo conceitos, nos mostra que o argumento ontológico ainda que não detenha de unanimidade e que não esteja desprovido de problemas, consegue se manter em bases sólidas para que seja considerado como um argumento válido.

Palavras-chave: Descartes. Argumento Ontológico. Filosofia Moderna.

Bibliografia

DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*. Edited by Charles Adam and Paul Tannery, 11 vols. Paris: J. Vrin, 1964-71.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Col. Os pensadores).

DESCARTES, R. *Princípios de Filosofia*. Tradução de J. Gama. Lisboa: Edições 70, 2006.

WILSON, M. *Descartes*. New York: Routledge, 1996.

10.17771/PUCRio.ANA.65231

Sobre o critério cartesiano de analisabilidade.

Lucas Grivet Mesquita
Mestrando em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/5546193581204195
grivet.lucas@gmail.com

Na Quinta Meditação, espaço em que se investigará as naturezas verdadeiras e imutáveis, bem como se apresentará o argumento ontológico, e nas Primeiras Objeções, Descartes desenvolve os critérios de propriedade necessária e imprevista, e de analisabilidade, a fim de reconhecer as naturezas verdadeiras e imutáveis, e então fundar uma disciplina totalmente *a priori*. Não pretendo investigar se se tratam de dois critérios, ou de apenas um que é composto, nem se o autor das *Meditações* logra seu objetivo com os critérios, mas, em verdade, busco investigar a natureza do critério de analisabilidade em função da razão que listo abaixo.

Ainda na Segunda Meditação, Descartes, ao chegar em seu princípio de conhecimento através do argumento do cogito, busca investigar o que é esse eu indubitavelmente existente. E para tal retoma a noção escolástica-aristotélica de alma, a saber: que ela é princípio de nutrição, movimento e sensação. O ponto que gostaria de destacar é que, já nesse momento, o critério que aqui busco tratar é utilizado de maneira a conhecer aquilo que esse eu sabidamente existente é, a saber: coisa pensante. E frente a essa antecipação do uso do critério, antes mesmo de sua enunciação, gostaria de defender que o critério de analisabilidade é um elemento já disponível à razão inatamente, e parte constituinte de sua organização, ou aquilo que Descartes chama de princípios lógicos. Então, dado o elemento central a ser defendido, faz-se necessário estabelecer as cláusulas a serem satisfeitas para que a tese proposta possa ser defendida. Penso que as seguintes cláusulas são: (i) o reconhecimento do uso do critério de analisabilidade na Segunda Meditação, antes de sua enunciação na Quinta, e na Primeiras Respostas; (ii) esse eu, que é o objeto do critério, ser uma coisa pensante - por ter o pensamento como atributo essencial e único - é uma natureza verdadeira e imutável.

Organizo esta apresentação da seguinte maneira: inicialmente, gostaria de tornar o mais inteligível quanto for possível a tese da livre criação das verdades eternas. Em

10.17771/PUCRio.ANA.65240

seguida, mesmo que não se encontre uma resposta satisfatória, pois não me proponho aqui a tratar desse tema, irei tematizar o problema apontado por Wilson a respeito dos critérios de reconhecimento das naturezas verdadeiras e imutáveis. Por fim, irei revisar a bibliografia disponível para que então se possa conferir a possibilidade de satisfação das cláusulas estipuladas anteriormente, e assim justificar a proposta anteriormente enunciada.

Palavras-chave: Critério. Princípios lógicos. Naturezas imutáveis.

Bibliografia

DESCARTES, René. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Trad. de Fausto Castilho. 3a ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DESCARTES, René. Objections and Replies. *The Philosophical Writings of Descartes*, Cambridge University Press, n. 2, pp. 63-384, 1984.

DESCARTES, René. *Princípios de Filosofia*. Trad. de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2016.

EDELBERG, Walter. The Fifth Meditation. *The Philosophical Review*, Vol. 99, n. 4, pp. 493-533, 1990.

GLEIZER, M. A. Textos de Descartes Sobre a Livre Criação das Verdades Eternas. *Analytica*, n. 1-2, v. 16, pp. 207-219, 2012.

ROCHA, E. M. O Conceito de Realidade Objetiva na Terceira Meditação de Descartes. *Analytica*, n. 2, v. 2, pp. 203-218, 1997.

ROCHA, E. M. *Indiferença de Deus*. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.

WILSON, M. *Descartes*. USA and Canada, Routledge & Kegan Paul, 1978.

10.17771/PUCRio.ANA.65240

O materialismo paradoxal de Margaret Cavendish.

Milena Monteiro Rodrigues
Mestrado em Filosofia na UFRJ (PPGLM)
http://lattes.cnpq.br/3822515005397567
milenammoreti@gmail.com

Nesta apresentação, abordarei considerações relacionadas ao materialismo de Margaret Lucas Cavendish com a finalidade de assumir uma tese final sobre ele, a saber, que seu materialismo é vitalista e que isso causa um paradoxo em sua filosofia da natureza.

Para isso, analisarei cinco obras de filosofia da natureza de Cavendish para formar um panorama geral sobre seu materialismo, isto é, uma conclusão unívoca sobre a sua tese materialista. A justificativa dessa análise dar-se-á porque, quando temos acesso ao materialismo de Cavendish, notamos que a construção de sua tese materialista não é uma consideração linear em sua filosofia.

Ao contrário, sua tese materialista possui oscilações durante seus escritos de filosofia e, por vezes, Margaret pede ao seu leitor que desconsidere o que ela argumentou em seu livro anterior, como acontece no início de seu segundo tratado sobre filosofia da natureza: *Philosophical and Physical Opinions* (1655-1663). Nesta obra, em uma epístola ao leitor (p. 9-10), ela pede que seu leitor esqueça suas teses abordadas em seu primeiro tratado sobre filosofia da natureza, *Philosophical Fancies* (1653).

Dado isso, classificarei o materialismo de Cavendish como tendo três fases específicas: 1) seu materialismo primeiro; 2) sua reformulação do materialismo; 3) ápice do seu materialismo. Em seu materialismo primeiro, Cavendish está tendo como inspiração o atomismo por parte de Tito Lucrécio, especificamente, no tratado que ele escreveu: *Sobre a Natureza das Coisas*, no qual, Cavendish se inspirou para escrever uma de suas teses materialistas. O livro que marca o segundo momento do materialismo de Cavendish é *Philosophical Letters* (1664), nele, Cavendish dirige críticas aos filósofos que eram seus contemporâneos na época, como Henry More, Descartes, Hobbes, entre outros, que defendiam teses mecanicistas. A partir dessas críticas ao mecanicismo,

10.17771/PUCRio.ANA.65243

Cavendish construiu uma nova visão materialista, reformulando seu ponto de vista publicado em seus tratados anteriores.

E é com isso em mente que, ela chega nas suas teses finais sobre materialismo, que se localizam em duas de suas obras, a saber: *Observations upon Experimental Philosophy* (1666-1668) e *Grounds of Natural Philosophy* (1668). Concluo, com essa análise, que Margaret possui um materialismo paradoxal, diante do panorama discutido no século XVII. Seu materialismo é paradoxal porque considera que tudo que existe na natureza é puramente material, mas, ao mesmo tempo, tudo que existe é vida, conhecimento e movimento. Em síntese, o paradoxo do materialismo de Cavendish consiste na alegação de que tudo que existe é material, mas também que contém em si vida, conhecimento e movimento.

Palavras-chave: Cavendish. Materialismo. Natureza.

Bibliografia

CAVENDISH, Margaret. *Philosophical Fancies*. London. Publicada por Roycroft, J. Martin, and J. Allestrye, 1653.

CAVENDISH, Margaret. *Philosophical Letters*. London. Publicada por Roycroft, J. Martin, and J. Allestrye, 1664.

CAVENDISH, Margaret. *The Philosophical and Physical Opinions*. London. Publicada por Roycroft, J. Martin and J. Allestrye, 1655.

CAVENDISH, Margaret. *Philosophical Letters*. London. Publicada por Roycroft, J. Martin, and J. Allestrye, 1664.

CAVENDISH, Margaret. *Grounds of Natural Philosophy*. London. Publicada por Roycroft, J. Martin, and J. Allestrye, 1668.

10.17771/PUCRio.ANA.65243

Hobbes e a Modernidade: visões de Leo Strauss e Michael Oakeshott.

Theo Magalhães Villaça
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
https://lattes.cnpq.br/9806897394708433
theomvillaca@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65245

Thomas Hobbes é um dos personagens principais nas obras de Leo Strauss e Michael Oakeshott, dois filósofos políticos do século XX. No entanto, suas interpretações do pensamento hobbesiano não são meras exposições ou análises. Na verdade, revelam suas próprias filosofias políticas, especialmente o papel de Hobbes como um dos fundadores da filosofia política moderna. Embora concordem nesse ponto, Strauss e Oakeshott divergem em suas abordagens.

Strauss critica a modernidade, cujo desenvolvimento culminou no relativismo das ciências humanas e sociais. Esse processo se iniciou com Maquiavel e Hobbes, que romperam com a filosofia política clássica, substituindo a preocupação com o que "deve ser" (*ought*) pelo que "é" (*is*). O realismo inaugurado por esses autores e seu excesso de confiança na razão fez com que, na ausência de soluções, esse tipo de "positivismo" desse lugar ao historicismo. Como a própria Escola Histórica também não conseguiu encontrar normas para reger a sociedade, o historicismo deu lugar ao relativismo, no qual o homem ocidental não sabe mais distinguir o certo do errado e o bem do mal. A construção política de Hobbes, está, para Strauss, na primeira onda da modernidade, origem da crise do ocidente.

Além disso, a obra *Leviatã* marca uma mudança no significado de direito natural, que passa a ser identificado com a "autopreservação". O direito natural antigo, para Strauss, se opõe ao historicismo que relativiza o que é certo e bom de acordo com a circunstância ou o contexto histórico, e garantiria uma ordem à sociedade.

Por outro lado, Oakeshott procura defender o que interpreta como modernidade e o papel de Hobbes. Sua interpretação do filósofo do século XVII gira ao redor de três eixos que, por sua vez, desempenham papel fundamental no próprio pensamento de Oakeshott: um ceticismo em relação aos usos da razão na política; adesão à moralidade da individualidade; a ideia de associação civil. O ceticismo se revela na incapacidade da

razão de definir qual é a verdadeira crença religiosa, resolvida por Hobbes com o poder da autoridade; a moralidade da individualidade se opõe a visões da vida moral em torno de um "bem comum" ou "laços comunais"; e a ideia de associação civil diz respeito a uma relação entre humanos desprovida de teleologia, isto é, de um propósito ou empreendimento comum.

As interpretações tanto de Strauss como de Oakeshott sobre Hobbes não são comuns e revelam novas profundidades e possibilidades da filosofia política do autor de Leviatã. Ademais, o papel dado a Hobbes nas obras de ambos os autores ilustra o pensamento original de suas próprias filosofias e os pontos no quais eles divergem.

Palavras-chave: Modernidade. Thomas Hobbes. Leo Strauss. Michael Oakeshott.

Bibliografia

HOBBES, Thomas. *Leviathan.* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MCILWAIN, David. *Michael Oakeshott and Leo Strauss:* The Politics of Renaissance and Enlightenment. London: Palgrave MacMillan, 2019.

OAKESHOTT, Michael. *Hobbes on Civil Association.* Indianapolis: Liberty Fund, 1975.

OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics and other essays*. Indiana: Liberty Fund, 1991.

STRAUSS, Leo. *Natural Right and History.* Chicago: University of Chicago Press, 1965.

STRAUSS, Leo. *The Political Philosophy of Hobbes*. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

10.17771/PUCRio.ANA.65245

A hipótese dos corpos em Thomas Hobbes.

Mariana Dias Pinheiro Santos
Mestranda em Filosofia na UFS
http://lattes.cnpq.br/3437175302339422
marianads4ntos@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65248

Não é novidade que Hobbes seja considerado, por seus intérpretes, como um materialista. Tanto em sua obra *Leviatã*, ao iniciar seu tratado afirmando que a sensação depende dos movimentos, ou no *De Corpore*, ao apresentar classes de palavras que podem ser associadas aos corpos (para citar apenas dois exemplos), o autor deixa evidente sua inclinação ao materialismo. No entanto, embora Hobbes seja bastante claro acerca da sua posição em relação aos corpos, chegando a sugerir que o próprio Deus seria uma matéria (L 34.5), não se pode afirmar que o filósofo de Malmesbury acreditasse nos corpos "in rerum natura" – para usar a expressão de Krook.

Não é por isso, entretanto que, tal como Duncan, pretende-se defender que Hobbes não seja um materialista, mas sim que o autor trata os corpos de maneira *a posteriori*, ou como uma hipótese (DH 10.5). Esta interpretação segue a leitura feita por Tuck, Pettit, Krook e Bertman, na medida em que se defende que Hobbes distingue as teorias físicas ou naturais daquelas que tratam da verdade, que só é possível ser extraída do *a priori* fornecido pela linguagem. Sendo assim, o objetivo desta apresentação consiste em expor de que maneira Hobbes é um materialista, mas apenas na medida em que assume os corpos como sua hipótese para conjecturas acerca da natureza. Para isso, pretende-se abordar, principalmente, as obras *Leviatã*, *De Corpore* e *De Homine*, bem como os intérpretes supracitados. Espera-se, por fim, que esta pesquisa estimule o interesse em outros temas abordados por Hobbes para além de sua teoria política.

Palavras-chave: Hobbes. Materialismo. Linguagem.

Bibliografia

BERTMAN, M. A. Conatus in Hobbes' De Corpore. *Hobbes Studies*, v. 14, pp. 25-39, 2001.

DUNCAN, S. Hobbes's Materialism in the Early 1640s. *British Journal for the History of Philosophy*, vol. 13, n. 3, pp. 437-448, 2005.

HOBBES, T. Elementos de Filosofia – Primeira Seção – Sobre o Corpo. Parte I – Computação ou Lógica. Tradução e apresentação de José Oscar de A. Marques. Clássicos da Filosofia. *Cadernos de Tradução*, 12, pp. 1-67, 2005.

HOBBES, T. Leviatã. In: *Os Pensadores:* Hobbes. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

HOBBES, T. *Man and Citizen (De Homine and De Cive).* Edição de Bernard Gert e tradução de Charles T. Wood, T. S. K. Scott-Craig e Bernard Gert. Estados Unidos: Doubieday & Company, Inc, 1978.

KROOK, D. Thomas Hobbes doctrine of meaning and Truth. *Journal of The Royal Institute of Philosophy*, v. 31, n. 116, pp. 3-22, 1956.

PETTIT, P. *Made with Word*: Hobbes on Language, Mind, and Politics. Nova Jersey: Princeton University Press, 2008.

TUCK, R. Optics and sceptics: the philosophical foundations of Hobbes's political thought. In: LEITES, E. (Org.) *Conscience and Casuistry in Early Modern Europe*. Estados Unidos: Cambridge University Press, 2002.

10.17771/PUCRio.ANA.65248

“La main qui me fait jouir de tout cela”: o lugar de Deus na botânica de Rousseau.

Victor Alexandre Garcia
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/9486166296441039
victorgarciapsi@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65250

A botânica de Rousseau, tal como a de Lineu, perfaz o caminho que leva do estudo das plantas à existência de Deus. Como esperado, a pressuposição da divindade não é desprovida de consequências importantes para a construção de uma filosofia moral. É bem sabido que Rousseau não via compatibilidade entre materialismo e moral. Seu coração jamais o deixou crer que os justos não serão felizes um dia, recompensados pelos sofrimentos da vida terrena. Assim, o estudo dos vegetais permitia que Rousseau contemplasse a existência de uma ordem física admirável na natureza e pressupusesse a existência de uma ordem moral correspondente. Por este motivo, em suas *Confissões*, o autor criticava o olhar do ignorante em botânica, a admiração “estúpida e monótona” (Rousseau, 1959, p. 641) daqueles que olham as plantas sem possuir a menor ideia do que estão vendo. Certamente seria possível observar as plantas sem qualquer conhecimento prévio e encantar-se com suas formas elegantes e variadas, mas sem conhecer as semelhanças e as diferenças entre os vegetais não se é transportado até “a mão que [nos] faz gozar de tudo isso” (Rousseau, 1959, p. 1069). O olhar do ignorante perde a apreciação da natureza como ordem, pois esta só pode ser depreendida do conhecimento da cadeia de relações e de combinações que estruturam o vegetal. A ordem é a harmonia e o acordo que reina no todo, na natureza tomada como unidade, em que cada parte concorre de um lugar determinado, assinalado pela natureza de modo inconfundível na imperturbável divisão das espécies. Segundo Rousseau, quando o ignorante deixa escapar a apreciação dessa ordem perfeita que anuncia a presença de uma inteligência suprema, ele perde a oportunidade de render à divindade o mais digno tipo de homenagem: a contemplação muda de suas obras. Sabe-se da importância da religião na vida pessoal de Rousseau; resta saber até que ponto sua botânica pode ser laicizada sem grandes perdas. Tanto Pierre Hadot quanto Michel Foucault, ao abordarem o tema da filosofia como modo

de vida, mostraram que a espiritualidade não possui um vínculo necessário com a religião. Após delimitarmos o lugar de Deus na botânica e no pensamento de Rousseau, nos apoiaremos nesses autores para pensar até que ponto os elementos dessa botânica se sustentam sem a pressuposição de uma divindade.

Palavras-chave: Rousseau. Botânica. Filosofia Moderna. História Natural.

Bibliografia

ROUSSEAU, J.-J. *Œuvres complètes, tome I: Les Confessions – Autres textes autobiographiques*. (Org.) GAGNEBIN, B.; RAYMOND. Paris: Gallimard, 1959 (Collection Bibliothèque de La Pléiade).

10.17771/PUCRio.ANA.65250

A influência estoica na moral de Descartes e as críticas de Elisabeth da Boêmia aos preceitos do filósofo.

Rafael Teruel Coelho
Doutorando em Filosofia na USP
http://lattes.cnpq.br/9540578217512846
teruel@usp.br

123

Não há dúvidas de que Elisabeth da Boêmia, uma das mais célebres correspondentes de Descartes, era uma nobre desventurada e melancólica, cuja família encontrava-se, à época de sua troca epistolar com Descartes, assolada pelas consequências da Guerra dos Trinta Anos. Embora a sua correspondência com o filósofo tenha sido inaugurada por um problema metafísico (AT III 661), a principal preocupação de Elisabeth era de cunho essencialmente moral, cujo cerne repousava sobre a necessidade de encontrar os meios de se tornar feliz.

Para aconselhá-la, Descartes recorre aos preceitos morais peculiares ao estoicismo, de modo a conduzir Elisabeth ao alívio de seus sofrimentos físicos e psíquicos. Para o filósofo, uma vez que as indisposições orgânicas de Elisabeth (como a melancolia, a tosse seca e a febre lenta) eram causadas pelo modo como ela lidava com os acontecimentos trágicos que atingiam a sua família, a terapêutica mais eficaz a lhe ser administrada seria de cunho moral. Assim, iluminado pela moral do Pórtico, Descartes encoraja Elisabeth a não se deixar abater pela tristeza e pelo sofrimento, a cultivar o alto domínio peculiar às almas maiores e fortes e, também, a procurar contentar o seu espírito unicamente com a força de suas virtudes, não obstante as desgraças da fortuna a perseguir a sua casa (AT IV 201).

Portanto, nos é claro – assim como para Brochard (1954) – que a correspondência de Descartes e Elisabeth é constantemente marcada pelo estoicismo. Todavia, Elisabeth argumenta que, não obstante o fato de não depositar a sua felicidade naquilo que depende do destino, fazendo-se feliz ou infeliz mediante a ocorrência de coisas boas ou ruins, enquanto ela não testemunhasse a melhora da condição social de sua família, ela não deixaria de conceber os acontecimentos que a rodeiam sob a ótica do mal, e, sendo assim, continuaria triste e doente (AT IV 209).

10.17771/PUCRio.ANA.65254

É justamente por isso que Perler (2021), ao analisar as críticas da princesa da Boêmia aos conselhos neo-estoicos de Descartes, argumenta que, aos olhos da monarca, diferentemente da opinião cartesiana e estoica, a felicidade não depende unicamente das virtudes de nossa alma, mas está condicionada aos eventos exteriores a nós. Nesse sentido, ao criticar as linhas mestras da terapêutica moral proposta por Descartes, Elisabeth censura igualmente sua base eminentemente estoica. Portanto, nesta comunicação, pretendemos analisar detalhadamente as objeções da princesa da Boêmia à moral de Descartes e, consequentemente, aos preceitos estoicos que a perpassam e influenciam.

Palavras-chave: Descartes. Estoicismo. Moral. Elisabeth da Boêmia

Bibliografia

BROCHARD, V. *Études de philosophie ancienne et de philosophie moderne*. Paris: Vrin, 1954.

DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes (AT)*. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery, 12 vols. Paris: Vrin, 1996.

PERLER, D. Is Our happiness up to us? Elisabeth of Bohemia on the limits of internalism. In: EBBERSMEYER, S. & HUTTON, S. *Elisabeth of Bohemia (1618-1680)*: a philosopher in her historical context (Women in the History of Philosophy and Sciences). Switzerland: Springer, 2021.

10.17771/PUCRio.ANA.65254

A fenomenologia imaginada.

Israel Rossi Milhomem
Mestrando em Filosofia na USP
https://lattes.cnpq.br/8357969958254389
israel.milhomem@usp.br

10.17771/PUCRio.ANA.65267

Em *Ideias I* (2006), Husserl chama a atenção de seu leitor para o fato de que a imaginação possuiria um lugar privilegiado na fenomenologia em relação à percepção. Levando ao limite tal ideia, poder-se-ia se dizer que a imaginação "constitui o elemento vital da fenomenologia, bem como de todas as ciências eidéticas" (2006, p. 154). Isso se justifica pelo fato de que a *epoché* (o colocar entre parênteses o mundo) se caracterizar como uma reflexão filosófica que tem aspectos idênticos ao ato de imaginar: tanto um como outro operam como modificações da efetividade do ser, seja para uma mera criação fictícia ou para a fundamentação radical de todo conhecimento.

Ora, para além dessa importância, é possível notar também, no interior das muitas reformulações filosóficas da fenomenologia feitas por Husserl, que a imaginação possui um papel relevante na virada das *Investigações* para a fenomenologia transcendental. Entretanto, se por vezes a imaginação parece ter um papel relevante na fenomenologia, por outras, Husserl parece minimizá-lo, já que "a genuína filosofia transcendental [...] não é, como em Hume, nem aberta nem dissimuladamente, uma dissolução cética do conhecimento do mundo e do mundo ele mesmo em ficções" (Husserl apud Carezzato, p. 13-14).

Por isso, em minha apresentação, pretendo levantar duas questões acerca do tema: a) até que ponto existe uma aproximação entre o ato de imaginar e o procedimento de neutralização da *epoché*? e b) qual é o papel da imaginação na virada transcendental da filosofia de Husserl? Em um primeiro momento, buscarei mostrar aproximações e distanciamentos entre o ato de imaginar e a neutralização da *epoché*. Em um segundo momento, discutirei a relevância da imaginação no próprio desenvolvimento da filosofia husserliana, dando enfoque à virada transcendental. As duas questões terão como base as *Lições de Göttigen* (1904-5), *Ideias I* e *Meditações Cartesianas*.

Palavras-chave: Husserl. Fenomenologia transcendental. Imaginação. Epoché. Virada transcendental.

Bibliografia

CAREZZATO, T. *Ausência e Campo Transcendental*: o papel da fantasia na (des)realização da fenomenologia husserliana. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 131f., 2020.

HUSSERL, E. Lições de 1904-5. In: SILVA, Marcela Marino Medeiros. *Fantasia e consciência de imagem.* Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 146f., 2012.

HUSSERL, E. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

HUSSERL, E. *Meditações Cartesianas e Conferências de Paris*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

HUSSERL, E. *Phantasie, Bildbewußtsein, Erinnerung (Hua XXIII)*. Haia: Martinus Nijhoff, 1980.

10.17771/PUCRio.ANA.65267

A fenomenologia da afetividade em Michel Henry e sua leitura não intelectualista de Edmund Husserl.

Kátia Marian Corrêa de Medeiros
Doutoranda em Filosofia na UFSM
http://lattes.cnpq.br/3945375820485678
katiamarianc@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65279

Na fenomenologia a afetividade tem um papel importante para pensar as questões subjetivas e intersubjetivas do ser humano, abrindo possibilidades éticas, de responsabilidade, bem como de possíveis contribuições filosóficas que se estendem igualmente para as demais áreas do conhecimento humano. Dessa maneira, a apresentação tem o objetivo de explicitar algumas considerações da afetividade na fenomenologia material de Michel Henry, salientando a centralidade da mesma enquanto essência fenomenológica da manifestação e condição primordial para tudo o que se dá na ordem humana e subjetiva, ademais na vida e no vivente. Partindo dessa centralidade temos a primazia de uma passividade ao invés de uma atividade reflexiva no pensamento de Henry, a tentativa do filósofo é mostrar um novo modo de fazer filosofia e reconsiderar a fenomenologia, em que a não-intencionalidade é primordial, é fundante da intencionalidade.

Assim tenta-se estabelecer uma aproximação e possíveis convergências da ordem da afetividade em Edmund Husserl e Michel Henry. Dessa maneira, a estrutura do texto a ser apresentado se dá em três momentos, em um ponto inicial partimos da fenomenologia husserliana referente algumas concepções como os vividos afetivos, corpo e sensibilidade, além da passividade. Em um segundo ponto, explicita-se a fenomenologia material e radical henryana, a fim de mostrar que nessa, a afetividade deve ocupar lugar anterior a intencionalidade, pois é a própria camada da afeição que possibilita todos os desdobramentos humanos. Sendo assim, Michel Henry também denomina sua fenomenologia não-intencional, visto a afetividade ser constituinte da própria concepção de manifestação, de uma autodoação e de um autoafetar-se. Por fim, em um terceiro momento é possível estabelecer uma leitura não intelectualista henryana das considerações husserlianas, destacando essa herança fenomenológica rica e vasta, a qual

apesar das críticas por parte de Michel Henry, traz contribuições a sua fenomenologia da vida ou material.

Palavras- chave: Fenomenologia. Afetividade. Vida. Passividade. Manifestação.

Bibliografia

BICEAGA, Victor. *The concept of passivity in Husserl's phenomenology*. Nipissing University, Springer, Canada, 2010.

HENRY, Michael. *Fenomenologia não-intencional: tarefa para uma fenomenologia futura*. Tradução José Rosa. Paris: UFU Revista Phainomenon 13: 2006.

HENRY, Michael. *L'essence de la manifestation*. 3 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

HENRY, Michael. *Phénoménologie de la vie. Tomme II. De la Subjectivité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003a.

HENRY, Michael. *Phénoménologie de la vie. Tomme I. De la Phénoménologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003b.

HUSSERL, Edmund. *Investigações Lógicas:* investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Tradução Pedro M. S. Alves. 2 volume, parte I. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

HUSSERL, Edmund. *Ideias Relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica.* Libro Segundo: Investigaciones fenomenológicas sobre la constitución. Trad. Antonio Zirion Q. 2 ed. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigaciones Filosóficas, 2005.

10.17771/PUCRio.ANA.65279

A decisão histórica do acontecimento apropriador em *Contribuições à filosofia* de Martin Heidegger.

João Gabriel Gomes Paixão
Doutorando em Filosofia na UERJ
https://lattes.cnpq.br/9634990361711681
jgabrielpaixao@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65285

Esta comunicação busca esclarecer o núcleo central de que trata a obra chave de Martin Heidegger, *Contribuições à filosofia* (do acontecimento apropriador). Seu tema central trata do *Ereignis* (acontecimento apropriador). O que é o *Ereignis? Ereignis* pode ser traduzido por evento, ocorrência ou acontecimento. Na obra, é um momento epifânico de uma decisão pela verdade do Ser na história. Trata-se da decisão que instaura o momento de historicização da história e, com ela, o sentido da história, a própria fundação que ergue a história. Esta história desvela o mais extraordinário e inaudito, a necessidade da questão da verdade do Ser, no momento do abandono do Ser.

Para Heidegger, a história do Ocidente é marcada pelo acontecimento da metafísica, porém a metafísica traz consigo o niilismo, isto é, o desejo irrefreável de domínio da realidade pelo conhecimento que encobre a verdade do Ser, pois o Ser é o campo da transcendência que está além de todo e qualquer conhecimento. O conjunto formado pela metafísica, técnica e ciência compõe a arquitetura da racionalização do mundo, que é decorrente de séculos da tradição metafísica em tentar tornar o mundo racionalizado e técnico. Este estado de coisas significa, para Heidegger, o niilismo que encobre os fenômenos mais originários e especialmente a verdade do Ser, isto é, que se desvela originariamente para além da racionalização metafísica. O Ser é compreendido, em *Ser e Tempo*, como "o *transcendens* pura e simplesmente" (Heidegger, 2013, p. 78), ele é a própria transcendência e inefabilidade.

Mas, em *Contribuições à filosofia*, o Ser se imanentiza na decisão de historicização da história, à procura pelo sentido da história e pela fundação necessária pela verdade fundamental. Esta verdade fundamental ou sua ocorrência originária na epifania da história é a busca de Heidegger pela superação do niilismo que decorre do interior próprio à metafísica ocidental. Assim, está em questão a decisão que instaura a

verdade do Ser justamente no período histórico da consumação do niilismo, isto é, na era moderna da técnica. Isso significa que a dominação da técnica, que é decorrente da tradição da história da metafísica, impôs a racionalização de uma arquitetura de um mundo niilista e desencantado, onde reina o mundo burguês do conforto, da segurança e do bem-estar. Heidegger se confronta com este mundo burguês em busca de um horizonte hermenêutico muito mais elevado, que o burguês desconhece, pois vive no império da *Machenschaft* (maquinação), o universo da técnica e do capital. Assim, o evento epifânico na história traz consigo a erupção e a irradiação de uma manifestação do Ser para o homem que a vida da segurança burguesa desconhece. Esta manifestação do Ser, como evento originário da história, é o sentido poético do habitar do homem no mundo e na história. Encontramos, portanto, a confrontação de Heidegger com o mundo histórico do presente, na qual ele investiga as sendas ocultas do *Ereignis*, da decisão do acontecimento histórico e a relação originária do homem com o mundo e com o Ser.

Palavras-chave: Martin Heidegger. *Ereignis*. *Contribuições à filosofia*. Verdade do Ser. Técnica.

Bibliografia

HEIDEGGER, Martin. *Contribuições à filosofia*: do acontecimento apropriador. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Via Veritas, 2015.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo.* Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

10.17771/PUCRio.ANA.65285

Linguagem: uma experiência a partir de Heidegger.

Gilson Dionisio da Silva Junior
Mestrando em Filosofia na UFSJ
http://lattes.cnpq.br/1784352439281713
gilsondionisio49@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65294

A todo momento falamos, e falamos de diversas maneiras: na palavra falada, num calar, em um gesto ou pensamento. Isso nos revela o fato de sermos indissociáveis da linguagem, pois de comum já é dito que o humano é um ser de linguagem (Heidegger, 2003, p. 7). Todavia, o que é linguagem? Expressão? Comunicação? A fala pertence à linguagem, mas não traz à tona aquilo que a linguagem é, apenas evidencia uma das maneiras da linguagem. A linguagem não pertence ao humano, mesmo esse estando nela. Ora, haja visto que nós, como humanos, estamos já inseridos na linguagem, perguntemo-nos: como dá-se a experiência da linguagem? Vai ser Martin Heidegger, nos escritos pós 1927, que tratará esse questionamento ao dizer que a linguagem se mostra como tal na própria linguagem – pois a linguagem fala (Heidegger, 2003, p. 191) –, começando uma discussão com a tradição filosófica que remonta à Antiguidade, em específico Aristóteles, pois esse terá, em seus escritos de linguagem, a propedêutica da estrutura moderna do que é dito como linguagem. Nesse debate com a tradição, trará à tona que a linguagem proposicional, um falar algo de algo, montado na estrutura Sujeito + Verbo + Predicado (que é o mote da linguagem proposicional), não compreende a linguagem como linguagem. Seria apenas num retorno às palavras originárias da própria linguagem em que ela se mostraria essencialmente. Por essência não estamos compreendendo no sentido de quididade, mas sim como uma experiência, um viger da linguagem. Essa experiência é que nos atravessa na linguagem, que permite-nos conhecê-la a partir de sua própria fala, pois assim dirá Heidegger, que a "linguagem fala!" (2003. p. 9), e falar é um mostrar, um evidenciar, voltando assim ao termo mais originário: o *lógos*. Logo, o termo grego citado não significará uma mera locução fonética restrita à lógica, mas sim uma inauguração da própria linguagem a partir de si mesma em que nós já nos encontramos em meio. A partir disso a reflexão discorrerá na linguagem como um fenômeno propiciador, como ambiente que inaugura, como morada do ser (Heidegger, 2003, p. 10).

Palavras-chave: Linguagem. Experiência. Proposição. Lógica.

Bibliografia

GIACOIA Jr., Oswaldo. *Heidegger urgente: introdução ao novo pensar*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

HEIDEGGER, Martin. *A Caminho da Linguagem*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e Conferências*. 7. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HEIDEGGER, Martin. *Heráclito*: a origem do pensamento ocidental; lógica: a doutrina heraclitiana do logos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

VATTIMO, Gianni. *Introdução a Heidegger*. 10 ed. Lisboa, PT: Instituto Piaget, 1996.

10.17771/PUCRio.ANA.65294

A questão-do-ser em *Ser e Tempo*: aspectos metodológicos e conquistas da analítica existencial do *Dasein*.

João Victor Pereira Leão
Mestrando em Filosofia na UFU
http://lattes.cnpq.br/3987078256716403
joaovictorpleao@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65296

O projeto de Heidegger em *Ser e Tempo* tem dois objetivos principais: recolocar a pergunta pelo ser e destruir a história da metafísica. Segundo o autor, desde a Grécia, o perguntar pelo ser perdeu seu sentido originário e decaiu numa tradição obscura. Para perguntarmos de forma transparente o que quer dizer ser, devemos, agora, nos afastar dos preconceitos metafísicos consolidados na tradição filosófica e investigar o ser do ente que tem como comportamento essencial o perguntar pelo ser: o *Dasein*. É nessa configuração que a parte publicada desse tratado inacabado se apresenta: uma investigação acerca do ser do ente humano com vistas a pôr em liberdade o horizonte em que a pergunta pelo ser em geral pode ser novamente colocada em uma dimensão fundamental.

O método assumido nessa tarefa não poderia ser outro. Herdeiro da fenomenologia de Husserl, Heidegger critica os preconceitos metafísicos impunes na filosofia de seu antigo mestre e reestabelece a fenomenologia como um modo de conduzir-se frente ao objeto mais fundamental da filosofia, o ser em geral. O "retorno às coisas mesmas" adquire o sentido de um modo-de-acesso àquilo que está em jogo para a filosofia, àquilo que, em todo fenômeno, permanece encoberto: o ser mesmo. Esse modo-de-acesso não é uma metodologia, mas um deixar-se mostrar o objeto da investigação por si mesmo, segundo seu próprio apresentar-se. O aspecto metódico da descrição fenomenológica é aquele que acolhe o que se mostra no *lógos*, a interpretação. É por ela que se anunciam ao entendimento-de-ser inerente ao *Dasein* o sentido de ser próprio e as estruturas fundamentais de seu próprio ser. Assim, a análise preparatória do ser do ente que compreende ser configura como fenomenologia hermenêutica do *Dasein*. A análise das estruturas ontológicas desse ente é feita ao modo de uma interpretação de como o *Dasein* se mostra de pronto e no mais das vezes. Revelar-se-á que esse ente se entende em seu ser e está sempre aberto para ele. O ser ele mesmo em relação ao qual o *Dasein* sempre

se comporta é denominado existência: o aspecto essencial desse ente que tem de ser cada vez seu ser como seu, sempre entendendo-se a si mesmo a partir da sua possibilidade de ser si mesmo ou de não ser si mesmo, decidindo sua existência a cada vez pelo apropriar-se ou deixar que se percam as suas possibilidades.

A investigação revelará que o ser do *Dasein* é definido pela Sorge, preocupação. No §41 de *Ser e Tempo*, Heidegger diz que a totalidade existenciária do todo-estrutural ontológico do *Dasein* deve ser apreendida pela estrutura do ser-adiantado-em-relação-a-si-em(-o-mundo) como ser-junto-(ao-ente-do-interior-do-mundo que vem-de-encontro). Essa passagem indica o elemento conceitual que abrange a abertura do *Dasein* para o mundo e reúne todos os existenciais em uma estrutura formal que procura dar coerência e significação ao conceito de ser-no-mundo. É na preocupação, que compreende a forma como o *Dasein* se relaciona com o mundo a partir de sua abertura e indeterminação absoluta, que esse ente aparece de fato como totalidade orquestrada e conjugada no ser-em, no ser-com e no ser-próprio.

A analítica existencial, fiando-se na fenomenologia hermenêutica, nos dá, assim, uma definição do ser do ente humano que rompe com a tradição e demarca aspectos ontológicos que permitem, segundo o projeto original de Heidegger, compreender o próprio perguntar pelo ser e, com isso, o ser ele mesmo.

Palavras-chave: *Dasein*. Existência. Preocupação. Analítica existencial. Ser.

Bibliografia

Heidegger, Martin. *Ser e Tempo*. São Paulo: Editora Unicamp; Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

10.17771/PUCRio.ANA.65296

O império da *volia*: entre o integralismo e o bolsonarismo.

Maikel da Silveira
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/9742508671373345
ababeladomundo@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65300

Neste trabalho, exploro similaridades e disparidades entre o pensamento integralista de Plínio Salgado e o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados e apoiadores, sobretudo ao longo dos quatro anos em que o ex-presidente governou o Brasil (2018-2022). Procuro demonstrar, ao longo do texto, de que modo o acréscimo da palavra Liberdade aos três pilares do Integralismo (Deus, Pátria e Família), no discurso bolsonarista, produziu uma mudança significativa na forma como esses princípios eram abordados na obra de Plínio Salgado. Para revisitar essa obra, recorro principalmente aos estudos de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre o líder integralista. Para falar do presente, me apoio em estudos de pesquisadores e filósofos contemporâneos, como Rodrigo Nunes, que buscaram iluminar o fenômeno recente do bolsonarismo, e, muito pontualmente, na cobertura jornalística dos discursos e falas públicas de Jair Bolsonaro ao longo do seu governo. Mais do que uma ruptura, argumento, o acréscimo da liberdade aos pilares do integralismo representaria, ao mesmo tempo, uma atualização e uma radicalização das ideias mobilizadas por Salgado. Argumento ainda que essa mudança, que considero crucial, pode nos ajudar a compreender, ao menos em parte, o apelo que o discurso bolsonarista exerceu, e talvez ainda exerça, sobre diversas parcelas do eleitorado brasileiro nos últimos anos; sobretudo na medida em que recupera uma espécie de herança recalcada e responde, dessa forma, a mudanças profundas na sociedade brasileira e no modo de funcionamento do capitalismo em sua fase tardia. Recorrendo à distinção de Svetlana Boym entre *svoboda* e *volia*, palavras russas utilizadas para representar duas concepções de liberdade, procuro situar a liberdade mobilizada pelo imaginário bolsonarista no campo da *volia*, que corresponde, para a autora russa, à liberdade dos tiranos, dos bandidos ou dos monarcas absolutos, para os quais tudo é permitido. Por fim, procuro apontar de que modo essa definição pode ter algo a nos dizer tanto sobre o passado quanto sobre o presente do Brasil, uma vez que a ideia de liberdade que imperava

no imaginário patriarcal do Brasil colônia, argumento, é, sob diversos aspectos, muito semelhante àquela que reina no imaginário dos senhores do agronegócio contemporâneo – mas também no de milicianos, colecionadores de armas, garimpeiros e outras figuras que orbitaram em torno de Bolsonaro e se tornaram atores relevantes, tanto do ponto de vista político quanto econômico, com sua ascensão ao poder.

Palavras-chave: Integralismo. Bolsonarismo. Liberdade.

Bibliografia

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1938 e 1938. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Zigue-zague:* ensaios reunidos (1977- 2016). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019. pp. 71-91.

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado:* biografia política. São Paulo: EDUSP, 2018.

BOYM, Svetlana. *Another freedom:* the alternative history of an idea. Chicago; Londres: Chicago University Press, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. In: RODRIGO, Silviano (Org.) Intérpretes do Brasil: Volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. pp. 899-1102.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem*: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

10.17771/PUCRio.ANA.65300

A "virada ética" em Judith Butler: reconhecendo a precariedade em defesa da não-violência.

Michele Teixeira Bonote
Doutoranda em Filosofia na UFABC
http://lattes.cnpq.br/1932947206200773
michelebonote@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65302

No decorrer da última década do século XX, nos estudos das humanidades, parece ter ocorrido uma "virada" ou um "retorno" à ética. Se antes as inúmeras críticas traçadas ao longo do século sobre o homem universal ou o sujeito autônomo produziram uma resistência à ética, posteriormente esse impulso crítico gerou um cruzamento disciplinar que começou a fazer e perceber a ética de outra forma. Na filosofia é possível perceber a influência do pensador francês Emmanuel Lévinas, que defendia a ética como filosofia primeira. Assim, questões morais sobre obrigação, responsabilidade e consciência começaram a se dirigir cada vez mais em direção à relação com o Outro como ponto de origem de conceituações.

Partindo desse contexto, o objetivo desta comunicação é compreender como a filósofa contemporânea Judith Butler participa, à sua própria maneira, da "virada ética". Para tanto, será analisada uma das primeiras obras que abrem esse novo ciclo de debates éticos de Butler, o livro *Vida Precária: os poderes do luto e da violência* (2005). Escrito após o atentado do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, Butler nele propõe uma reflexão que leve em conta nossa vulnerabilidade (ou precariedade) e nossa consequente exposição à violência do outro como ponto de partida para pensarmos a vida política. Nesse sentido, aprender a viver com a vulnerabilidade de si mesmo e dos outros, com o luto e a perda incipientes que essa condição acarreta, parece ser um requisito para as novas formas de comunidade que Butler gesticula. Reconhecer a vulnerabilidade ou precariedade, portanto, é um modo de existência não apenas para si mesmo, mas também para todos os outros, que novas formas de comunidade emergem a partir de uma "vulnerabilidade humana comum".

A comunicação se concentrará, especialmente, em expor como Butler considera a noção levinasiana de "rosto" para mostrar como os outros nos reportam demandas morais

das quais não pedimos e não podemos recusar. Com isso, Butler inicia um estudo sobre a maneira como o enquadramento de imagens de guerra atua nos esquemas normativos que estabelecem a humanização ou desumanização. É assim, portanto, que a filosofia de Lévinas é incorporada por Butler, abrindo caminho para pensar a relação entre representação e humanização e para pensar a relação entre ética e violência de uma maneira que pode ajudar a gerar uma ética não violenta.

Palavras-chave: Precariedade. Virada ética. Não-violência.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad.: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GARBER, Marjorie; HANSSEN, Beatrice; WALKOWITZ, Rebecca L. (Eds.) *The Turn to Ethics*. London: Routledge, 2000.

LLOYD, Moya. (Ed.). *Butler and Ethics*. Edinburgh University Press, 2015.

LOIZIDOU, Elena. *Judith Butler: Ethics, Law, Politics*. Nova York: Routledge-Cavendish, 2007.

10.17771/PUCRio.ANA.65302

Imaginação como criação e imaginação como produção: um diálogo sobre o imaginário social a partir de Castoriadis.

Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado
Doutorando em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/9167179844223689
marcuspedroza@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65305

Esta comunicação toma como fio condutor a distinção entre duas noções que a filosofia trabalha quando fala sobre a imaginação, que se materializam no debate entre Paul Ricouer e Cornelius Castoriadis. O cerne da questão não está na palavra em si mesma, mas naquilo que ela significará para cada filósofo; Ricouer defende que o ser humano produz sentido, pois ele não é instituído de todo, mas é instituído a partir de um manancial comum já posto. Existiria um manancial de significações pré-estabelecidas que a imaginação recombina e refaz em um movimento infinito. Castoriadis apresenta a criação em um momento anterior, daí a escolha do termo. A criação de significações imaginárias acontece do zero, a própria instituição é realizada pelos seres humanos para os seres humanos – conforme defende Castoriadis inúmeras vezes e uma vez mais na obra *Diálogo sobre a História e o imaginário social*.

Imaginar um caldo comum de onde brotam as significações imaginárias do mundo é uma explicação plausível para o sem número de semelhanças entre as civilizações humanas divididas no tempo e no espaço. Isso, contudo, não explica as diferenças de noções fundamentais que separam alguns modelos civilizatórios de outros e que criam grandes abismos, por muitas vezes, intransponíveis e, assim, intraduzíveis de significação. É essa a razão de ser de sua investigação que ganha forma em *A instituição imaginária da Sociedade*. Nessa obra, Castoriadis esclarece aquilo que ele entende como uma força motriz da instituição imaginária da sociedade que é justamente a instituição do mundo realizada pelos seres humanos a partir da criação. Em todas as oportunidades que traz a questão da criação, ele enfatiza a característica que é uma criação "do nada". Para qualificar essa característica cabe trazer como ele fundamenta essa afirmação: quando afirma que algo é fruto de criação significa dizer que ele não é uma consequência lógica das instituições imaginárias antes delineadas, nesse sentido que o "nada" aparece.

O mundo social se constitui em um movimento criador e é posto como uma potência necessária e indissociável de existir. Cada sociedade necessita dessas criações e criam de maneira distinta.

A criação social é necessariamente anônima e é assim que as sociedades criam a si mesmas e se automodificam ao longo do tempo. Logo, o objetivo dessa comunicação é trazer o caráter criativo do imaginário social defendido por Castoriadis para dialogar com as dificuldades de se lidar com o imaginário social que se apresenta cristalizado nas sociedades humanas e que são apresentados como os únicos horizontes possíveis. Discutindo como o mundo muda ou que mundos possíveis ainda virão e que ferramentas estão disponíveis para que esse diálogo aconteça de uma perspectiva eivada pelo pensamento de Castoriadis.

Palavras-chave: Imaginação criadora. Imaginação produtora. Imaginário social.

Bibliografia

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do Labirinto 1*. Trad. Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do Labirinto 3*: o mundo fragmentado. Trad. Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RICOEUR, Paul; CASTORIADIS, Cornelius. *Diálogo sobre a História e o Imaginário Social*. Trad. Gonçalo Marcelo e Hugo Barros. Lisboa: Edições 70, 2016.

10.17771/PUCRio.ANA.65305

A ausência de caráter *freestanding* do PL nº 434/2019 do Estado de São Paulo.

Lucas Porto Foppa
Mestrando em Filosofia na UFRGS
http://lattes.cnpq.br/4942248721166628
lucaspf2511@hotmail.com

141

10.17771/PUCRio.ANA.64507

A educação é um elemento daquilo que John Rawls denominou como estrutura básica da sociedade e, assim, está em constante disputa política. Porém, alguns modelos de educação negam conter viés ideológico sob uma pretensa superioridade técnica em relação aos demais. Afirmam-se como o melhor modelo, o mais eficiente segundo dados empíricos e econômicos, de modo que as objeções a ele seriam apenas opiniões distorcidas (pejorativamente ideológicas), ao invés de argumentos racionais e factuais. Esse parece o caso do PL 434/2019 do Estado de São Paulo, que propõe um sistema de voucher educacional.

Nesse sentido, esta pesquisa tenta evidenciar que tal projeto se pauta por uma ideologia neoliberal, e não apenas em aspectos técnicos. Para responder à questão, primeiro, escrutinaram-se os critérios para um modelo de educação ser independente de uma ideologia politicamente razoável em particular, ou seja, *freestanding*. Esses critérios partem de uma síntese da obra de John Rawls. Em seguida, explicitam-se os fundamentos do sistema de voucher educacional do projeto em análise. Isso ocorre a partir da obra de seu principal defensor teórico (Milton Friedman). A partir de então, contrastam-se os dois modelos, para verificar se de fato o projeto de lei em análise contém viés puramente técnico e não ideológico.

Os resultados indicam que (1) os supostos dados empíricos que baseiam o PL são falsos, ou logicamente inconsistentes. Ao contrário do que supõe o projeto, não há uma inerente superioridade das instituições privadas de ensino em relação às públicas. (2) Esse projeto requer a aderência a uma visão específica de liberdade e de educação, fundamentado em valores como liberdade absoluta e meritocracia – típicos de uma ideologia neoliberal, e não valores endossáveis por qualquer ideologia. Por exemplo, (3) esse modelo também não é *freestanding* na medida em que não trata os cidadãos como

iguais. (3.1) Ele assume que há pessoas menos merecedoras de educação ou merecedoras de uma educação pior, ao invés de conceber a educação como um direito universal. (3.2) Também, admite que os alunos "dedicados" têm o direito de estudar apenas com outros alunos dedicados, induzindo ao surgimento de escolas segregadas.

Um modelo que discrimine pessoas de modo não legítimo não é endossado por todos de modo *freestanding*, pois em tese os cidadãos discriminados de forma ilegítima não têm razões para aceitá-lo. Em conclusão, o PL 434/2019 não possui caráter apenas técnico, visto que carece de fatores técnicos ou empíricos que o sustentem efetivamente – restando como apenas fundamentos ideológicos para tanto. Além disso, pressupõe valores que não são publicamente compartilháveis e endossáveis, de modo a não tratar igualmente os cidadãos. Ou seja, não só o projeto parte de uma ideologia: mas também se fundamenta em uma ideologia que, ao menos em parte, contraria noções básicas de um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Educação. Voucher. Ideologia.

Bibliografia

ÁTRIA, Fernando. *Derechos sociales y educación*: un nuévo paradigma de lo publico. Santiago: Lom ediciones, 2014.

FREEDEN, Michael. *Ideology*: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Free to choose*: a personal statement. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

10.17771/PUCRio.ANA.64507

A constituição da paridade de participação como princípio normativo em *Unruly Practices* e *Redistribution or Recognition?*, de Nancy Fraser.

Cristiele de Amorim Trindade
Mestranda em Filosofia na UNICAMP
http://lattes.cnpq.br/1875232818324631
cris.amorim.trindade@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64503

Esta apresentação propõe mostrar como o conceito da paridade de participação é formulado e desenvolvido no percurso intelectual da filósofa Nancy Fraser de modo a constituir o princípio normativo de sua teoria bidimensional crítica da justiça social. Para isso, propomos uma retomada dos escritos da autora anteriores ao período de formulação de sua teoria da justiça. O intuito é entender de que modo o conceito da paridade de participação, central para o desenvolvimento da teoria da justiça da autora, parece encontrar sua base germinal especialmente no contexto de formulação da *Política de Interpretação das Necessidades,* em *Unruly Practices*.

Desse modo, os textos que comportam nosso eixo temático se encontram reunidos principalmente na coletânea *Unruly Practices* e no livro *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*, escrito em formato de debate com Axel Honneth. Em *Unruly Practices,* a autora propõe, mais do que olhar para a satisfação das reivindicações por necessidade, pensar na forma como o próprio embate político em torno das necessidades, travado no plano discursivo, é atravessado por desigualdades que constituem as formulações e interpretações de determinados grupos sociais como legítimas e hegemônicas, enquanto outras são construídas como subalternas e contra-hegemônicas. Em seguida, buscarei expor a maneira como o conceito da paridade de participação, informado pelos escritos dos anos oitenta, se estabelece no livro *Redistribution or Recognition?*, cumprindo o papel de integrar redistribuição e reconhecimento em um único núcleo normativo para elaboração da teoria da justiça. Como buscarei evidencia, o fio condutor que perpassa a apresentação é justamente a questão dos impedimentos colocados à igualdade de participação na vida social.

Palavras-chave: Teoria crítica. Teoria da justiça. Redistribuição. Reconhecimento. Nancy Fraser.

Bibliografia

FRASER, N. *Unruly Practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a "Postsocialist" Age. *New Left Review*, 212, 1995.

FRASER, N. Rethinking Recognition. *New Left Review*, n. 3, 2000a, pp. 107-120 [Repensando o Reconhecimento. Enfoques, v. 9, n.1, 2010].

FRASER, N. Recognition without Ethics. *Theory, Culture, and Society*, v. 18, n. 2, 2001 [Reconhecimento sem ética. Lua Nova, n. 70, 2007].

FRASER, N.; HONETH, A. *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. New York: Verso, 2003.

10.17771/PUCRio.ANA.64503

A negatividade do positivo como crítica da besteira a partir de Deleuze.

Gabriel Prado Rodrigues
Doutorando em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/6298565604826227
gabrielpradow@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64493

Publicado em 2016, por Andrew Culp, *Dark Deleuze* defende uma interpretação da obra do filósofo francês Gilles Deleuze baseada no resgate de uma "força destrutiva de negatividade" (Culp, 2016, p. 1), que, segundo o autor, permeia a filosofia deleuziana. *Prima facie, Dark Deleuze* se destaca por sua originalidade, dado que se funda sobre a crítica da caracterização mais comum de Deleuze como filósofo da afirmação. Mais especificamente, o conceito de negatividade aparece no livro a título de ruptura com certa "positividade", que, reivindicada por grande parte da recepção de Deleuze, revela-se simples conservação de velhas estruturas filosóficas. Por exemplo, conceitos deleuzianos são por vezes reduzidos aos componentes de uma "ontologia realista" positiva (Culp, 2016, p. 2.) ou, pior ainda, a um dialeto acadêmico repetitivo utilizado por intelectuais parados no tempo. Culp aponta também a estranheza da reivindicação deleuziana de positividade no contexto de um capitalismo tardio ele mesmo afirmativo, cheio de "convites para se ser construtivo" (Culp, 2016, p. 8).

O intuito desta comunicação é sobretudo desenvolver e defender a tese que Culp concebe ainda de forma introdutória: a despeito da qualificação de Deleuze como filósofo da afirmação e de sua aversão ao conceito de negatividade, a negação não deixa de funcionar, no interior de seu corpo conceitual, como procedimento crítico anterior a todo esforço criativo. A ruptura da negatividade é necessária para a produção de algo novo, o que é relevante dada a definição deleuziana de filosofia como "criação de conceitos" (Deleuze, 2006, p. 17). Para Deleuze, o que inspira a filosofia não é a verdade, mas "categorias como as do Interessante e do Notável" (Deleuze; Guattari, 2013, p. 108), isto é, o que distingue o novo, e que, portanto, vale a pena ser pensado, daquilo que é trivial.

Destarte, "o problema do pensamento não está ligado à essência, mas à avaliação do que tem importância e do que não tem" (Deleuze, 2006, p. 269), de tal maneira que

não é na falsidade que a filosofia encontra seu limite, mas na simplicidade ingênua da "besteira" [*bêtise*], tipificada por "suas perpétuas confusões entre o importante e o desimportante, o ordinário e o singular" (Deleuze, 2006, p. 269).

Tudo isso posto, devemos demonstrar de que modo, no interior da filosofia deleuziana, o conceito ontológico de afirmação se relaciona com a "negatividade do positivo" (Deleuze, 2018, p. 228), enquanto condição crítica e pragmática da criação. Explanaremos também a equivalência entre certo sentido ingênuo de positividade, própria do *ethos* contemporâneo, na esteira de *Dark Deleuze*, e aquilo que Deleuze denomina besteira. Por fim, é preciso explicar de que modo a negatividade serve como antídoto metodológico à besteira, compreendida no sentido apresentado.

Palavras-chave: Deleuze. Negatividade. Afirmação. Criação. Negatividade do positivo.

Bibliografia

CULP, Andrew. *Dark Deleuze.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é filosofia?*. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018.

10.17771/PUCRio.ANA.64493

Burocracia e aceleração minoritária em Deleuze, Guattari e Simondon.

Caíque Silva Coelho
Doutorando em Filosofia na UERJ
https://lattes.cnpq.br/3058613489602337
caiqueatenas@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64495

A comunicação busca expor em que consistiria uma perspectiva minoritária sobre a burocracia, isto é, uma compreensão que pudesse, no ato mesmo de seu movimento, ser uma ocasião da aceleração imanente dos procedimentos de desterritorialização das formações burocráticas. Num primeiro momento da apresentação se tratará de realizar um sobrevoo específico da recepção que Deleuze e Guattari fazem da angustiante obra de Franz Kafka, iluminando essa recepção sob o ângulo da relação que haveria entre a burocracia e a questão minoritária. Essa relação constitutiva estaria não só no fato biográfico de Kafka ser um judeu que trabalhou com seguros de trabalho, mas também na maneira como sua obra literária é, em sua expressão mesma, uma aceleração minoritária da desterritorialização dos procedimentos burocráticos. Nesse sentido, a apresentação literária de um fenômeno burocrático seria inseparável de uma performance pela qual a própria escrita realiza em si o prolongamento estético do potencial imanente ao funcionamento atual de uma sociedade, tornando visíveis as forças plásticas pelas quais ela silenciosamente se altera mesmo e sobretudo quando ela pretende permanecer a mesma. Logo, buscaremos expor como o papel de uma escrita minoritária não estaria em representar os estados de coisas vigentes numa determinada formação social e sim em prolongar o próprio movimento de desterritorialização imanente ao desejo social, aos seus mecanismos, engrenagens e funcionamentos silenciosos. Não se trata, portanto, de revelar segredo algum, mas de apresentar uma saída ao escândalo daquilo que, sendo sempre já real, é no entanto barrado da representação que o social faz de si mesmo. Isto é, a escrita minoritária não buscaria denunciar um conteúdo oculto, mas expor aquilo que se desmonta no ato mesmo de ser apresentado, posto que só funciona performaticamente quando não tematizado explicitamente. Talvez só seja possível uma escrita minoritária que se depare com a questão de um uso eficaz do delírio das massas. É nesse sentido que a hipótese desta apresentação fará recurso a Gilbert Simondon e ao conceito de

transindividual para pensar qual sentido efetivo pode ser dado à afirmação um pouco vaga de Deleuze e Guattari deste poder de aceleração que residiria no encontro da escrita minoritária e da burocracia. Que essa relação diferencial possa gerar uma certa aceleração é o que, nos parece, pode ser esclarecido retroativamente pelo retorno à obra de Simondon. Defenderemos que a aceleração minoritária é inseparável de um regime transindividual de relações que nasce de sua própria precariedade, fazendo dessa precariedade não o obstáculo negativo mas o signo positivo de uma energia potencial ainda não utilizada, de um futuro que se acelera a partir do presente delírio das massas. Assim, talvez se possa dar um passo para além ou aquém daquilo que Mark Fisher (2020, p. 109-111) entendeu como o realismo capitalista, que condena o mundo atual ao grande cinismo burocrático do telemarketing neoliberal e de sua tediosa e eterna repetição.

Palavras-chave: Burocracia. Aceleração. Minorias.

Bibliografia

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *L'Anti-Oedipe*. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Kafka: pour une littérature mineure*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. Trad. R. Gonsalves, J. Adeodato, M. da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SIMONDON, Gilbert. *L'individuation à la lumière des notions de formes et d'information*. Grenoble: Jérôme Millon, 2005.

10.17771/PUCRio.ANA.64495

O materialismo da linguagem: o caso Signorelli e a falta constitutiva do significante.

Davi Dias Ribeiro Arantes
Mestrando em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/8035910409464339
davidias0102@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64498

Freud narra um caso em que tentou recordar o nome de Signorelli, pintor dos afrescos da catedral de Orvieto, e em vez desse nome, lhe vieram dois outros, Botticelli e Boltraffio (Freud, 2021). Ele estabelece uma relação entre a repressão e o esquecimento do nome com a aparição de outros no lugar a partir dos fonemas e como se encontravam no momento do ato falho. Lacan (1999) trabalha sobre o mesmo caso sob influência da linguística: ao tentar reprimir os temas relacionados à morte e sexualidade, devido a uma paciente com distúrbios sexuais que se suicidou, os fonemas de Signorelli foram relacionados a Botticelli, e, por uma anedota sobre turcos contada por Freud antes do lapso, a qual envolvia morte e sexualidade e o modo que chamavam o médico (*signore* em italiano, *herr* em alemão), relacionam-se também os nomes com os lugares em que Freud estava viajando e soube do suicídio (Herzegovina, Bósnia e Trafoi).

Porém, a questão que interessa à apresentação é que a cadeia significante não é interrompida de modo a impedir o discurso ou algo afim, mas o reprimido (morte e sexualidade, e Signorelli) influencia profundamente o modo do que se manifesta em seu lugar. Nesse sentido, Zupančič (2017, p. 24) propõe que a estrutura do significante já contempla uma repressão, negatividade constitutiva da ordem simbólica. Em outras palavras, a falta do significante da relação sexual, nos termos de Lacan (2003, p. 454), não se apresenta como falta de maneira direta no discurso. Destaca-se que impossibilidade da relação sexual não significa a impossibilidade de *la liaison*, porém determina as condições que acontecerá. Assim, Zupančič (2017, p. 26) argumenta que há uma curvatura do espaço discursivo, tendente de modo objetivo contra sua impossibilidade, sendo a própria determinação significante já sobredeterminada por uma falta constitutiva, um elemento faltante que dita sua estruturação e aparência. Vale retomar a questão da não-relação em Lacan, ao observar que se apresenta em toda relação empírica como

inerente a sua estrutura, de modo que a escolha nunca está entre relação e não-relação, mas entre diferentes tipos de relação que são formadas nessa curvatura do espaço discursivo pela não-relação, ou seja, a relação entre dois elementos particulares é necessariamente marcada pela não-relação (Zupančič, *ibidem*).

Nesse sentido, se ressalta a relevância de Hegel para pensar o materialismo não como uma existência de algo material concreto que indique que não é apenas pensamento ou determinações conceituais, a partir de Hegel é possível pensar o real-em-si desmaterializado, radicalmente externo ao sujeito e tensões ou antagonismos entre determinações conceituais e o real-em-si como constitutivos e irreduzíveis, de modo que não se chegará a uma noção de estrutura pura e totalmente real(izada) (Žižek, 2013, p. 807). Com isso, considerando constitutiva uma falta do significante (e não de um significante), é possível traçar caminhos para um materialismo da linguagem, e da ordem simbólica.

Palavras-chave: Materialismo. Significante. Linguagem. Ordem simbólica. Psicanálise.

10.17771/PUCRio.ANA.64498

Bibliografia

FREUD, Sigmund. Psicopatologia da vida cotidiana. In: *Obras completas, volume 5*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5*: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. O aturdito. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Less than nothing: Hegel and the shadow of dialectical materialism*. London: Verso, 2013.

ZUPANČIČ, Alenka. *What Is Sex?* Massachusetts: MIT Press, 2017.

Crítica do princípio de desempenho: uma análise do caráter dialético da investigação filosófica da psicanálise de Marcuse em *Eros e Civilização*.

Kadú Leandro Firmino
Mestrando em Filosofia na UFABC (FAPESP)
http://lattes.cnpq.br/0238415657224944
kadu.lf.96@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.65319

Esta exposição tem como objetivo analisar a influência da dialética de Hegel no conceito de crítica imanente de Marcuse em sua obra *Eros e civilização* (1955). Nas obras *Razão e revolução* (1941) e *Uma nota sobre a dialética* (1960), a dialética é apresentada como um processo que nega a facticidade e a coloca em relação às suas negações determinadas, visando revelar sua própria destrutividade e as possibilidades reais negadas pela realidade instituída. Sendo esta concepção de dialética uma peça central para o modelo marcuseano de crítica imanente, desejamos mostrar como ela está implicada na inquirição que ele faz da psicanálise em *Eros e Civilização*. Com efeito, será exposto como é a partir dessa chave que o autor é capaz de expor o "princípio de desempenho" (o "princípio de realidade" próprio do capitalismo pós-industrial) em suas contradições internas, tendências de crise e possibilidades reais de superação. Afinal, parece ser a partir dela que o autor coloca o "princípio de desempenho" perante as suas negações determinadas, ou seja, os conteúdos reprimidos do inconsciente e as finalidades do princípio de prazer. Ademais, parece ser a partir disso que se torna possível que o autor realize uma virada imanente, na metade da obra, que o permite ir além de Freud e traçar horizontes emancipatórios de superação do atual princípio de realidade.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Psicanálise. Crítica imanente. Marcuse. Hegel.

Bibliografia

ANDERSON, K. On Hegel and the Rise of Social Theory: A Critical Appreciation of Herbert Marcuse's Reason and Revolution, Fifty Years Later. *Sociological Theory*, v. 11, n. 3., p. 243-67, 1993.

BERNSTEIN, R. J. Negativity: Theme and Variations. In: *Marcuse: critical theory and the promise of utopia*. London: Macmillan Education LTD. pp.13-28. 1988.

FEENBERG, A. *The Philosophy of Praxis:* Marx, Lukács, and the Frankfurt School. New York: Verso. 2014.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Belo Horizonte: Autêntica 2020.

HABERMAS, J. Psychic Thermidor and the Rebirth of Rebellious Subjectivity. In: PIPPIN, R. et al. *Marcuse*: critical theory and the promise of utopia. London: Macmillan Education LTD, 1988, p. 3-12.

JAY, M. *A imaginação dialética:* história da escola de Frankfurt e do instituto de pesquisas sociais (1923-1950). Rio de janeiro: Contraponto, 2008.

JAEGGI, R. *Critique of forms of life.* Translated by Ciaran Cronin. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2018.

KANGUSSU, I. *Leis da liberdade:* a relação entre a estética e a política na obra de Marcuse. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

KELLNER, D; PIERCE, C.; LEWIS, T. Introduction: Herbert Marcuse, philosophy, psychoanalysis and emancipation. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds). *Collected papers of Herbert Marcuse:* philosophy, psychoanalysis and emancipation. v.5. London and New York: Routledge, 2007. p. 1-75.

MARCUSE, H. A Note on Dialectic. In: ARATO, A.; GEBHARDT, E. *The essential Frankfurt school reader*. New York: Urizen Books. 1978. p. 444-451.

MARCUSE, H. *Eros and Civilization.* Boston: Beacon Press. 1974.

MARCUSE, H. *Reason and Revolution.* London: Routledge & Kegan Paul LTD. 1955.

WIGGERHAUS, R. *A escola de Frankfurt:* história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

10.17771/PUCRio.ANA.65319

Sobre o conceito de consequência lógica: validade e preservação da verdade.

Joaquim Torres Waddington
Mestrando em Filosofia na UERJ
http://lattes.cnpq.br/9185755633042714
jtwaddington@hotmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64491

Nesta apresentação, será feita uma exposição das críticas de Prawitz à concepção clássica de consequência lógica. A definição contemporânea de consequência lógica, referida na literatura como "concepção clássica", tem suas origens em Tarski (1936). A formulação do autor é a seguinte: "A sentença χ segue-se logicamente das sentenças da classe K se e somente se todo o modelo da classe K é também um modelo da sentença χ" (Tarski, 2007, p. 234). Essa concepção, como aponta Read (1995), constitui a ortodoxia em relação à qual as concepções rivais são comparadas. Ela pode ser caracterizada da seguinte forma:

(i) A validade de um argumento é uma questão de forma.

(ii) (ii) O critério que garante a validade de um argumento é a preservação da verdade.

Prawitz (1979) argumenta que a preservação da verdade, apesar de ser um critério necessário, não é suficiente para assegurar a validade de uma inferência: A condição (ii) permite saltos de desenvolvimento: se a preservação de verdade for um critério suficiente para garantir a validade de uma inferência, alguém poderia concluir, sem nenhum passo intermediário, qualquer teorema não trivial da aritmética a partir dos axiomas de Peano. De acordo com a definição de Tarski, esse raciocínio seria de fato válido e a conclusão seria consequência lógica das premissas. Mas até que ponto seria aceitável validar uma inferência mesmo sem saber como a conclusão se segue das premissas? A condição (ii) não exige nenhum tipo de conexão entre as premissas e a conclusão além do critério da preservação da verdade.

A relação de consequência lógica, tal como desenvolvida por Tarski, tem a preservação de verdade como critério necessário e suficiente para distinguir argumentos válidos de argumentos inválidos: uma conclusão é consequência lógica de um conjunto

de premissas se for impossível apresentar um contraexemplo (uma interpretação que valide todas as premissas e falsifique a conclusão). A noção clássica não explicita como uma conclusão é derivada de um conjunto de premissas.

De acordo com Prawitz, o critério de preservação de verdade é suficiente para mostrar que uma proposição se segue de outra. Porém, não consegue mostrar como uma proposição se segue de outra. No artigo de 1974, "on the meaning of logical constants", Prawitz procura desenvolver uma concepção construtiva do conceito de consequência lógica. Uma concepção que, a partir das noções de prova e de validade de argumentos, mostre como uma conclusão se segue de um conjunto de premissas.

Palavras-chave: Consequência-lógica. Tarski. Prawitz.

Bibliografia

PRAWITZ, Dag. Logical Consequence from a Constructivist Point of View. In S. Shapiro (ed.). *The Oxford Handbook of the Philosophy of Mathematics and Logic*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 671-695.

PRAWITZ, Dag. Proofs and the Meaning and Completeness of the Logical Constants. In: HINTIKKA, J., NIINILUOTO, I., SAARINEN, E. (Eds.) *Essays on Mathematical and Philosophical Logic*. Dordrecht: Springer, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-009-9825-4_2>

PRAWITZ, Dag. Remarks on Some Approaches to the Concept of Logical Consequence. *Synthese*, vol. 62, n. 2, 1985, p. 153-71.

PRAWITZ, Dag. The Seeming Interdependence Between the Concepts of Valid Inference and Proof. *Topoi*, 38, p. 493-503, 2019.

PRAWITZ, Dag. On the idea of a general proof Theory. *Synthese*, v. 27, p. 63-77, 1974.

READ, Stephen. *Repensando a lógica: uma introdução à filosofia da lógica*. Trad. Abílio Rodrigues Filho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

READ, Stephen. *Thinking about Logic*: An Introduction to the Philosophy of Logic. Oxford: Oxford University Press, 1995.

TARSKI, A. *A concepção semântica de verdade*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 235-247.

10.17771/PUCRio.ANA.64491

Os textos neofregeanos de John McDowell e a sua relação com a tese do conceitual sem delimitações em *Mente e Mundo*.

Iuri Slavov
Mestrando em Filosofia na UFABC
http://lattes.cnpq.br/0710172022581833
iurislavov98@gmail.com

155

Na presente comunicação, temos como objetivo apresentar de que forma os textos neofregeanos de John McDowell têm continuidade com a tese fundamental de seu mais importante livro, *Mente e Mundo* (1994), posterior a tais textos. Para tanto, seguiremos os seguintes passos:

(1) Mostraremos como, para Gareth Evans e McDowell, o sentido (*Sinn*) de termos singulares (i.e. seu modo de apresentação) é dependente de objeto (*object-dependent*), diferentemente da interpretação usual dada ao sentido como necessariamente independente de objeto (*object-independent*) (Evans, 1982, p. 7-42; McDowell, 1984).

(2) Em seguida, mostraremos como, para McDowell, a assunção dos sentidos como independentes dos objetos passa, em última instância, por uma concepção cartesiana dos estados perceptivos, segundo a qual "o objeto existir ou não seria [algo] acidental para a disponibilidade do pensamento" deste objeto (McDowell, 1977, p. 186). Com isso, o sentido de um termo singular pode ser dado apenas através de descrições do estado interno representado por este pensamento independente de objeto. No entanto, tal concepção coloca em risco a própria possibilidade de direcionamento ao mundo através da experiência perceptiva (McDowell, 1986, p. 243), e é, portanto, uma concepção inaceitável.

(3) Assim, como conclusão, mostraremos que a formulação neofregeana de sentidos dependentes de objeto diz respeito à possibilidade de direcionamento à realidade racionalmente via experiência perceptiva, sendo este também o objetivo central de *Mente e Mundo* (McDowell, 1996). Para McDowell, o valor cognitivo, por exemplo, de atitudes proposicionais como crenças sobre o mundo exterior concerne aos sentidos; e, na medida em que os sentidos são dependentes de objeto, eles mostram que as crenças são de fato voltadas ao mundo exterior: "aceitar os sentidos fregeanos *de re* (dependentes de objeto)

10.17771/PUCRio.ANA.64489

fornece pensamentos que são tanto de re quanto parte do mundo cognitivo do sujeito pensante" (McDowell, 1984, p. 227). Portanto, a tese central de *Mente e Mundo*, o conceitual sem delimitações, tem o mesmo objetivo da concepção neofregeana dos sentidos dependentes de objeto: "Capacidades conceituais [...] podem estar operantes não somente em juízos [...] mas já nas transações na natureza, que são constituídas pelos impactos do mundo nas capacidades receptivas de um sujeito" (McDowell, 1996, p. xx).

Palavras-chave: John McDowell. Gareth Evans. Neofregeano. *Mente e Mundo.*

Bibliografia

EVANS, G. *The Varieties of Reference.* Oxford: Oxford University Press, 1982.

MCDOWELL, J. On the sense and reference of a proper name. In: *Meaning, knowledge, and reality.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1977/1998, pp. 171-98.

MCDOWELL, J. De re senses. In: *Meaning, knowledge, and reality.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984/1998, pp. 214–27.

MCDOWELL, J. Singular thought and the extent of inner space. In: *Meaning, knowledge, and reality.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986/1998, pp. 228–59.

MCDOWELL, J. *Mind and World.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

10.17771/PUCRio.ANA.64489

A 'weaponização' da Inteligência Artificial: uma crítica à moral humana contemporânea.

Luiz Guilherme Bakker de Pinho e Souza
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/7973245635877221
luizbakker@protonmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64487

Recentemente, surgiram diversos aplicativos baseados em inteligência artificial, sendo o ChatGPT um dos mais populares dentre eles. As opções disponíveis são imensas: o usuário pode ter conversas fictícias com personagens imaginários ou com réplicas virtuais de personalidades reais, criar representações visuais automatizadas e, inclusive, solicitar que a IA redija textos sobre os mais diversos temas, em vários estilos possíveis, podendo até emular a escrita de outras pessoas.

Por conta da miríade de coisas que a inteligência artificial tem se mostrado capaz de fazer, não surpreende que exista um temor cada vez maior sobre os possíveis riscos trazidos por essa tecnologia. Existem discussões sobre a possibilidade de que a IA possa roubar empregos ou se ela é ou não é arte. Há até um debate sobre a probabilidade de que a inteligência artificial domine o mundo.

Porém, tão importante quanto a discussão a respeito da inteligência artificial é pensar também no lado humano, isto é, considerar o aspecto da interação interpessoal. Se um indivíduo pode conversar com uma IA livremente sem ser julgado por ela, então não há motivos para que esse indivíduo busque outros amigos humanos. Para piorar, há quem a utilize como uma arma para atacar e enganar outras pessoas. Sendo assim, a proposta desta apresentação é a de realizar um convite para que se reflita sobre como o ser humano está adaptando-se social e moralmente às novas tecnologias. Para isso, será utilizado o vocábulo inglês 'weaponization', adaptado como 'weaponização'.

Palavras-chave: IA. Filosofia. Tecnologia.

Bibliografia

COECKELBERG, Mark. Artificial Intelligence, Responsibility Attribution, and a Relational of explainability. *Science and Engineering Ethics*, V. 26, pp. 2052-2068, 2020.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os Engenheiros do Caos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço.* Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

HAN, Byung-Chul. *No Enxame.* Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

LYRA, Edgar. *O Esquecimento de uma Arte.* São Paulo: Almedina, 2021.

10.17771/PUCRio.ANA.64487

Tecnofilia e discurso:
a aceleração e o entretenimento constantes na era tecnológica.

Marcelo Capello Martins
Doutorando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/1216804155945867
marcelocapello1998@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64485

Parte importante da discussão sobre a atual dominação tecnológica diz respeito à aceleração. Esta apresentação visa discutir como o discurso tecnófilo, isto é, aquele que vê apenas benefícios na tecnologia e ignora seus problemas, se reforça em uma sociedade de entretenimento onipresente e acelerado. Diversos autores trabalham o tema da cultura do entretenimento e o atual status da aceleração tecnológica, mas poucos tratam tão diretamente da tecnofilia. Assim, a apresentação consistirá em uma crítica ao discurso irrefletidamente pró-tecnologia através de autores diversos, como Byung-Chul Han, Neil Postman e Jacques Ellul. Trata-se de uma escolha por autores que estão sendo trabalhados dentro da atual pesquisa de doutorado que motiva esta submissão.

De início, abordarei a definição de tecnofilia, utilizando a referência de Baruch Spinoza, filósofo da modernidade, em seu *Tratado Político*. Em seguida discuto como esta posição tecnófila se tornou a narrativa predominante acerca da tecnologia em nosso mundo atual. A partir dessa problemática, discuto como a demanda por entretenimento constante e positividade se tornam mecanismos de conformação do ser humano à sociedade técnica. A tecnofilia funciona como eixo central de nossa preocupação, mais do que a própria ideia de técnica ou tecnologia.

A escolha por trabalhar com esse conceito se dá por diferentes motivos. Primeiramente, busco defender a proposta de que uma boa porta de entrada para enfrentar os atuais rumos problemáticos do neoliberalismo se dá a partir da crítica do flerte entre este e os avanços tecnológicos. Essa sintonia entre os dois é manifestada em discursos tecnófilos proferidos por pessoas como Elon Musk, Raymond Kurzweil e Peter Diamandis. Em segundo lugar, não se trata de demonizar as tecnologias disponíveis em si, mas sim o discurso que as segue e as promove. Em outras palavras, é preciso tratar do

assunto com cautela, evitando o extremo oposto do que estamos criticando, ou seja, evitando cair na tecnofobia.

Palavras-chave: Tecnofilia. Técnica. Entretenimento. Aceleração.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

CABANAS, Edgar & ILLOUZ, Eva. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu editora, 2022.

ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ELLUL, Jacques. *The technological bluff*. Michigan: Eerdsmans Pub Co, 1990.

ELLUL, Jacques. *Propaganda: the formation of men's attitudes*. New York: Vintage, 1973.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade Paliativa: a dor hoje*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

KURZWEIL, Raymond. *The Singularity is Near: When Humans Transcend Biology*. New York, NY: Penguin Group, 2005.

MUSK, Elon; EASTO, Jessica (org). *Elon Musk em suas próprias palavras*. Rio de Janeiro: Agir, 2022.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

SPINOZA, Baruch. *Tratado Político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

10.17771/PUCRio.ANA.64485

Gênesis 4:8-11: Raça e violência na colônia e na pós-colônia.

Gustavo Silva dos Santos
Mestrando em Filosofia na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/8468127078478091
gustavosilva.nave@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64482

A raça, como bem nos diz Mbembe (2018a), não pode existir senão através de uma loucura, um delírio produzido no seio da modernidade e sua sanha de conquista por meio da razão e do progresso. É essa loucura que dá vazão a todo tipo de violência, horror e fetiche; é o poço infinito de fantasias e fantasmas que dominam o colonizar quando este se volta ao colonizado. O colonizado (ou, poderíamos usar aqui de forma intercambiável, o negro) é sempre visto como um ser que não possui agência, racionalidade, capacidade de autodeterminação e, por isso mesmo, como nos afirma Fanon (2020), nenhuma resistência ontológica aos olhos do branco.

A experiência vivida do negro é precisamente essa que é permeada por uma série de subjugações, opressões, vilipendiações de toda ordem que incutem no âmago do indivíduo um senso de inferioridade, falta de perspectiva, bem como de ansiedades sem fim. A vida na colônia (e na pós-colônia) é uma em que jamais se deixa de habitar uma zona de urgência, desespero e vigilância. A isso, Fanon (2022) dará o nome de violência atmosférica. Um clima de pura destruição, paranoia e interdição constante, onde a clausura é o signo mais intenso. Cenário profícuo para que a aparente única linguagem comum entre o colonizador e o colonizado seja a da violência. Justamente por isso, será somente por meio da e na violência que, segundo Fanon, o colonizado poderá se libertar de sua prisão. A violência da descolonização será aquela que destruirá as estruturas coloniais e atuará como um processo de cura, em prol da feitura de um novo mundo onde novas formas de vida sejam possíveis.

Mas o que impede essa violência de se perpetuar infinitamente? O que a impossibilitaria de escapar do controle de seus benfeitores e acabar se replicando de maneira desenfreada, podendo mesmo se voltar contra seus próprios aliados? O que separa a violência revolucionária do terror? Essa é uma problemática que já é abordada pelo próprio Fanon em seu livro *Os condenados da terra*, porém que aparece com ainda

mais força na obra de Achille Mbembe. Será que podemos, realmente, traçar a linha entre inimigo e amigo com tanta precisão quando pensamos poder? Seria esse um ato puramente racional? Como endereçar a questão daquele que se deve enfrentar quando o adversário já não se encontra mais num terreno facilmente delimitado como antes o fora? O tema de uma violência restauradora da descolonização e a ameaça sombria do fratricídio serão dois dos tópicos centrais aos quais buscaremos nos debruçar.

Palavras-chave: Fratricídio. Inimizade. Necropolítica. Raça. Violência.

Bibliografia

FANON, Frantz. *Os condenados da terra.* Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácios de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra.* Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite:* ensaio sobre a África descolonizada. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.

MBEMBE, Achille. *A universalidade de Frantz Fanon.* [S.l.]. Circuito Ubu, 2020a. Disponível em: https://circuito.ubueditora.com.br/a-universalidade-de-f/

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020b.

10.17771/PUCRio.ANA.64482

Do olho afogado à luta pela terra: notas sobre o pensamento fanoniano.

Guilbert Kallyan da Silva Araújo
Mestrando em Filosofia na UFPE
http://lattes.cnpq.br/493150172340950
guilbertkallyan@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64479

O pensamento fanoniano é notoriamente conhecido por conta de seu caráter político, dada sua radicalidade tanto enquanto crítica à sociedade ocidental, estruturada através de um processo de racialização hierarquizada, quanto na sua formulação de projeto de emancipação do colonizado através do uso da violência revolucionária. Entretanto, seu trabalho não se resume a uma dimensão estritamente político-revolucionária propagandista, possuindo elementos que permitem, através de seus escritos, uma análise aprofundada tanto das condições objetivas da realidade concreta, como também da dimensão subjetiva, especialmente no tocante ao processo de subjetivação do negro colonizado.

Nesse sentido, defendo que a obra de Frantz Fanon compõe uma construção contínua que não pode ser desmembrada, necessitando ser vista na mesma complexidade teórica com a qual foi escrita, de modo que há, em seu pensamento, desde a primeira até sua última obra, a presença de elementos que são apresentados, revisitados e modificados, funcionando como um fio condutor: o corpo, a liberdade e a violência. Utilizando da análise orientada a busca pela prioridade ontológica do objeto, argumento que as experiências vívidas do autor modificaram tanto a compreensão quanto a apreensão destas bases, ao acentuar o caráter de centralidade do colonialismo e do racismo no processo de consolidação de empreendimento capitalista que é a sociedade neoliberal contemporânea. Sustento, assim, que a obra fanoniana dispõe de um timoneiro epistêmico inegociável enquanto tríade de compreensão do sujeito (linguagem, subjetividade e sociedade), onde há a substituição do modelo ontogênico pelo sociogênico.

Palavras-chave: Colonialismo. Racismo. Sociogênese.

Bibliografia

CHERKI, A. *Frantz Fanon*: a portrait. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

FAUSTINO, D. *A disputa em torno de Frantz Fanon;* a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo: Intermeios, 2020.

FANON, F. *Sociologie d'une revolution* – l'an V de la Revólution Algerinne. Paris: François, Maspero, 1968.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. *Les Damnés de la terre.* Paris: François Maspero, 1961.

FANON, F. *Os condenados da Terra.* Trad. Elnice Alberaria Rocha e Lucy Guimarães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FANON, F. *OEuvre:* Avant-propos de la Fondation Frantz Fanon. Paris: La Découverte, 2011.

FANON, F. *Racismo e cultura*. Revista Convergência Crítica, v. 13, 2018.

FANON, F. *Alienação e liberdade*: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

FANON, F. *O olho se afoga/Mãos Paralelas*: Teatro filosófico. Salvador: Segundo Selo, 2020b.

FANON, F. *Escritos políticos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021a.

FANON, F. *Por uma revolução africana:* textos políticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social:* II. Tradução: Nélio Schneider (com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes). Editora Boitempo, 2013.

10.17771/PUCRio.ANA.64479

Inscrição e circulação de saberes: da biblioteca colonial às performances da oralitura.

Bruna de Jesus Silva
Mestranda em Filosofia na UFRJ (PPGF)
http://lattes.cnpq.br/8704047484509716
bruna.djs53@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64471

O trabalho intitulado *Inscrição e circulação de saberes: da biblioteca colonial às performances da oralitura* será apresentado a partir da proposta de diálogo entre o pensamento de Valentin Mudimbe e Leda Maria Martins. Na verdade, Leda, nas obras *Afrografias da Memórias e Performances da Oralitura*, refere-se à Mudimbe no início da elaboração de seu pensamento, quando analisa o imaginário europeu sobre o território africano e o domínio simbólico de narrativas para a compreensão dos mesmos, narrativas estas predominantemente escritas e de autoria branca e europeia — às quais ela irá acrescentar ao debate com outros modos de inscrição e, consequentemente, de circulação dos saberes de matrizes africanas. Assim, o trabalho é composto por dois movimentos: primeiro, a apresentação de parte do pensamento de Mudimbe e na sequência o de Leda, para, em segundo lugar, averiguar mais atentamente e ampliar as relações uma vez estabelecidas entre os autores.

O conceito de biblioteca colonial criado pelo filósofo congolês Mudimbe é central para a compreensão de seus trabalhos e consiste como objeto da presente pesquisa. Compreende-se por biblioteca colonial um conjunto de literatura que formulou a ideia de África para o continente europeu. O filósofo, ao analisar as publicações e documentos redigidos durante e após o período das expedições coloniais, — sobretudo a literatura escrita por exploradores, viajantes e missionários por volta dos séculos XV e XVI — afirma a criação e a permanência de uma ideia de África controversa. Ou seja, uma série de literaturas estrangeiras são responsáveis por formular um entendimento mítico e romântico sobre o continente.

Apresento, assim, um trabalho crítico quanto ao epistemicídio desenvolvido por uma mentalidade branca, europeia e de origem colonial, para assim revelar a existência de mentalidades, epistemes, ontologias, cosmologias outras. Para isso insiro ao debate o

pensamento de Leda, o conceito de oralitura, pois oferece igualmente uma crítica epistêmica e indica o corpo, a voz, os tambores, as manifestações populares como componentes de uma proposta de conhecimento que não depende do registro escrito, como presente na concepção europeia.

Palavras-chave: Biblioteca colonial. Filosofia africana. Epistemicídio. Oralitura.

Bibliografia:

MARTINS, Leda. *Afrografias da memória:* o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021a.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. In *Letras*, n. 26, 63-81. Santa Maria, 2003.

MARTINS, Leda. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021b.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção da África:* gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

MUDIMBE, Valentin-Yves. A ideia de África. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: Editora n-1, 2019.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

10.17771/PUCRio.ANA.64471

Contribuições para uma ética ecológica desde as filosofias ameríndias.

Juliana Paola Diaz Quintero
Doutoranda em Filosofia na UFU (CAPES)
http://lattes.cnpq.br/4801133826936297
julianadiazquintero22@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64465

Assistimos a um momento histórico no qual o desenvolvimento das forças produtivas se manifesta como imparável, causando a maior destruição do planeta de todos os tempos. Portanto, é um imperativo pensar em alternativas políticas e filosóficas, capazes de superar ou mitigar as consequências do modelo de produção capitalista. Essa reflexão implica uma mudança na nossa forma de pensar e viver, nos nossos hábitos de consumo e na revalorização da nossa própria cultura, já que nesse horizonte remoto que é nosso passado ancestral, podem ser encontradas respostas para lidar com a catástrofe gerada pelo mito do progresso. O objetivo deste trabalho é demonstrar como o pensamento ameríndio e os princípios cosmológicos que regem sua estrutura ética, política e social constituem uma fonte de conhecimento essencial para refletir sobre a atual crise ecológica e civilizacional em termos filosóficos. A filosofia andina levanta a necessidade de uma reconciliação entre o ser humano e a natureza recorrendo às práticas ancestrais de cuidado, reciprocidade e comunidade, uma práxis que deriva de um saber ser ou de uma vida em equilíbrio com o todo. Em contraste com a ideia de progresso capitalista, a filosofia ameríndia, e especialmente o pensamento andino, propõe a noção de bem viver ou *Sumak Kawsay*. No caso do Equador, a forma de consagrar essa visão de mundo foi a partir da Constituição de Montecristi, reconhecendo a natureza como sujeito de direitos. Por sua vez, na Bolívia, o bem viver surge como parte das bases fundamentais do Estado. O bem viver supõe uma filosofia e imaginário alternativos ao neoliberalismo, e que surgem das cosmovisões tradicionais andinas e nas quais há uma preeminência da relação integral homem-natureza e uma consciência da justiça ecológica e a justiça social. No Estado Plurinacional da Bolívia, a descolonização radical se propõe como substância desse primeiro momento de transição. No Equador fala-se em de-neoliberalização, soberania e autodeterminação. Em ambos, a refundação plurinacional é um mandato constitucional, que deve ser levantada em interação com os direitos da natureza de

indivíduos e comunidades (Leon, 2000, p.10). Desse modo, a ética andina não se refere apenas às relações entre os indivíduos, mas passa a compreender os vínculos existentes entre os seres humanos e o ambiente natural e os deveres morais em relação a ele, o aspecto prescritivo, do dever de ser, está contido em sua filosofia. O que no mundo ocidental é hoje objeto de reflexão filosófica e de debates políticos, por exemplo a eco-sofia desde Arné Naees e Felix Guattari, tem sido um exercício de vida desde tempos remotos dos povos originários, um conhecimento inestimável não reconhecido e até ameaçado pelas invasões coloniais que é fundamental reconhecer, aprender, defender e sobretudo pôr em prática em nível individual e coletivo, se quisermos deixar um mundo habitável para as próximas gerações.

Palavras-chave: Filosofias Ameríndias. Ecologia. Ética.

Bibliografia

León, J. *El contexto y el sistema político en el movimiento indígena ecuatoriano*. Quito: CEDIME, 2000.

10.17771/PUCRio.ANA.64465

Cosmopercepção e natureza: diálogos entre Oyèrónkẹ Oyěwùmí e as comunidades de Terreiros de Candomblé.

Thaíssa Alves Gonçalves Silva
Mestranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/4133643923376545
thaissa_goncalves@id.uff.br

10.17771/PUCRio.ANA.64459

Explorar o conceito cosmopercepção, estabelecido pela socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, nos convida a dialogar realidades brasileiras que tangenciam as perspectivas e os modos de vida aqui concentradas desde África. Ao que diz respeito às espiritualidades, filosofias africanas e configurações dos modos de perceber e habitar o mundo, o termo nos nutre possibilidades de compreensão da natureza através de um tributo mobilizador: o sagrado. Assim, apresenta-se uma maneira mais inclusiva de descrever concepções de grupos que possuem uma relação em que natureza é o elemento fundamental que configura a cultura e um modo que vai radicalmente além da ideia ocidentalizada de uma natureza paisagística, objetificada e berço da matéria-prima para o progresso humano.

A cosmopercepção nos instaura um método discursivo para privilegiar sentidos que não seja apenas o visual, confluindo para uma combinação de sentidos. Tal paradigma de coexistência nos move a uma recusa da separação absoluta entre dentro (o corpo) e o fora (o mundo), o que leva a uma dimensão de pertencimento onde todos os sentidos e corpos são veiculados e pertencentes a essa unidade de constituição do copertencimento. Natureza torna-se expressão da cena dos fenômenos relativos à matéria de que é feito o mundo (Sodré, p. 97, 2017), colocando sob suspeita a ideia de uma natureza dentro da estrutura colonialista, tal como mencionado anteriormente.

Os Terreiros de Candomblé são comunidades litúrgicas constituídas na diáspora brasileira com a chegada dos povos africanos, submetidos ao sistema escravagista que buscou romper a unidade cultural africana (Diop, 1982). Essas comunidades puderam fornecer, através de ritos de manutenção da espiritualidade africana, um resgate das tradições, fazendo emergir o modo de interagir com o mundo. A natureza enquanto sagrada, representante das próprias divindades cultuadas, apresenta-se como um viés de

integração que regem a própria existência humana. Essa relação nos conduz a perceber a natureza como elo que produz princípios éticos civilizatórias para essas comunidades, que podem se apresentar como potentes agentes de enfretamento diante a crise ambiental.

Ampliar os sentidos de ambos os conceitos − natureza e cosmopercepção −, é também um exercício de ampliação das estratégicas diante a era do Antropoceno, onde as ações humanas são fontes de mudanças geológicas. Colocar sob suspeita o projeto ocidentalizado de hegemonização e aniquilação da vida, é também buscar diálogos que ultrapassem os limites desse. Pluriversalizar modos de existir, perceber e experenciar o mundo, pode reconfigurar as bases formuladoras da ideia de permanência da vida. Assim, a produção filosófica a partir dos Terreiros de Candomblé é uma proposta de compor caminhos que visam políticas públicas inclusivas e atentas à integridade da sociedade, que nos alterne a rota e desatine a concepção de finais de mundo produzidas sob um vazio monofilosófico.

Palavras-chave: Cosmopercepção. Natureza. Afrodiáspora. Candomblé.

Bibliografia

DIOP, Cheikh A. *A Unidade Cultural da África Negra.* Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Serra da Amoreira: Edições Pedago; Rio de Janeiro: Edições Mulemba, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. *A invenção das mulheres:* construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

10.17771/PUCRio.ANA.64459

Ontologias práticas: da subcrítica à hipercrítica das ciências.

Tobias Marconde de Carvalho Gomes
Mestrando em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/1709374566097448
tobiasmarconde@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64455

Há um problema no discurso crítico sobre as ciências, especialmente em alguns que se pretendem decoloniais, subalternos e anti-hegemônicos, que é o aspecto denuncista sobre a Ciência Moderna. Em oposição à objetificação, racionalização e neutralidade ocidentais, os autores dessas outras "epistemologias" defendem a subjetificação (humana), a corporeidade (humana), a emoção (humana), e a politização (humana). Mesmo quando pretendem colocar a ciência em pé de igualdade com outras práticas de conhecimento, todas elas "igualmente válidas", o aspecto do multiculturalismo retorna: nesse caso, há uma única Natureza que seria igualmente inacessível a todas as culturas – todos os praticantes acabam com nada nas mãos além de seus próprios valores culturais, absolutamente contingentes e humanos.

Infelizmente, além de ser uma caracterização muito simplista unidimensional das práticas científicas, essa posição é simetricamente corrosiva com as práticas não modernas. As entidades outras-que-humanas que emergem das práticas de conhecimento através de provas situadas a cada prática e que respondem a obrigações e negociações são tratadas como a "continuação do sujeito por outros meios" (Santos, 1995, p. 52). A agência de outros-que-humanos – sejam eles os micróbios para os biólogos, os teoremas para os matemáticos, os xapiri para os yanomami, os orixás para os candomblecistas – não pode ser reduzida ao "sujeito" ou a valores culturais.

Isso é recorrer novamente ao aparato Moderno que retira realidade do mundo e a coloca apenas nos "aspectos culturais". Como podemos caracterizar a ciência moderna e, de maneira mais geral, as práticas de conhecimento, de maneira a possibilitar uma coexistência mínima ou uma diplomacia? Pretendo defender que, a partir do diagnóstico de Bruno Latour em *Jamais Fomos Modernos*, é possível fazer uma descrição deflacionária das ciências modernas que diminui o poder do "inimigo" e que, ao mesmo

tempo, viabilize uma coexistência que assegure a verdade das diferentes práticas de conhecimento – formuladas agora não como práticas epistemológicas, mas ontológicas.

Palavras-chave: Crítica. Ecologia de práticas. Decolonialidade. Modernidade.

Bibliografia

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, n. 91, p. 12, jul. 2013.

COSTA, A. Por uma verdade capaz de imprever o fim do mundo. *Revista Coletiva*, Dossiê Emergência Climática. v. 27, 2020.

DE LA CADENA, M. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da "política". *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, v. 2, p. e019011, 23 nov. 2020.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LATOUR, B. *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, B. Por que a crítica perdeu a força? De questões de fato a questões de interesse. *O que nos faz pensar*, v. 29, n. 46, p. 173, 15 jul. 2020.

MARRAS, S. O Brasil e os brasis no Antropoceno: bifurcações à vista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 126–142, 3 dez. 2020.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SMITH, B. H. *Practicing Relativism in the Anthropocene*. Londres: Open Humanities Press, 2018.

STENGERS, I. *The invention of modern science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

STENGERS, I. *Cosmopolitics II*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

10.17771/PUCRio.ANA.64455

Autonomia como heteronomia: entre cadeias de dependência e interdependência.

Lia Fonseca Lattman-Weltman
Mestranda em Filosofia na PUC-Rio
http://lattes.cnpq.br/6778850268945621
liaweltman@gmail.com

10.17771/PUCRio.ANA.64453

Em *Investigação sobre os modos de existência*, Bruno Latour utiliza a expressão "ser-enquanto-outro" em oposição ao "ser-enquanto-mesmo" ou "ser-enquanto-ser" (2019, pp.130-139). A ideia é que, antes de atribuir sua existência contínua a uma espécie de substância que, estando "por baixo" de toda movimentação da realidade, garantiria essa continuidade, os seres – sejam esses humanos ou não humanos – devem essa permanência à sua própria atividade, uma atividade que se associa não à noção de substância, mas de subsistência. Trata-se antes de uma tarefa, um trabalho ou desafio, que se impõe a tudo o que existe e que pretende continuar existindo, algo sempre por fazer.

Para existir, é preciso agir. Essa tarefa, no entanto, só é passível de realização por meio dos outros. Agir, aqui, significa fazer outros passarem à ação, bem como reagir à ação de outros; convidar os próximos a agirem de certa forma, bem como ser *feito fazer* algo por parte dos antecedentes. Há, portanto, uma espécie de cadeia de ações que se forma, em que se inscrevem tanto diferenciações quanto repetições: "Se você 'faz fazer' os deveres de férias de seus filhos, significa que você não os faz você mesmo e que eles não os fariam sem você." (*ibid*, p. 135). Em qualquer tipo de continuação ou reação, portanto, há um nexo que é traçado entre agentes, no qual as ações dos anteriores se tornam condição para as dos seguintes. Assim, mais do que permitir sua existência prolongada como tal, os outros – seu meio, suas condições, seu ambiente – possibilitam ao ser em questão, seja ele qual for, agir. Tanto sua existência como sua capacidade de ação vêm dos outros. Trata-se, portanto, de uma heteronomia. É na esteira desse raciocínio que Latour pode afirmar: "nada mais 'heterômato' do que um autômato" (*ibid*, p. 186).

Os outros, enquanto condição, parecem funcionar aqui tanto como fonte da possibilidade de continuidade e de ação, quanto como obstáculos, já que os fins dos diferentes seres frequentemente entram em conflito, e negociações, trocas e acordos devem ser travados. As condições então, em certo sentido, são intransponíveis. Há uma dependência que não pode ser negada. Ao mesmo tempo, há uma dimensão de liberdade que tampouco pode ser negligenciada. Nunca está dado de antemão – pelos antecessores – como um ser responderá às demandas de seu ambiente, i.e., dos outros seres.

Os outros são aqui pensados como condição, portanto, tanto em sentido positivo, enquanto aquilo que fornece possibilidade de existência e de ação, quanto em sentido "negativo", como aquilo que limita ou constringe essas possibilidades. De que maneira isso é possível? Para respondê-lo, se recorrerá também ao pensamento de Alfred North Whitehead, principalmente à obra *Processo & Realidade*, e à diferenciação fornecida pela filósofa Isabelle Stengers entre cadeias de dependência e interdependência (Stengers, 2020).

Palavras-chave: Autonomia. Heteronomia. Dependência. Interdependência.

Bibliografia

LATOUR, B. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

STENGERS, I. We Are Divided. *E-Flux Journal*. Nova York, E.U.A., n. 114, dezembro, 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/114/366189/we-are-divided/>. Acesso em 1 de outubro de 2023.

WHITEHEAD, A. N. *Process and Reality: An Essay in Cosmology*. Nova York: The Free Press, 1978. [1929].

10.17771/PUCRio.ANA.64453

Nenhuma parte deste material pode ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma, seja digital, fotocópia, gravação etc. - nem apropriada ou estocada em banco de dados, sem a autorização dos autores e editores desta edição.